

ENTREATOS **URBANOS:**

(RE)HABITAR o CENTRO

JULIANA MARTINS SANTOS

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

JULIANA MARTINS SANTOS

ENTREATOS URBANOS: (RE)HABITAR O CENTRO

Trabalho de Graduação Integrado II

Comissão de Acompanhamento Permanente (CAP)

Aline Coelho Sanches

Anja Pratschke

Joubert José Lancha

Luciana Bongiovanni Martins Schenk

Luciano Bernardino da Costa

Coordenador do Grupo Temático (GT)

Jeferson Cristiano Tavares

São Carlos - SP

2022

ESTA OBRA É DE ACESSO ABERTO. É PERMITIDA A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTA OBRA, DESDE QUE CITADA A FONTE E RESPEITANDO A LICENÇA CREATIVE COMMONS INDICADA

JULIANA MARTINS SANTOS

ENTREATOS URBANOS: (RE)HABITAR O CENTRO

Trabalho de Graduação Integrado apresentado ao Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP – Campus de São Carlos.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S237e	Santos, Juliana Martins Entreatos Urbanos: (Re)Habitar o Centro / Juliana Martins Santos. -- São Carlos, 2022. 88 p.
	Trabalho de Graduação Integrado (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) -- Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2022.
	1. Centro. 2. Espaço Público. 3. Habitação. 4. Patrimônio arquitetônico. I. Título.

Bibliotecária responsável pela estrutura de catalogação da publicação de acordo com a AACR2:
Brianda de Oliveira Ordonho Sígolo - CRB - 8/8229

BANCA EXAMINADORA:

Luciano Bernardino da Costa

IAU USP

Jeferson Cristiano Tavares

IAU USP

Arthur Simões Caetano Cabral

FAU USP



Atribuição Não Comercial-Compartilha Igual-CC BY-NC-SA

Agradeço aos colegas do IAU pelos anos de aprendizado e companheirismo, aos professores, em especial ao Joubert, Jeferson, Luciano e Camila, pela orientação, à equipe da Fundação Pró-memória e da prefeitura de São Carlos e ao arquiteto Paulo Monteiro, por auxiliarem com as informações e levantamento do edifício de interesse histórico.

“A cidade é um acúmulo de vivências e de construções que se sobrepõem como camadas arqueológicas. Inexiste o núcleo histórico puro, e é certo que a cidade em que vivemos será o núcleo histórico do futuro. Se houver futuro - porque se a cidade que está sendo construída hoje tiver arquitetura e espaços públicos desprezíveis, a ponto de merecer ser demolida, as futuras gerações estarão desprovidas de memória e de identidade. Nessa condição, estarão, provavelmente, condenadas à barbárie.”
(BONDUKI, 2010)

RESUMO

O presente trabalho abrange a inserção de habitação social no centro da cidade de São Carlos e a intervenção em um edifício de interesse histórico. Estruturado a fim de condensar as distintas funções urbanas e promover acesso à infraestrutura consolidada, bem como a preservação do patrimônio, o projeto enfatiza também a consolidação de uma distinção espaço-temporal.

Palavras-chave: Centro. Espaço Público. Habitação. Patrimônio arquitetônico.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
SÃO CARLOS CONSIDERAÇÕES INICIAIS	16
SÃO CARLOS LEITURAS URBANAS	20
HABITAÇÃO E FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE	26
ÁREA DE INTERVENÇÃO	28
PARTIDO PROJETUAL	40
IMPLANTAÇÃO	42
PROGRAMA	43
CORTES	44
PLANTAS	52
PLANTAS UBS	58
ELEVAÇÕES	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86

INTRODUÇÃO

Na condição atual de supressão dos espaços públicos em detrimento de locais fechados e securitizados como condomínios e shoppings centers, bem como da implementação de conjuntos residenciais destinados à habitação social em áreas distantes dos locais de trabalho, estudo e lazer, torna-se primordial reafirmar os acessos e inserções em núcleos com infraestrutura consolidada, isto é, acesso a equipamentos públicos, a mobilidade urbana, pavimentação, energia elétrica e saneamento, uma vez que “Ao se querer restituir à cidade a sua dimensão cívica, há pois que se atentar para o fato de que o declínio do homem público e o correspondente alargamento da esfera privada — porém desfigurada como intimidade narcisista — está na origem da maior parte das patologias urbanas.” (ARANTES, 2021).

A cidade de São Carlos insere-se em tal contexto, uma vez que constata-se o esvaziamento de seu centro em detrimento da proliferação de condomínios fechados e áreas de interesse social nas periferias da malha urbana. Em particular, também ocorre a negligência do patrimônio, culminando na deterioração dos bens de interesse histórico na região central. Essas três questões, esvaziamento do centro em termos de moradia, habitação social e conservação de bens de interesse histórico são o fio condutor do projeto.

“Esse esvaziamento do centro, principalmente em relação ao uso residencial tem sido observado já há algumas décadas em São Carlos, notadamente porque os proprietários atuais, por problemas de herança, ou alegando uma necessidade de maior conforto e segurança, estão preferindo os condomínios em novas áreas urbanizadas nas periferias elegantes da cidade ou os novos prédios de apartamentos construídos nas áreas centrais, exatamente onde antes havia uma antiga moradia.” (BORTOLUCCI, 2017)

Nesse sentido, se estabelece a proposição projetual visando uma hipótese de cidade em que o espaço público esteja diluído no cotidiano e o acesso a usos como habitação, comércio e serviço seja incorporado às proximidades de edifícios históricos de modo a qualificar seu entorno e consolidar sua preservação.

Em aspectos formais, o projeto estabelece uma relação entre cidade e edifício por meio da incorporação de passagens e galerias que asseguram a continuidade da rua, estas por sua vez tem como ponto de convergência uma praça que incorpora em seu entorno usos distintos. No projeto, tal distribuição espacial conforma um “entreato”, um intervalo, que garante a ênfase ao edifício histórico localizado na esquina dos lotes de intervenção.



SÃO CARLOS | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A formação da cidade de São Carlos ocorreu através de uma ocupação inicial como local para pouso de viajantes às margens do Córrego Gregório, região que conformaria a zona central da cidade. Ao redor da capela, erguida em 1856, foram traçadas as primeiras sete quadras, com noventa por noventa metros, formando um arruamento de traçado ortogonal orientado nos sentidos norte-sul e leste-oeste, onde viriam a se consolidar as moradias da aristocracia cafeeira. (BORTOLUCCI, 1991)

A urbanização e a expansão urbana de São Carlos estão atreladas à cafeicultura, com início em 1840, e à chegada da ferrovia em 1884, a qual foi um fator de dinamização da economia cafeeira e, também, da própria vida urbana, permitindo melhoramentos em setores de infraestrutura, bem como uma reviravolta nos hábitos e costumes, através de novas técnicas construtivas para moradias e edifícios públicos. (BORTOLUCCI, 1991)

“Na verdade, o processo de produção do “ambiente construído” era o espelho da acumulação do capital engendrado na economia cafeeira; capital que só era investido nas cidades, porque elas se constituíam também como espaços privilegiados de reprodução desse capital.” (DEVESCOVI, 1987)

Ademais, o capital propiciado tanto pelo café quanto pela chegada da malha ferroviária, acarretou na introdução do Eclétismo na cidade a partir de 1884, caracterizando um modo de afirmar “o posicionamento social de seu proprietário através do emprego de uma rica ornamentação nas fachadas dos edifícios.” (FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SÃO CARLOS, 2006)

Durante a recessão econômica e a crise do café em 1929, ocorria a transição da economia cafeeira para a industrial em São Carlos. Nos anos 1940, o centro caracterizava-se pela presença de residências de alto padrão e estabelecimentos comerciais, enquanto a população menos abastada (artesãos e pequenos comerciantes, por exemplo), concentrava-se na região entre o Mercado e a Estação Ferroviária (BORTOLUCCI, 1991). Em 1950, há um processo gradual de expulsão dos pobres para moradias em áreas mais periféricas (DOZENA, 2008), tendo a expansão da malha urbana ocorrido concomitantemente à segregação socioespacial a qual, segundo Devescovi, deu-se pela expansão desordenada e não planejada do tecido urbano.

“Com o aquecimento do processo industrial, acelerou-se o processo de expansão urbana, tornando a terra cada vez mais disputada na cidade. A produção de loteamentos para a população de baixa renda, que passou a crescer rapidamente, tornou-se um investimento lucrativo, desde que realizado de forma precária em terras baratas.”(LIMA, 2007)



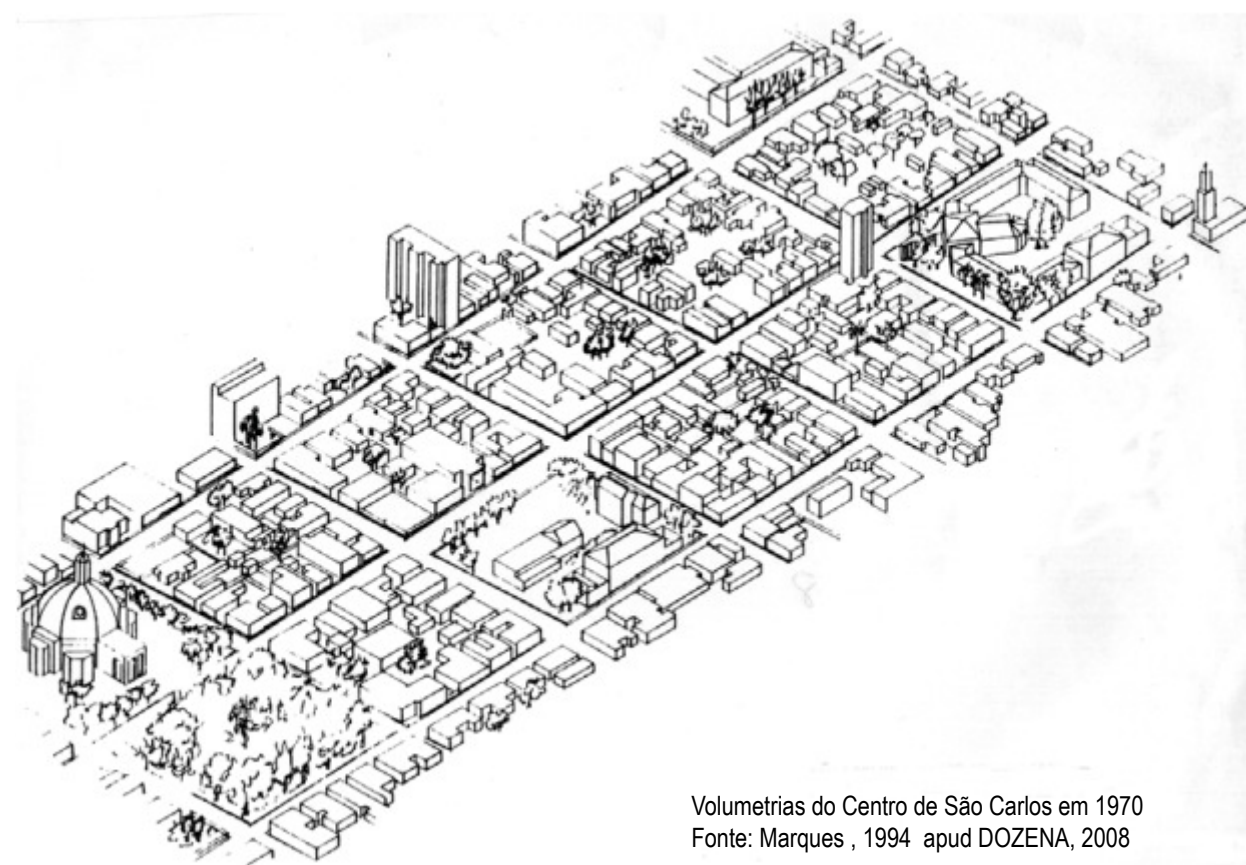
Ocupação inicial de São Carlos.
 Fonte: BORTOLUCCI, 1991.

Evolução da malha urbana de São Carlos de 1940 a 1988.
 Fonte: SILVA, 1997 apud DOZENA, 2008

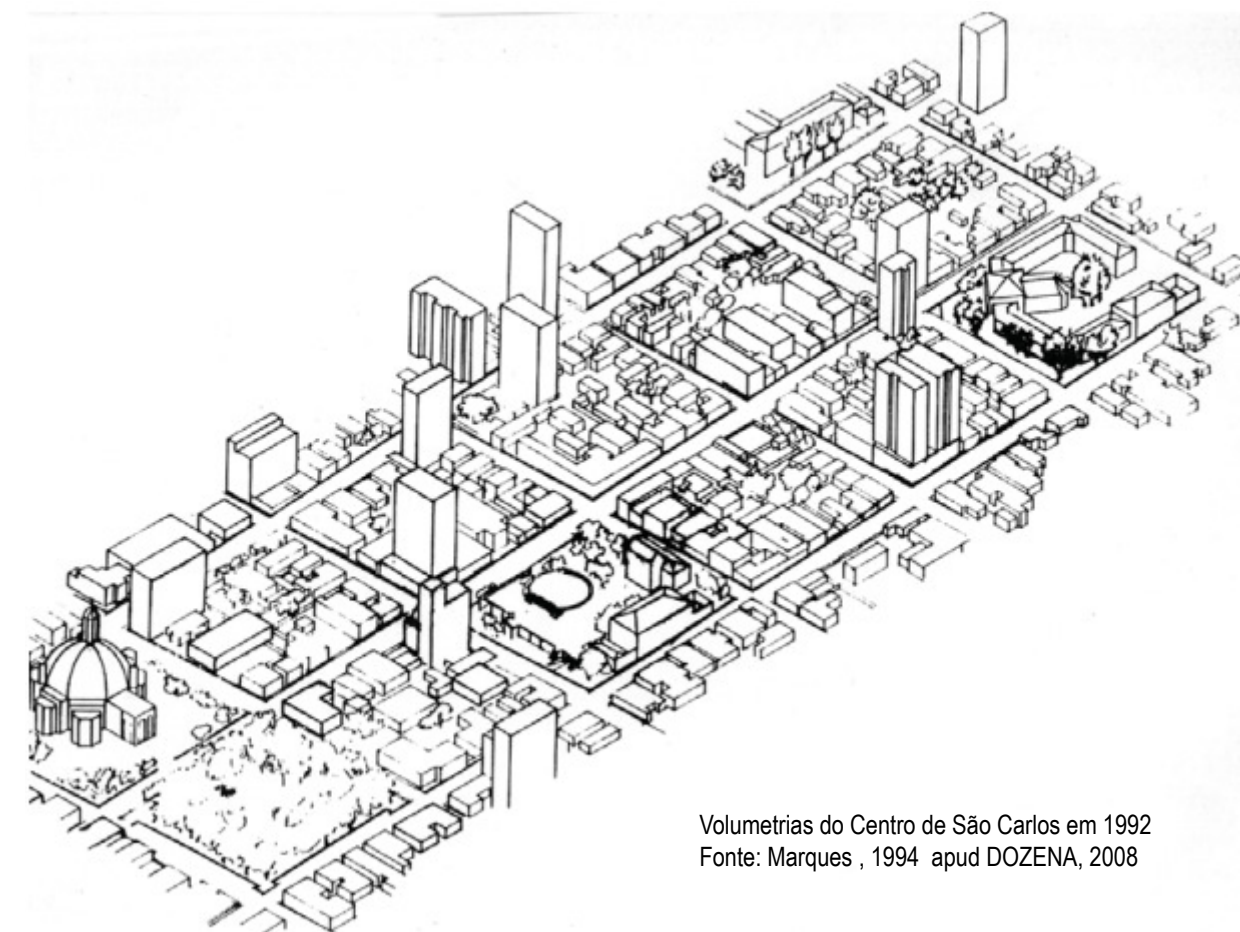
Em 1960, inicia-se um processo de verticalização no centro representando, conforme Dozena, certo progresso econômico, além da otimização do uso do solo e a ampliação do lucro na venda dos imóveis em uma área disputada pela quantidade e qualidade da infraestrutura. Esse processo é intensificado nos anos 80 e seguido da substituição das moradias por usos comerciais e de serviços. (PANHÓCA, 1998 apud DOZENA, 2008) Fator que ameaça políticas de renovação urbana e de preservação do patrimônio, dada a necessidade de ampliação do sistema viário, aumento de domicílios vagos e demolição de bens de interesse histórico.

“(…) Mas, é certo que a existência de prédios tombados, ou em processo de tombamento, pelo CONDEPHAAT, dificultando a aprovação de prédios altos em suas proximidades, levou à fuga das quadras mais centrais. E, finalmente, ainda neste quadro da verticalização são-carlense, há que se lamentar a demolição irrestrita das sólidas construções do período cafeeiro, salvando-se aquelas poucas que foram alvo de tombamento, ou as que, afortunadamente, ainda estão sob posse de pessoas que teimosamente têm gosto em preservá-las.” (BORTOLUCCI, 1991)

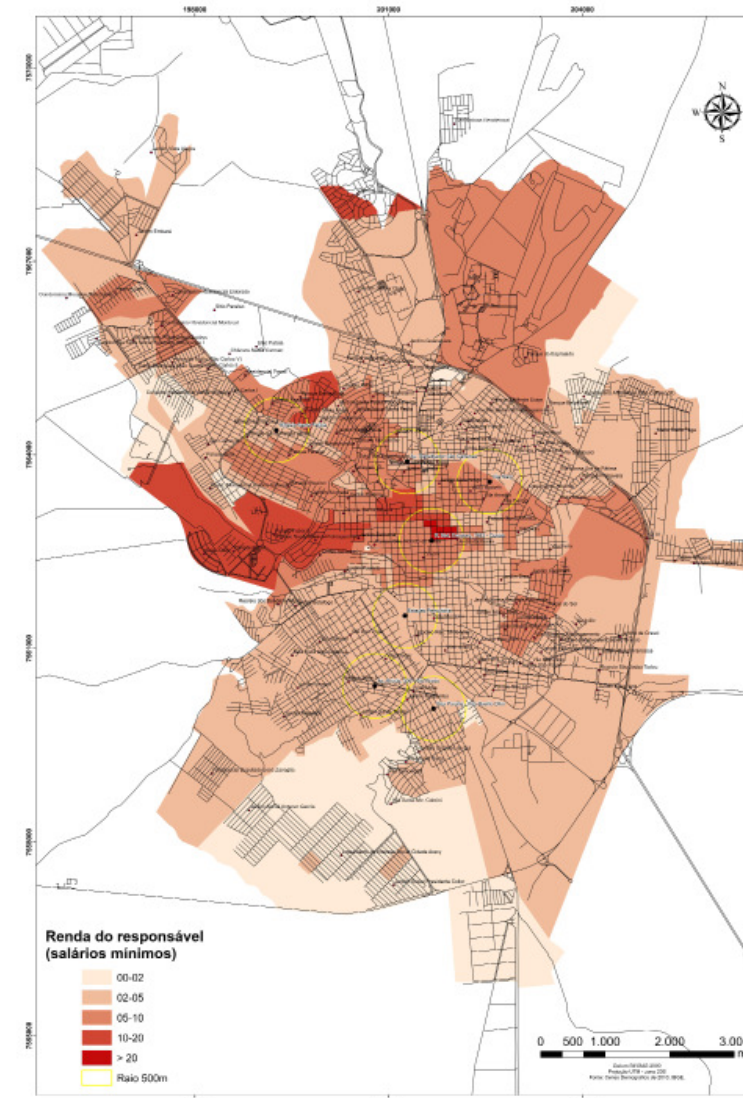
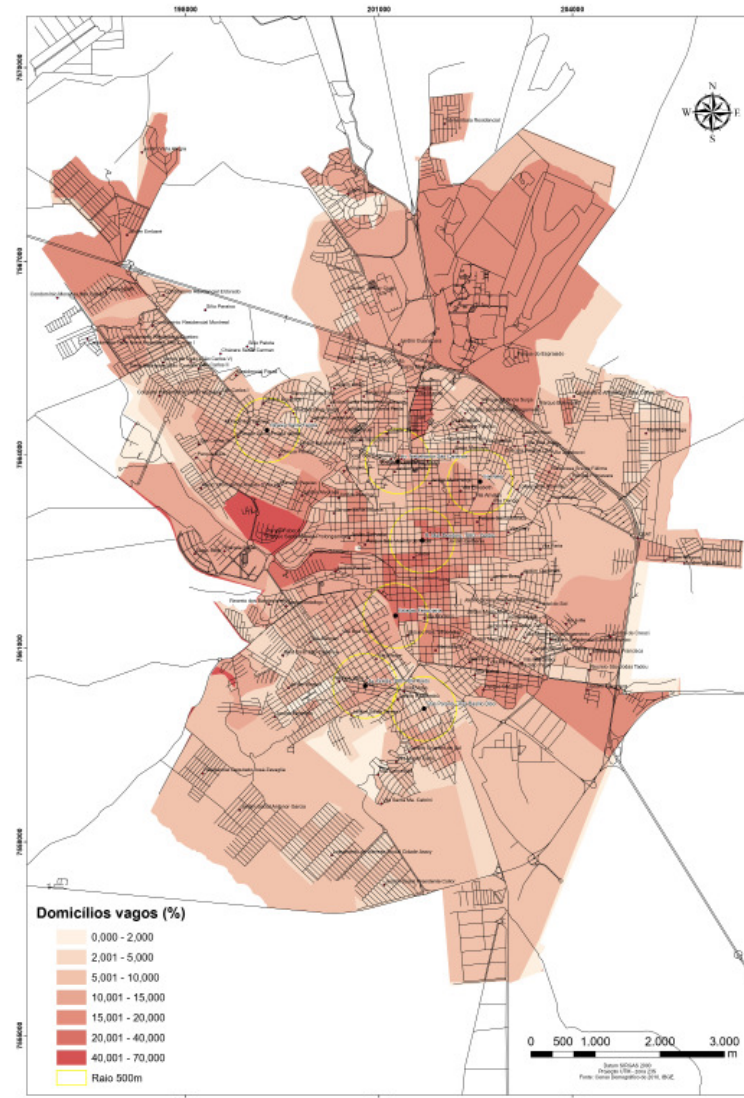
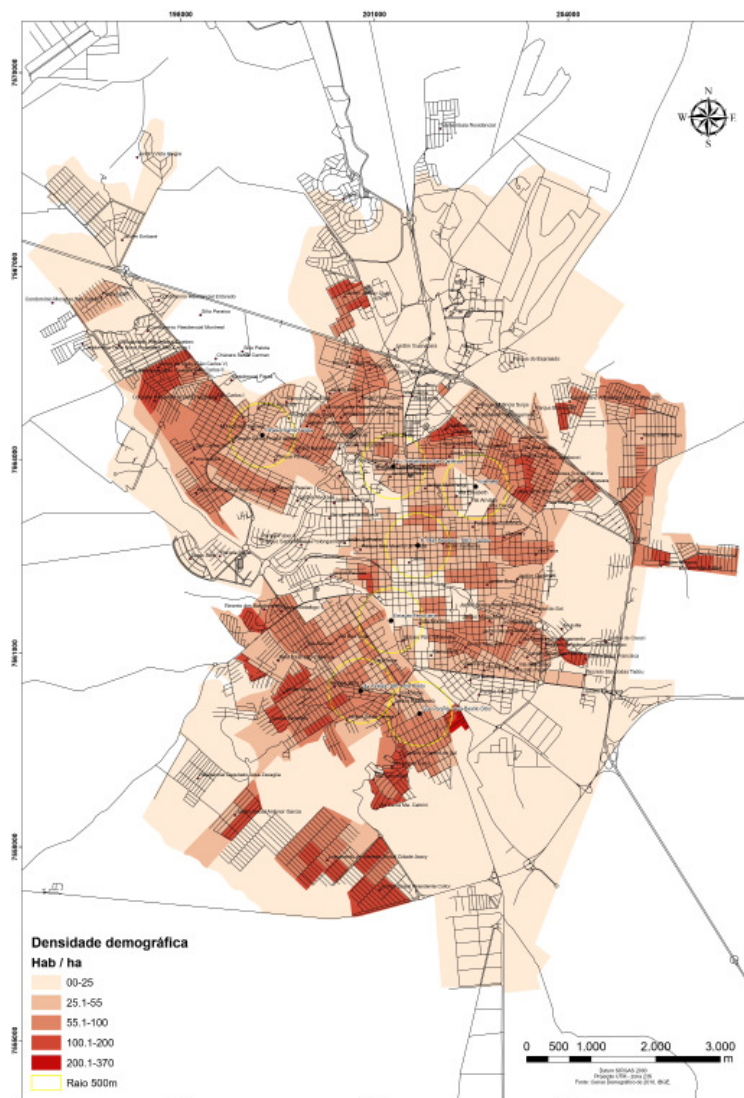
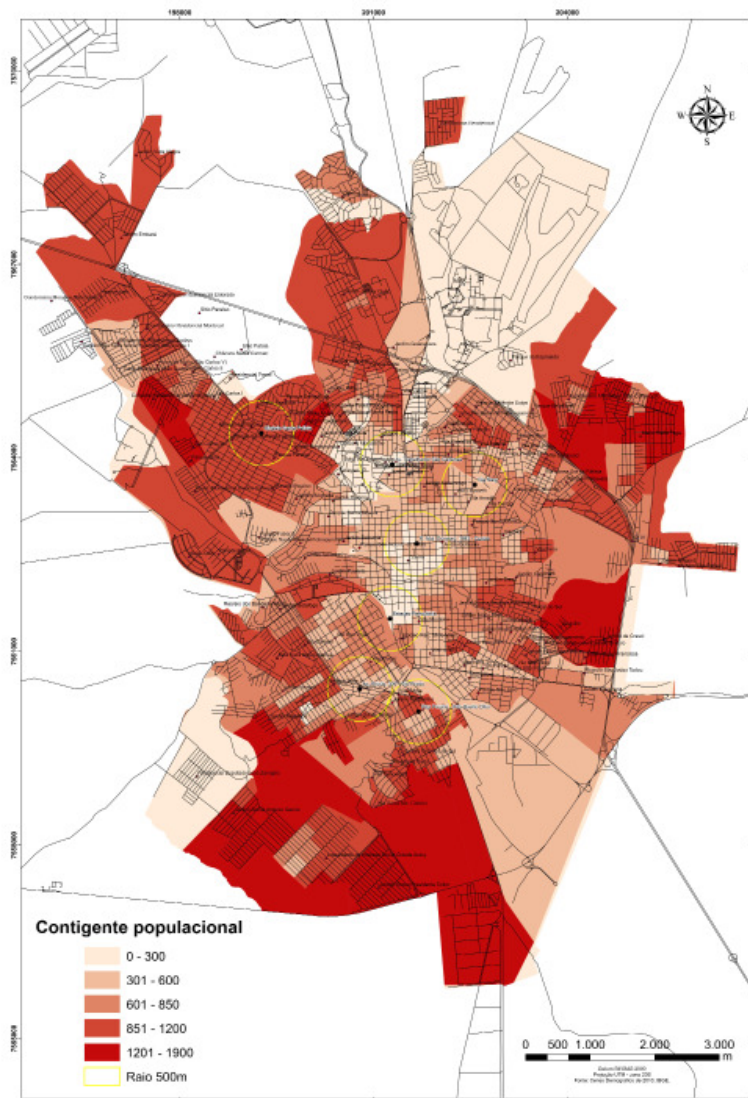
Já nos anos 90, práticas envolvendo mercados informais de aluguel, coabitação, moradias cedidas e ocupações tornaram-se recorrentes, conforme afirma Thaís Rosa, evidenciando “tramas de arranjos habitacionais para continuar vivendo ali” uma vez que a localização minimizaria os deslocamentos cotidianos entre residência e trabalho, bem como à proximidade com creches, escolas e demais equipamentos públicos. (ROSA, 2014)



Volumetrias do Centro de São Carlos em 1970
Fonte: Marques, 1994 apud DOZENA, 2008



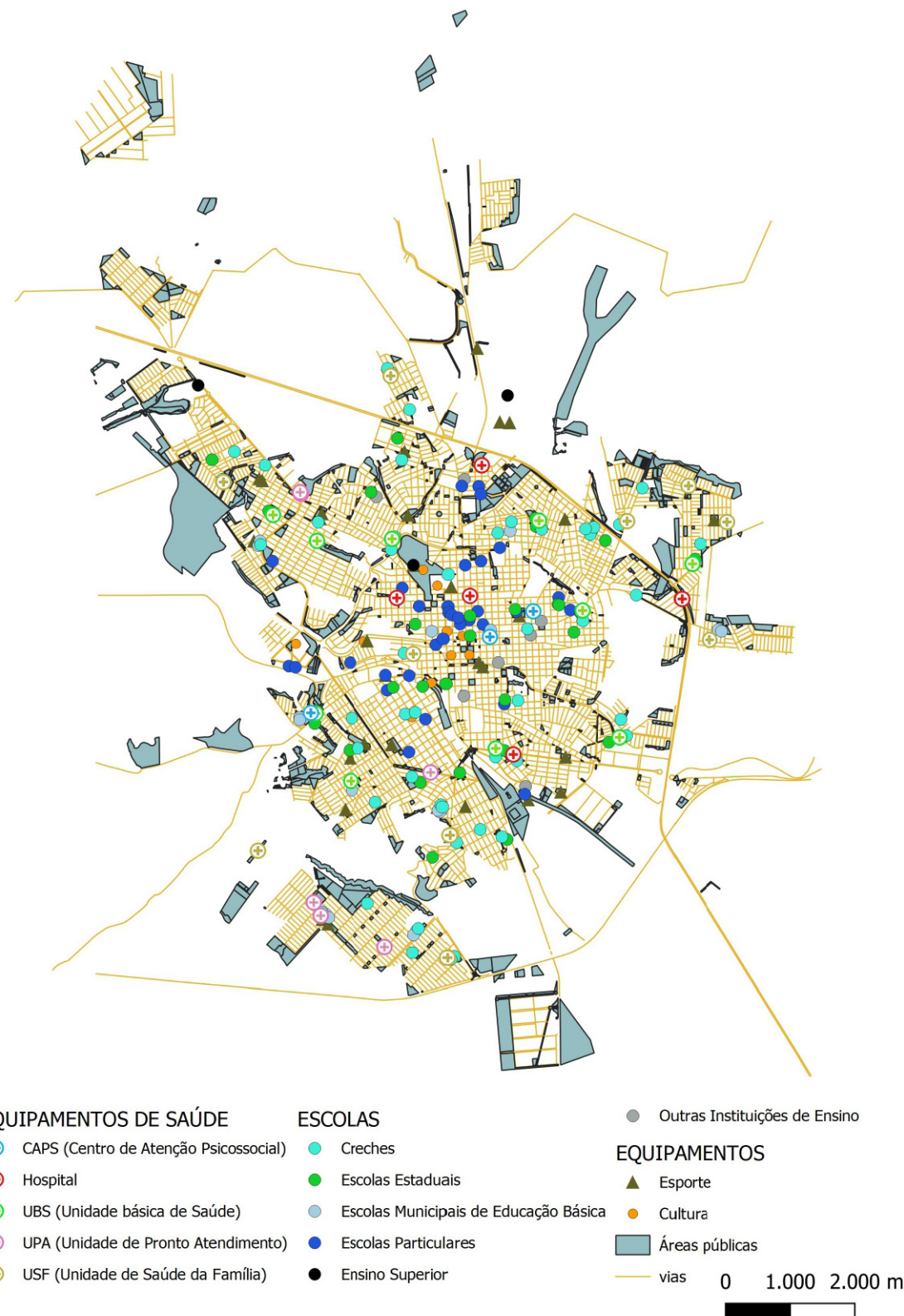
Volumetrias do Centro de São Carlos em 1992
Fonte: Marques, 1994 apud DOZENA, 2008



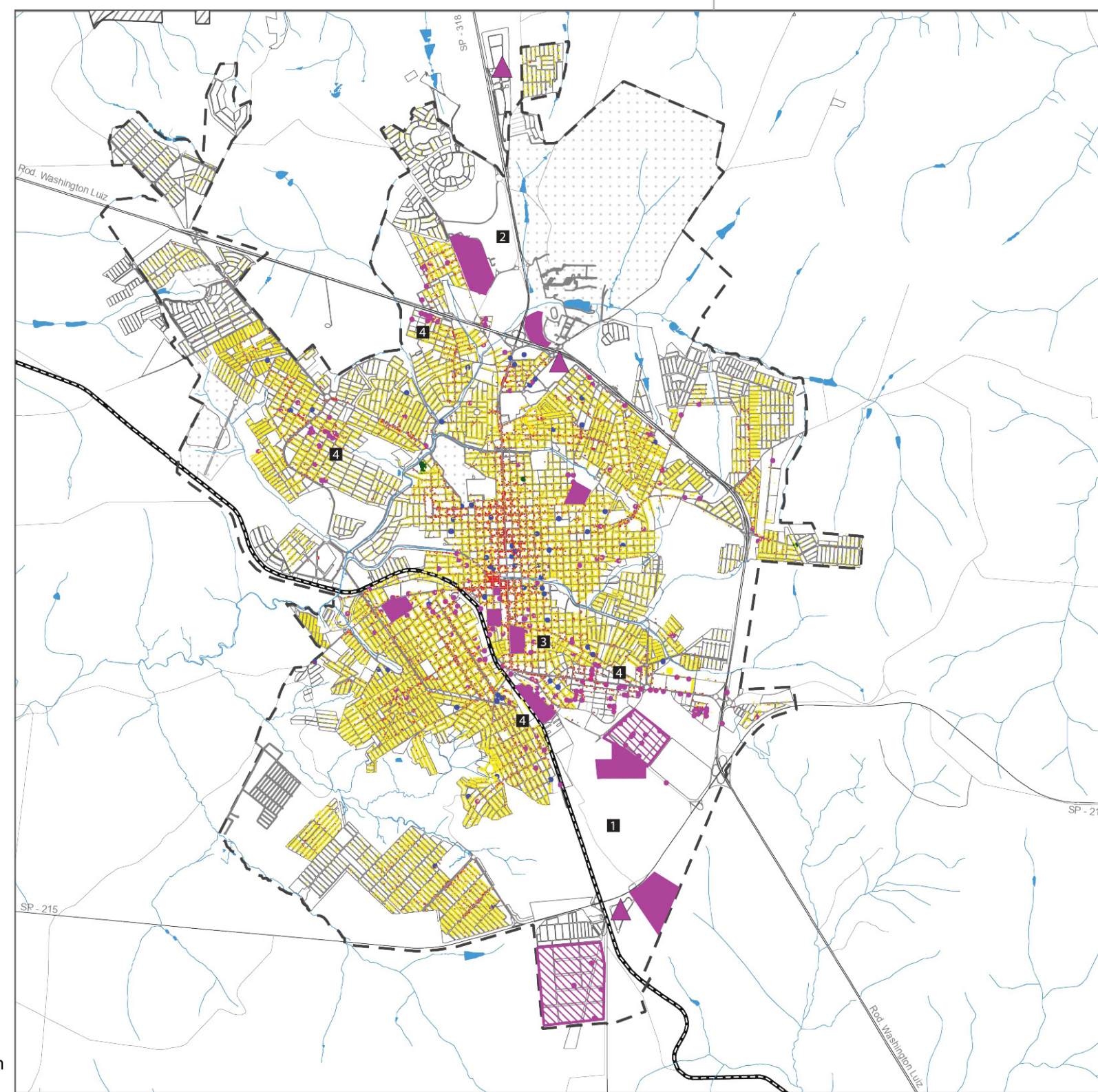
Fonte: Censo demográfico de 2010, IBGE

Conforme dados de 2010 do IBGE, há um alto contingente populacional nas bordas da área urbana, bem como uma alta densidade demográfica, em contrapartida a valores mais baixos para ambos na parte central de São Carlos, na qual há uma alta porcentagem de domicílios vagos (de 10 a 40%).

Em relação a distribuição de renda, constata-se que “O espaço geográfico são-carlense é claramente delimitado pelo local de moradia dos “ricos” - os bairros centrais e bem equipados -, e o local de moradia dos “pobres” - a periferia com suas carências – cada qual no seu devido lugar. Alguns bairros mais ricos têm sido criados em locais mais afastados do centro e de sua vida agitada e barulhenta, mas são em menor número, além de contarem, diferentemente dos bairros mais pobres, com uma ampla infra-estrutura.” (Laisner, 1999 apud DOZENA, 2008)



O uso do solo nesta área é preponderantemente comercial e de serviços, enquanto nas demais há uma predominância do uso residencial. Além disso, os bairros do centro contêm equipamentos públicos destinados à educação, cultura e lazer, mas sem equipamentos de saúde públicos.



Prefeitura Municipal de São Carlos

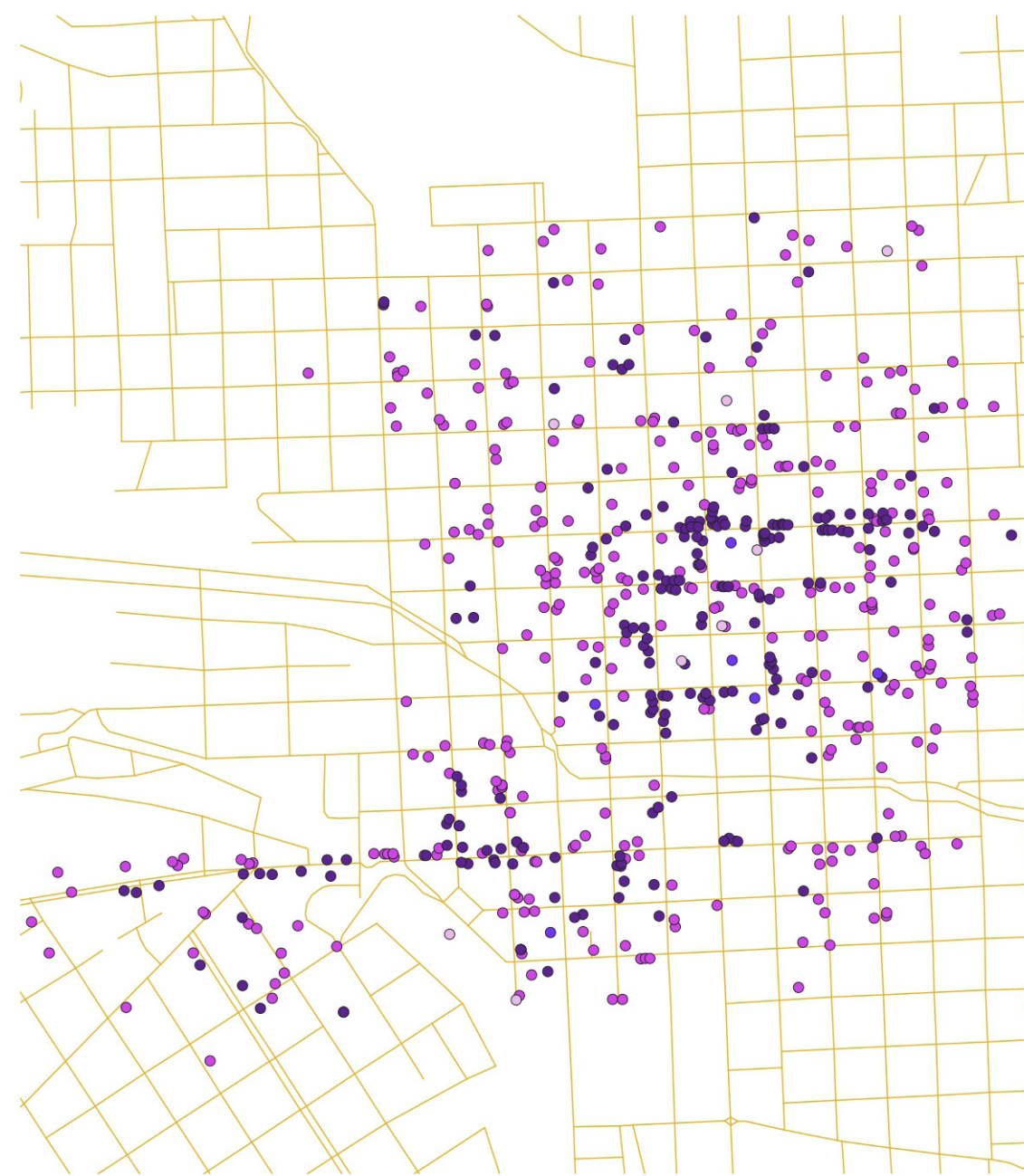
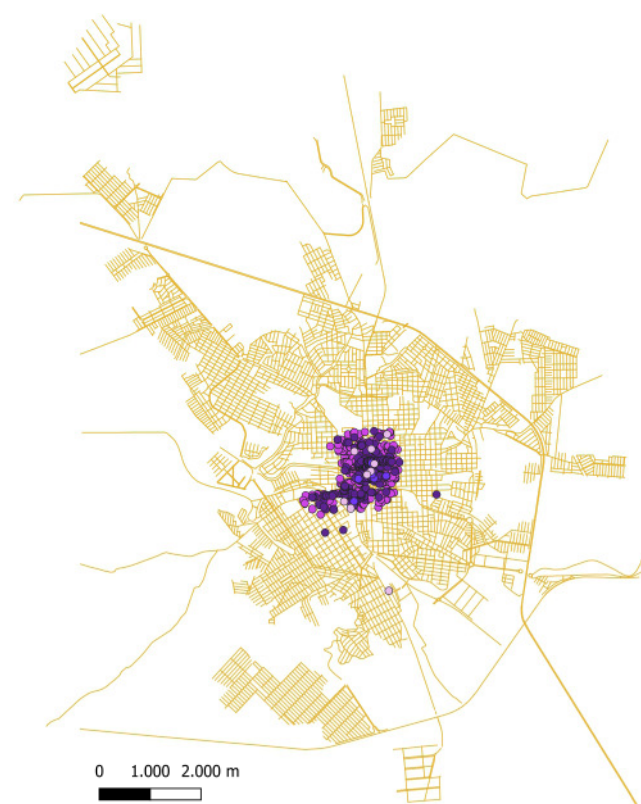
REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS - 2011

Uso do solo na área urbana

Escala: 1:55.000 Cada centímetro equivale a 550 metros

Base Cartográfica: SAD 69 Julho 2011

São Carlos possui uma área denominada de poligonal histórica, na qual concentram-se os bens tombados e sobre proteção da municipalidade e que possui restrição de 9m para o gabarito. Tal delimitação compreende a malha urbana de São Carlos da década de 40, em geral com imóveis sob influência do Ecletismo, o qual vigorou na época como modo de afirmar o posicionamento social do proprietário. (FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA, 2006)



PATRIMÔNIO

- CATEGORIA 1: EDIFÍCIOS TOMBADOS
- CATEGORIA 2: EDIFÍCIOS EM PROCESSO DE TOMBAMENTO
- CATEGORIA 3: EDIFÍCIOS DECLARADOS DE INTERESSE HISTÓRICO E CULTURAL
- CATEGORIA 5: IMÓVEIS DE INTERESSE HISTÓRICO BEM PRESERVADOS
- vias

0 100 200 m

No quesito mobilidade urbana, a área possui linhas de transporte público e carece de infraestrutura cicloviária.



MOBILIDADE URBANA

- cicloviás
- Rotas de ciclistas
- Pontos de ônibus
- Linha de ônibus
- vias

0 1.000 2.000 m

Em termos de produção de habitação social na cidade de São Carlos, o órgão operador das políticas habitacionais no município, PROHAB (A Progresso e Habitação São Carlos), constituiu-se legalmente em 1985, “em um contexto político nacional de municipalização compulsória das políticas habitacionais e urbanas (após a dissolução do BNH)” (ROSA, 2014). Destinado à execução da política habitacional do município, a atuação deste órgão reproduzia o modelo adotado pelas COHABs no fim da atuação do BNH, Banco Nacional de Habitação, criado em 1964, a fim de oferecer aos trabalhadores o acesso a casa própria, mas cujos investimentos públicos obedecia à lógica dos interesses privados, tendo conjuntos habitacionais caracterizados “em geral, pela monotonia de sua arquitetura e pela ausência de relação com o entorno, por sua localização periférica, estendendo horizontalmente as cidades, pela despreocupação com a qualidade dos projetos e com o meio físico, resultando na depreciação ambiental, pela negação aos processos de participação comunitária, preferindo uma gestão centralizada e a contratação de empreiteiras, entregando moradias prontas.” (BONDUKI et al, 1997)

A Conferência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, Habitat II, realizada em 1996 com o tema “Adequada Habitação para Todos e o Desenvolvimento de Assentamentos Humanos em um Mundo em Urbanização” reconhece o “poder local como locus privilegiado de enfrentamento das questões urbanas” e “o direito à moradia como um direito humano, de modo que os Estados sejam obrigados a realizar progressivamente esse direito à moradia.” (BONDUKI et al, 1997)

No Brasil, o direito à moradia consta na Constituição Federal, a qual assegura como competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais. Em termos de política urbana, a constituição coloca como obrigatório, por meio da lei Nº 10.257 de 2001 (Estatuto da Cidade), “o Plano Diretor para os Municípios com mais de 20 mil habitantes, definindo-o como o ‘instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana’, meio de expressão das ‘exigências fundamentais de ordenação da cidade’, e como parâmetro para assegurar a função social da propriedade urbana.” (BONDUKI et al, 1997)

O Estatuto da cidade regulamenta o uso da propriedade em prol do bem coletivo, da segurança e bem estar dos cidadãos, regulamentando a função social da propriedade, presente no capítulo de Política Urbana da Constituição de 1988, e autorizando a desapropriação, tanto por necessidade ou utilidade pública, quanto por interesse social.

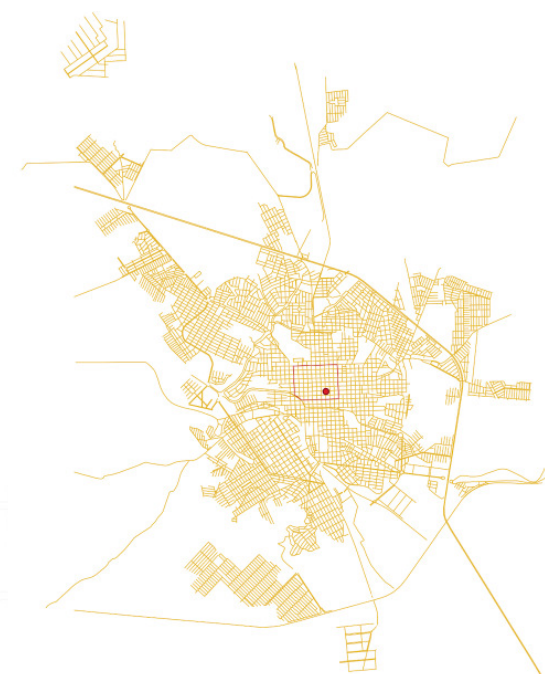
Nesse contexto, o projeto propõe a desapropriação de três lotes contíguos a fim de fazer cumprir a função social da propriedade, conforme o Estatuto da cidade, garantindo acesso à terra urbanizada e regularizada a distintos segmentos sociais, bem como o direito à moradia e serviços, e democratizar o acesso ao centro, utilizando-se de áreas com infraestrutura já consolidada, por meio da implantação de um edifício de habitação social e a reabilitação de um imóvel de interesse histórico para situar uma Unidade Básica de Saúde de Porte I, uma vez que: “A valorização do uso residencial, nele incluindo atividades de comércio e serviços de caráter local, deve constituir o eixo estratégico de uma política de recuperação urbana, pois enfatiza a dimensão humana e social na utilização cotidiana das áreas preservadas.” (BONDUKI, 2010)

A implementação de habitação, serviço e comércio no projeto constitui a síntese de uma cidade, visto que a urbanidade condensa-se em lugares com superposição de variadas funções: comércio, serviços, educação, habitação, lazer (HOLANDA et al, 2003) e que um arranjo adequado dos usos do solo é fundamental para o desempenho das atividades urbanas. (VILLAÇA, 1978)

Enquanto a atribuição de um novo uso de caráter público para o imóvel de interesse histórico, contribui para o que Nabil Bonduki aponta como “mudança da imagem da cidade, fazendo com que a população passe a enxergar a relação entre as políticas de preservação e a sua vida cotidiana.” Ademais, ao preservar os imóveis de séculos anteriores, mantém-se características e parâmetros urbanísticos historicamente consolidados, como padrões de parcelamento do lote, tipologia de construção, relação dos imóveis com a rua, materiais construtivos, detalhes de adornos, entre outros, preservando padrões sociais, culturais (DIOGO, 2009 apud BONDUKI, 2010) e morfológicos de determinada área, uma vez que, considerando a afirmação de Lamas, “A tipologia edificada determina a forma urbana, e a forma urbana é condicionadora da tipologia edificada, numa relação dialética.”

ÁREA DE INTERVENÇÃO

A delimitação de um recorte do território, para escolha do terreno objeto de projeto, partiu de um conjunto de quadras no centro da cidade, onde há uma predominância de comércios, serviços e espaços públicos atrelados a edifícios institucionais, como a praça Coronel Salles, a câmara Municipal e a Escola Estadual Coronel Paulino Carlos, a Catedral de São Carlos e o Jardim Público, Colégio São Carlos, Escola Estadual Álvaro Guião, a Prefeitura Municipal, entre outros, porém com quantidade significativa de lotes ociosos ou subutilizados.

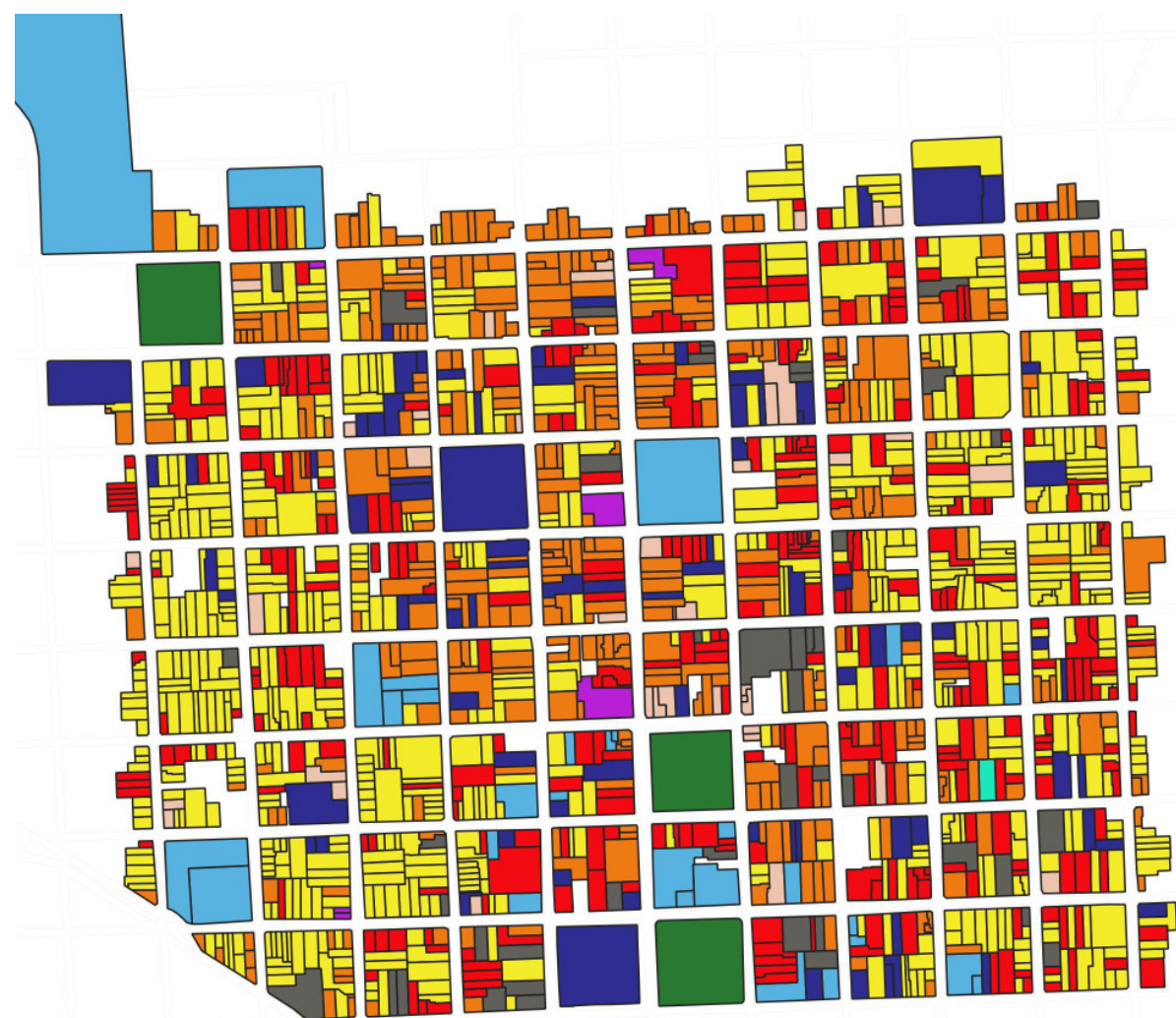


RECORTE
TERRENO
vias

0 100 200 m

USOS

- Serviços
- Comercial
- Residencial
- Institucional Privado
- Institucional Público
- misto com habitação
- Misto sem habitação
- Praças
- estacionamentos
- Saúde



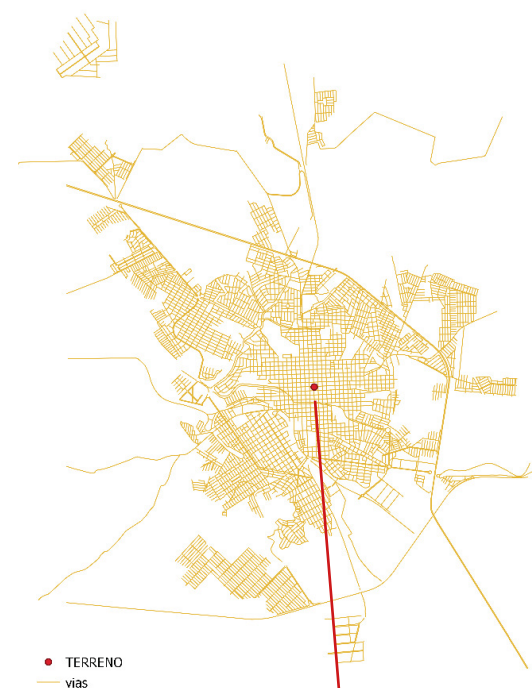
0 100 200 m

CHEIOS E VAZIOS

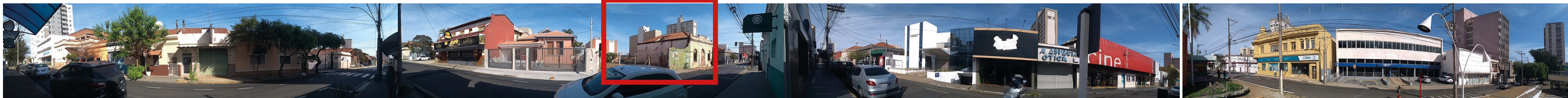
- ESTACIONAMENTOS
- PRAÇAS
- CHEIOS
- VAZIOS

ÁREA DE INTERVENÇÃO

O Terreno escolhido para intervenção, possibilita a síntese das questões averiguadas durante o processo de leitura da cidade e consiste em um conjunto de 3 lotes contíguos totalizando 1.426m², incluindo um imóvel de interesse histórico com 180m² localizado na esquina entre a rua São Joaquim e a Rua Major José Inácio - antes denominada de Rua Municipal, uma das principais vias públicas da cidade, na qual encontram-se o Museu da Ciência Prof. Mário Tolentino, a prefeitura Municipal, o cine São Carlos e um CAPS (Centro de atenção psicossocial). Sua inserção na malha urbana permite, morfológicamente, ser um ponto de acessibilidade diferenciado, onde se condense urbanidade (HOLANDA et al, 2003).

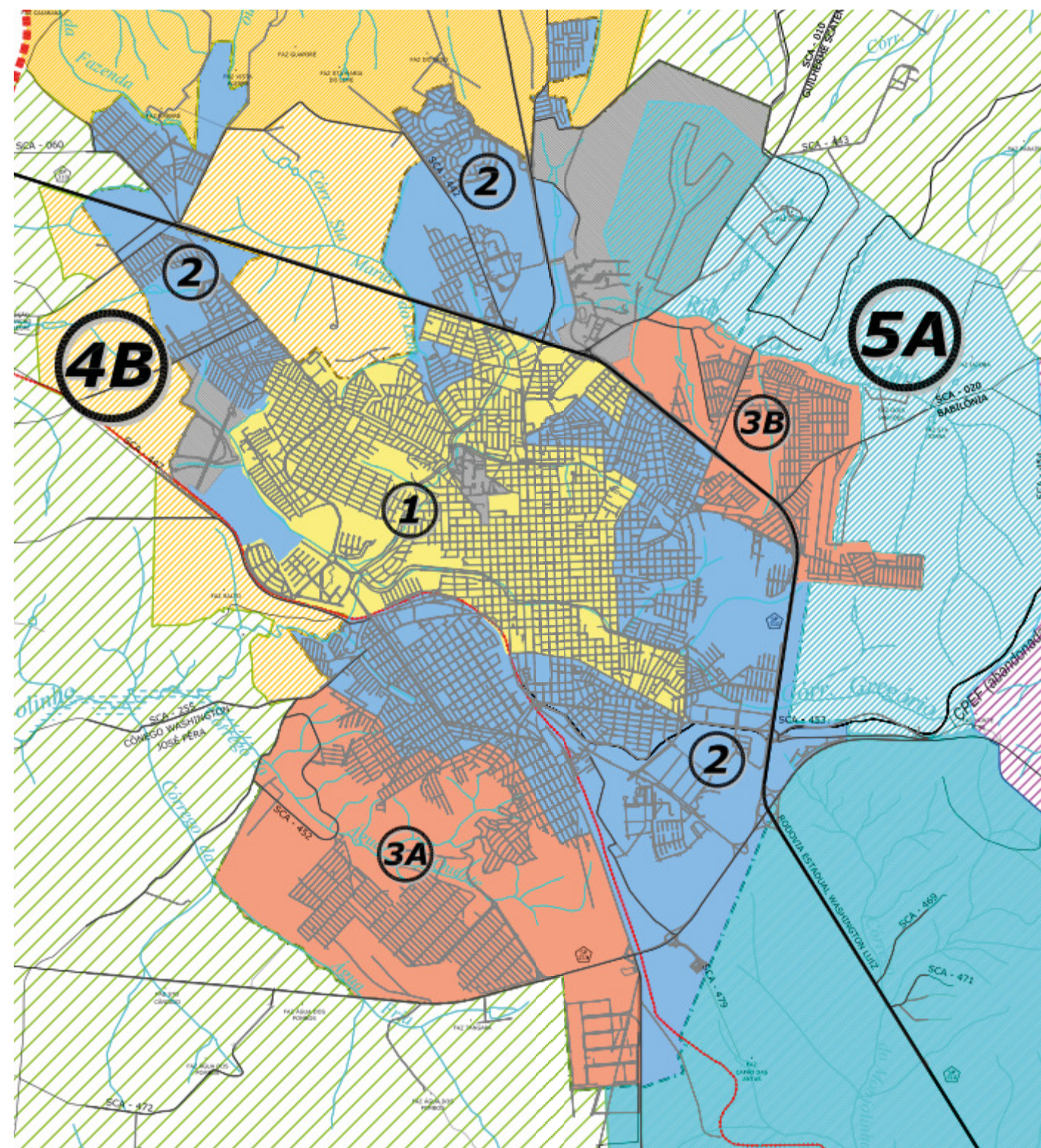


N
Localização do terreno
Fonte: Google Earth, 2021



Fachadas rua Major José Inácio
Fotos: autora, 2022

ÁREA DE INTERVENÇÃO



Os lotes destinados a intervenção inserem-se na zona de ocupação induzida (Zona 1), cujas diretrizes, conforme o Plano Diretor de São Carlos, consistem em: promover a ocupação de imóveis vazios ou subutilizados, aproveitando a infraestrutura local e promovendo a função social do lote; promover a ocupação de imóveis vazios ou subutilizados, aproveitando a infraestrutura local e promovendo a função social da cidade e da propriedade; promover a recuperação e manutenção dos conjuntos arquitetônicos de interesse histórico e a conservação da memória enquanto patrimônio coletivo; garantir e incentivar a diversidade de usos. Os coeficientes urbanísticos são CO (coeficiente de ocupação) 70%; CP (Coeficiente de permeabilidade) = 15% e CA (coeficiente de aproveitamento)=1,4.

Legenda

Zona 1 - Ocupação Induzida	Zona 4 - Regulação e Ocupação Controlada	
Zona 2 - Ocupação Condicionada	Zona 5 - Proteção e Ocupação Restrita	
Zona 3 - Recuperação e Ocupação Controlada	Zona 6 - Produção Agrícola Familiar	
Campi Universitários	Zona 7 - Uso Predominantemente Agrícola	
Rodovia	Perímetro Urbano	Ferrovia
Córrego	Limite do Município	

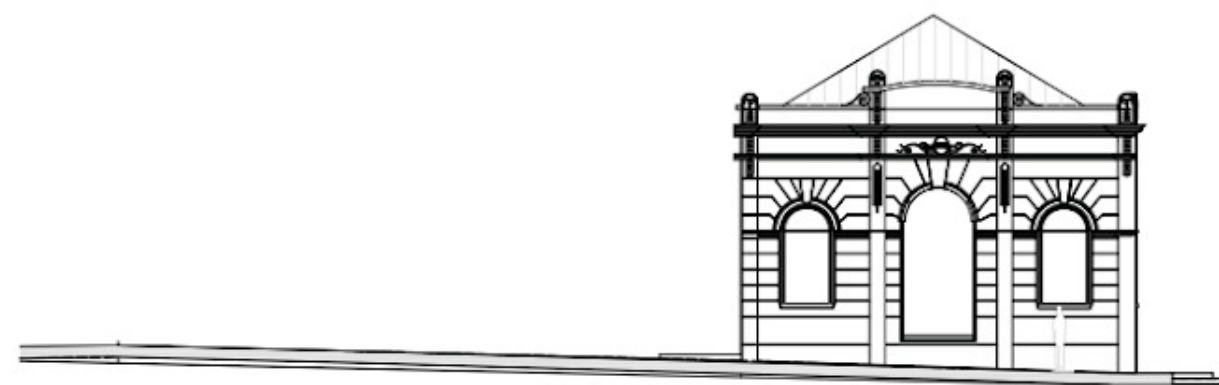
Zoneamento do Município
Fonte: Prefeitura Municipal de São Carlos, 2005.

ÁREA DE INTERVENÇÃO

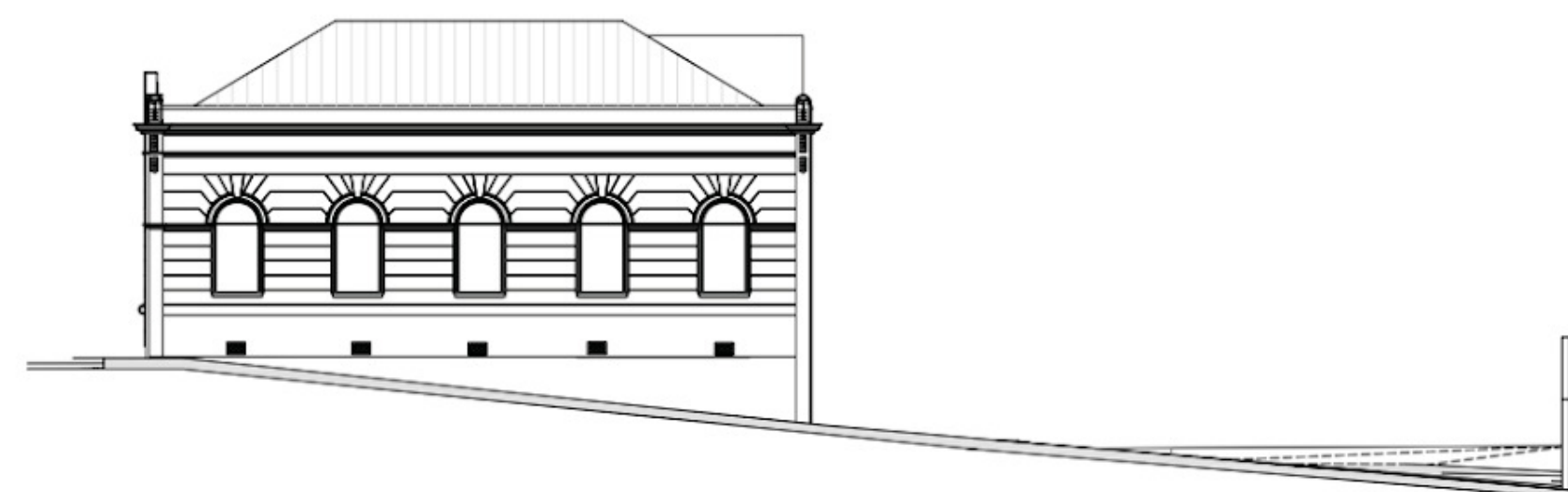


ÁREA 180m²

ÁREA 1246,56m²



FACHADA RUA MAJOR JOSÉ INÁCIO



FACHADA RUA SÃO JOAQUIM

Levantamento das fachadas
Fonte: Paulo Monteiro Arquitetura.

ÁREA DE INTERVENÇÃO



FACHADA RUA MAJOR JOSÉ INÁCIO
Foto autora, 2022



FACHADA RUA SÃO JOAQUIM
Foto autora, 2022

ÁREA DE INTERVENÇÃO



PANORÂMICAS DAS ESQUINAS PRÓXIMAS A ÁREA DE PROJETO
Foto: autora, 2022

PARTIDO PROJETUAL

O partido consiste em conectar moradia e equipamento com um espaço público de livre articulação com a cidade, marcando a distinção da temporalidade entre as duas construções, bem como da intervenção no imóvel de interesse histórico. A partir deste princípio, propõe-se um bloco contínuo de habitação, com uma das extremidades inclinada de modo a contornar a preexistência, ressaltando-a, bem como voltar-se para a praça central direcionada à rua. Sendo assim, conforma-se um intervalo entre os dois edifícios caracterizado por um espaço público, um entreato, distribuído em três níveis, de modo a articular os pavimentos do edifício de interesse histórico com a rua e o bloco residencial, conectando-os espacialmente.

A proposição de espaço público insere-se como “um instrumento urbanístico fundamental para o resgate da cidade democrática contemporânea, seriamente ameaçada pela dissolução, fragmentação e privatização de seus espaços” (BORJA, 2000 apud ABRAHÃO, 2008), além de ser “um instrumento privilegiado para se refazer as cidades e para qualificar as periferias, para manter e renovar os centros antigos e produzir novas centralidades, para costurar os tecidos urbanos e para dar um valor cidadão às infraestruturas” (BOHIGAS apud ABRAHÃO, 2008)

maquete e diagramas de estudo preliminar

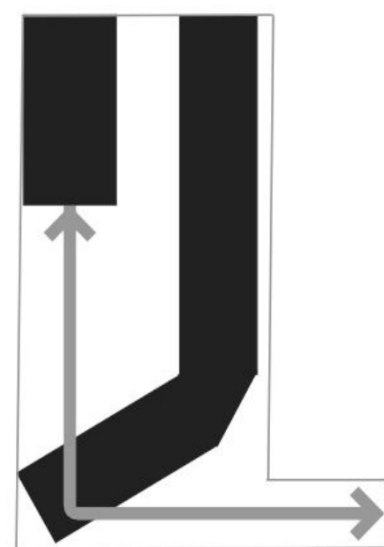


DIAGRAMA DE ESTUDO PRELIMINAR
ESPAÇO EDIFICADO E ESPAÇO LIVRE



MAQUETE DE ESTUDO PRELIMINAR



MAQUETE DE ESTUDO PRELIMINAR

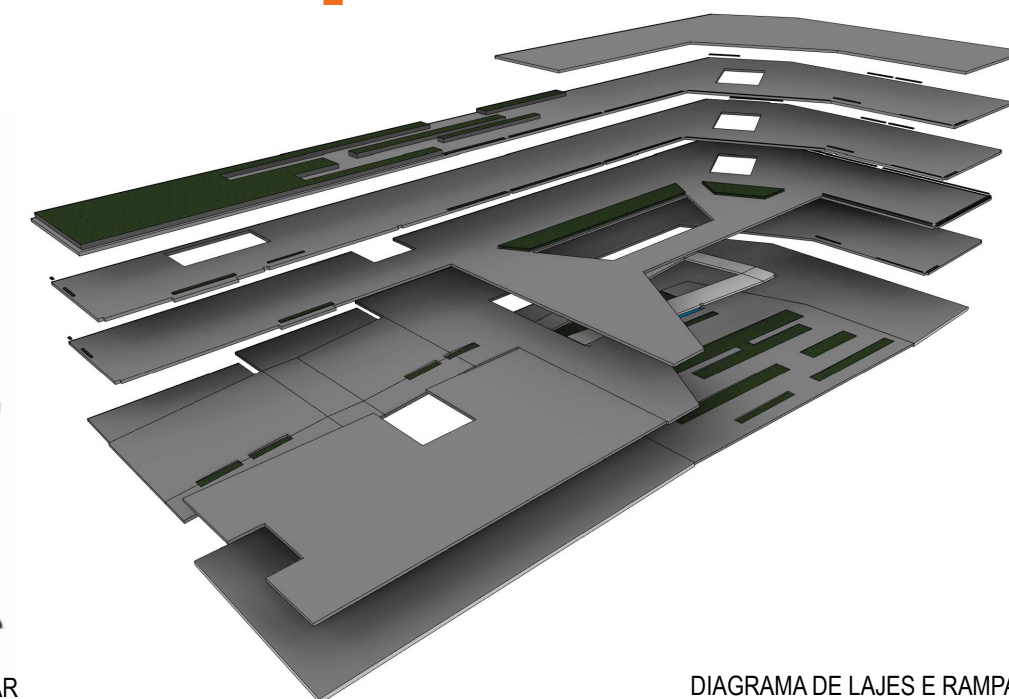
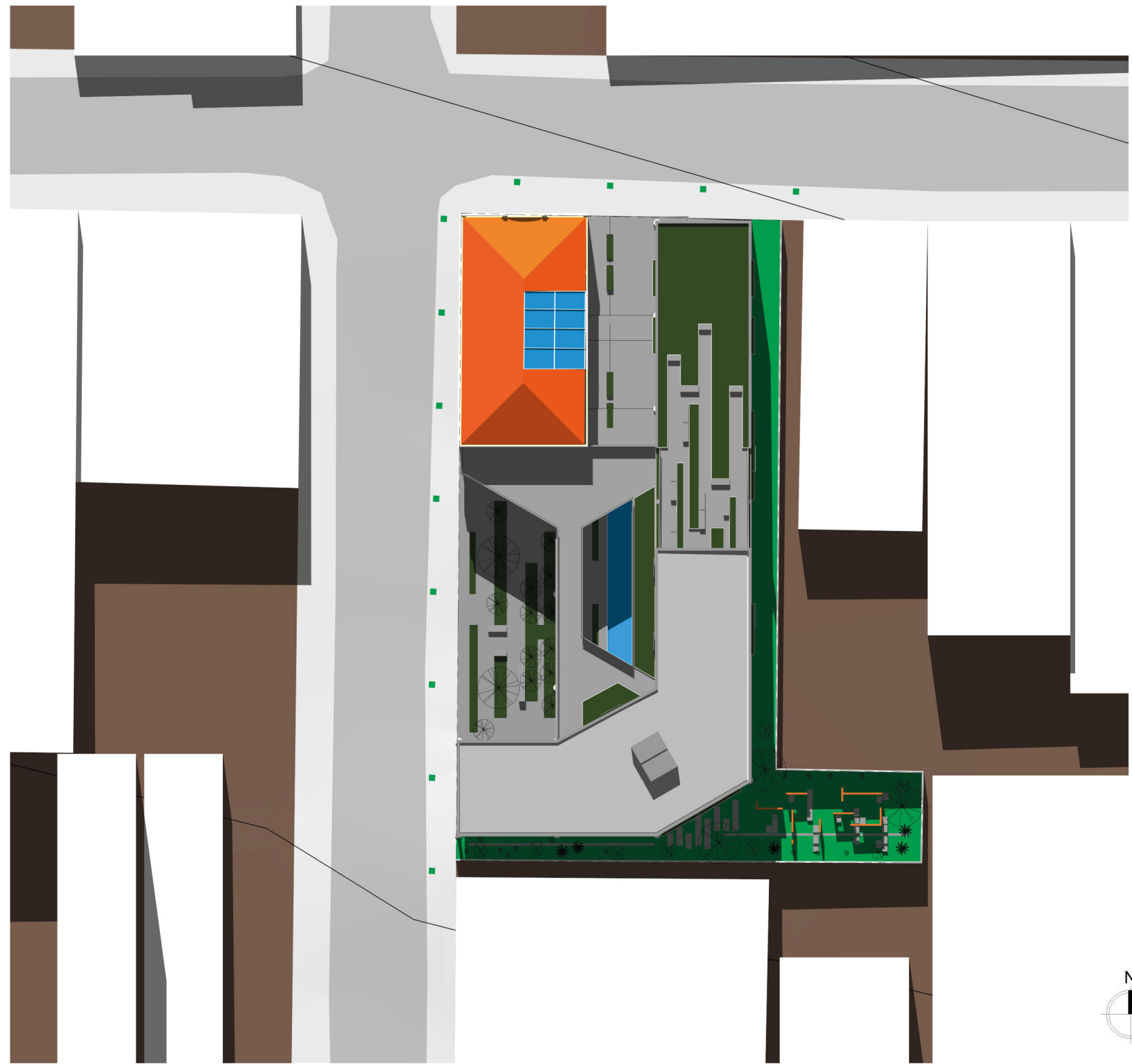


DIAGRAMA DE LAJES E RAMPAS

IMPLANTAÇÃO



PROGRAMA

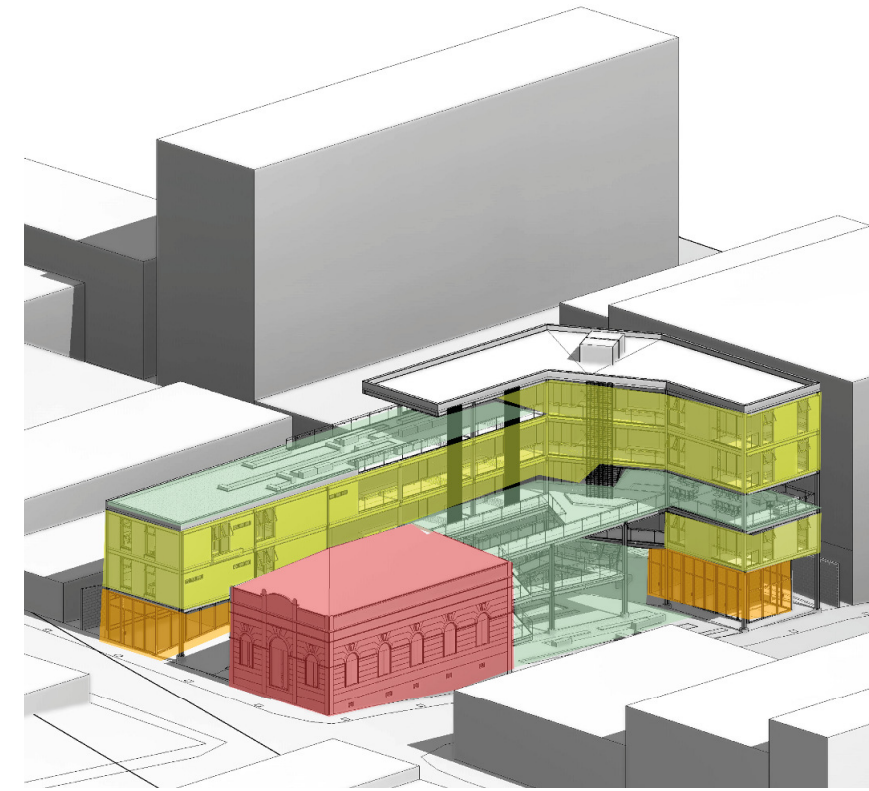


DIAGRAMA DE USOS

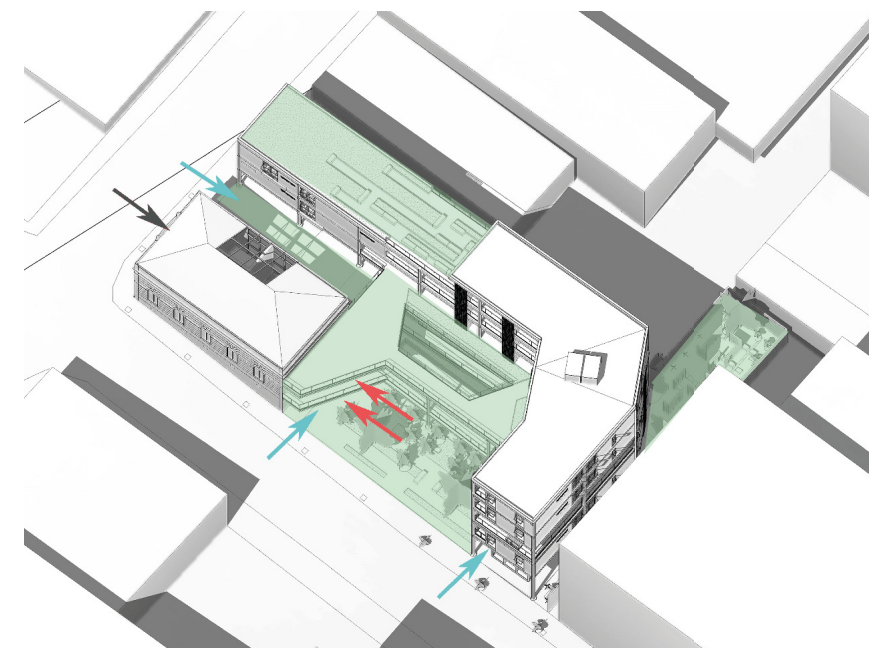
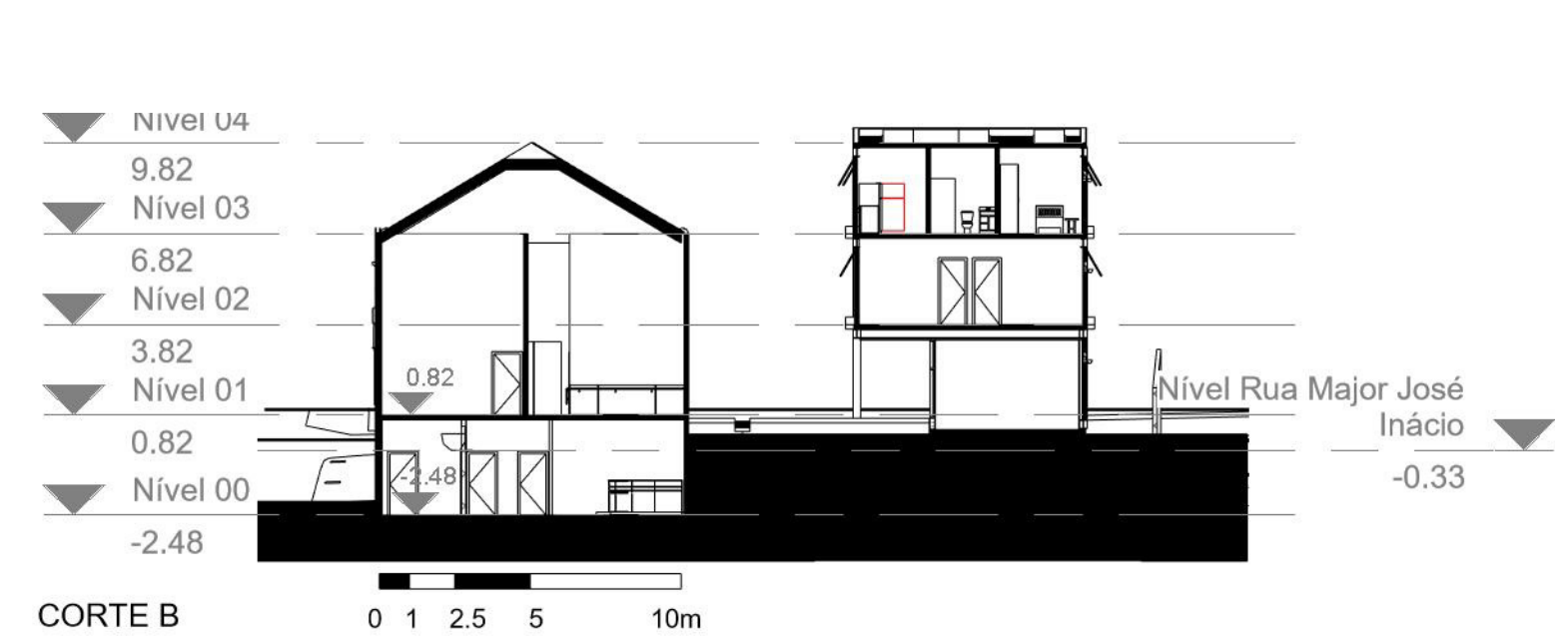
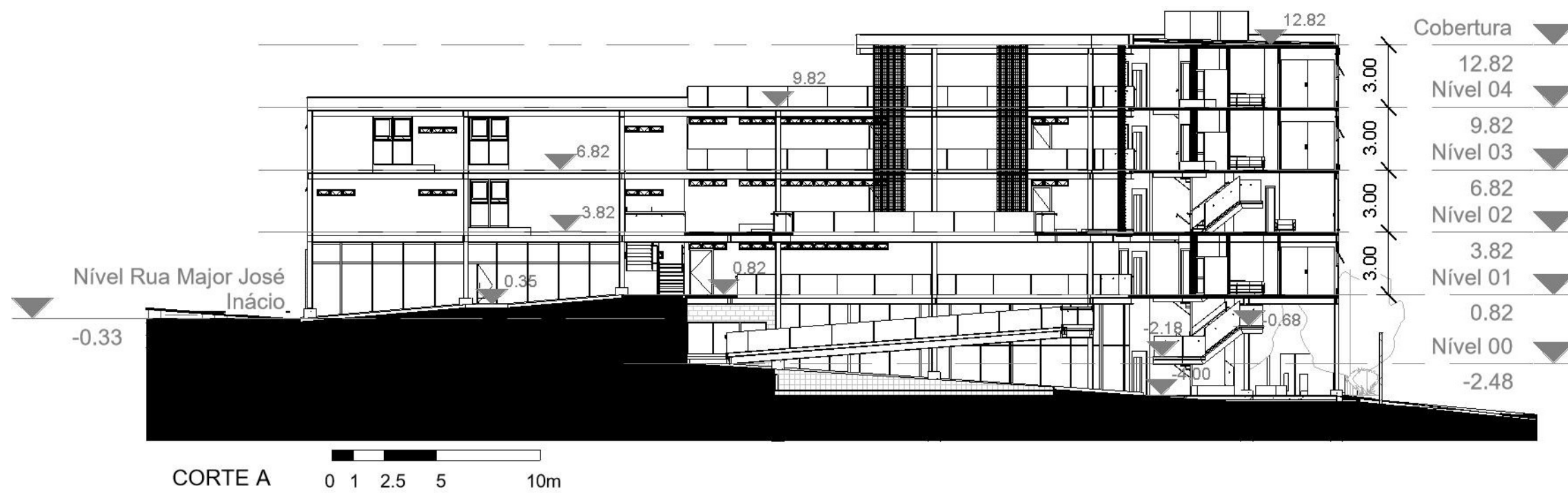
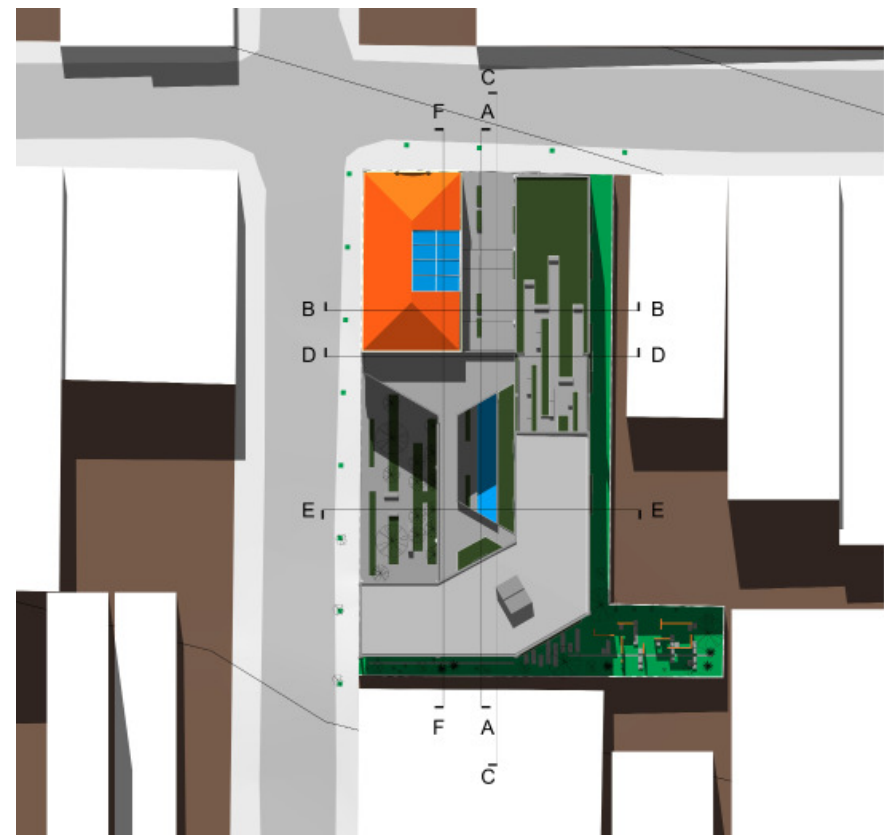


DIAGRAMA DE ACESSOS

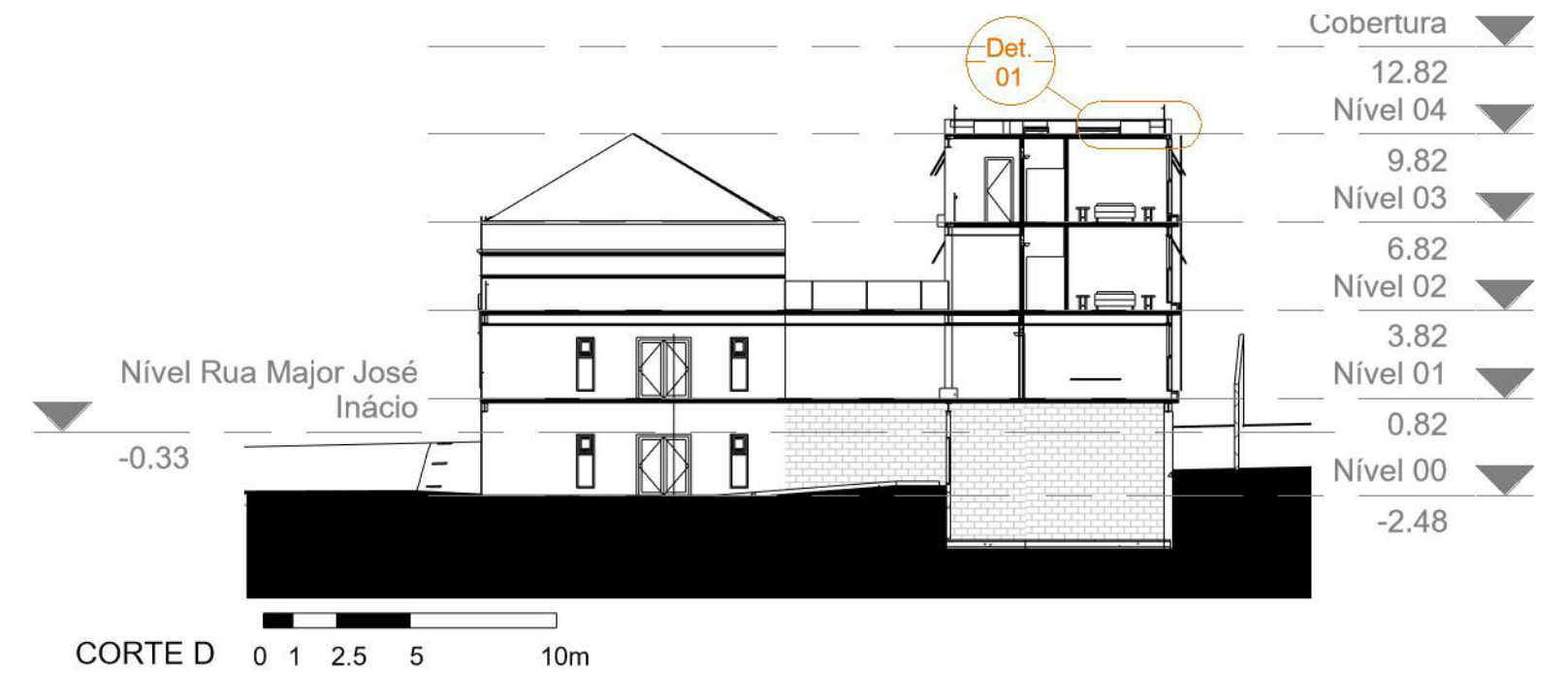
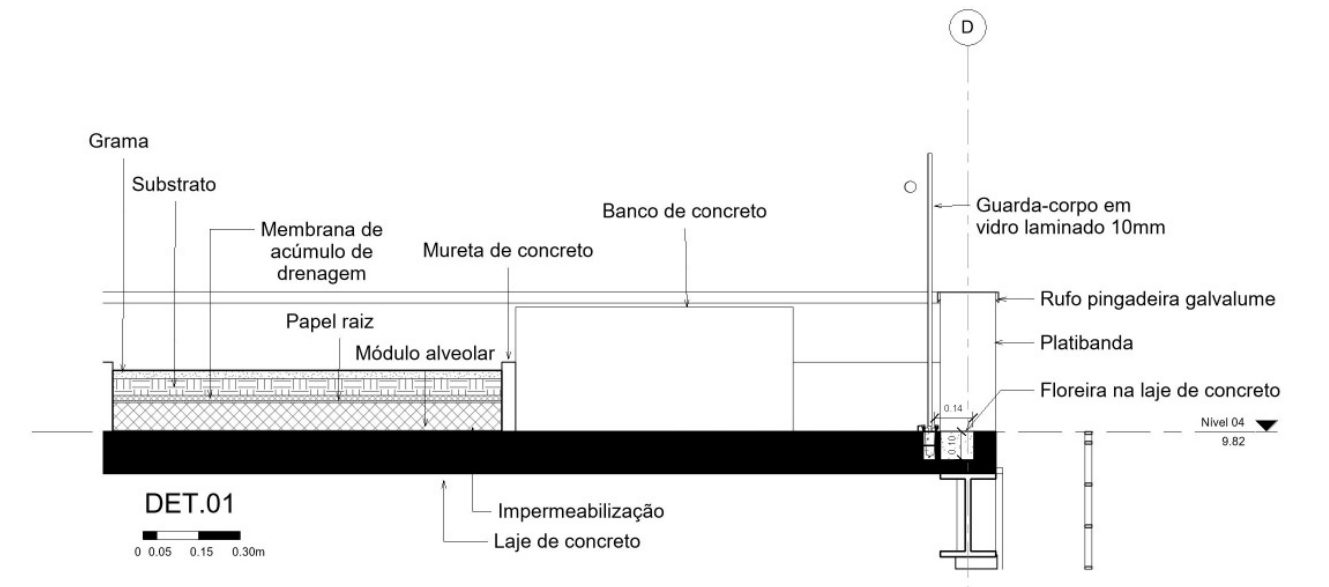
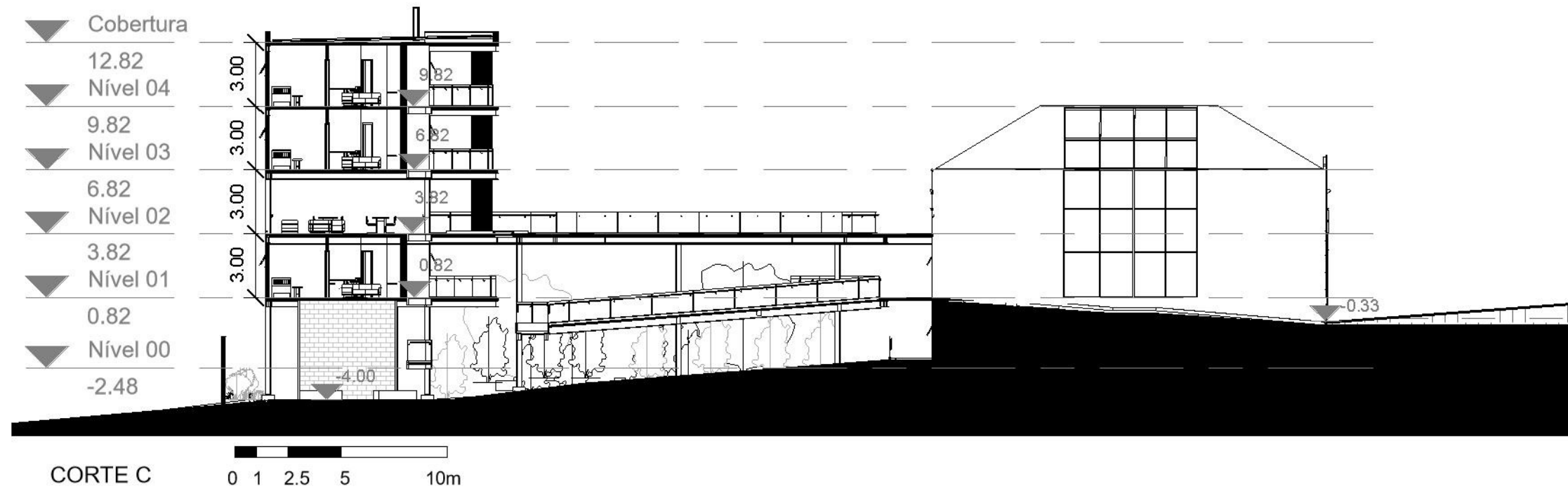
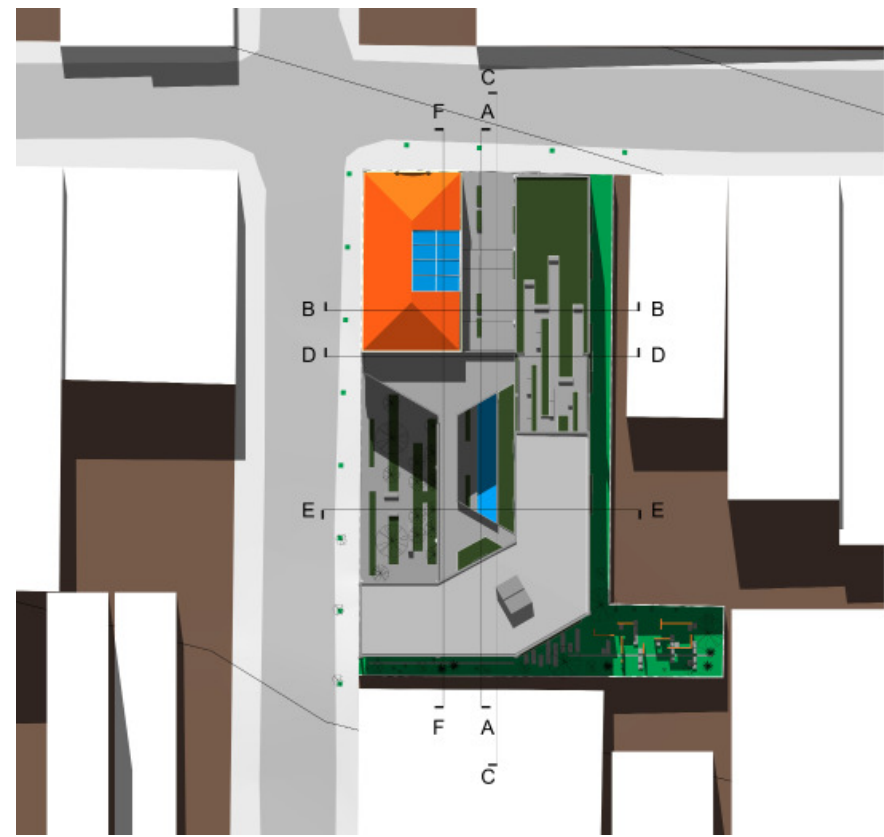
- ESPAÇOS COM ACESSO PÚBLICO
- HABITAÇÃO
- UBS
- COMÉRCIO
- ACESSO ADMINISTRATIVO UBS
- ACESSOS PRINCIPAIS UBS
- ACESSOS NO NÍVEL DA RUA

CORTES

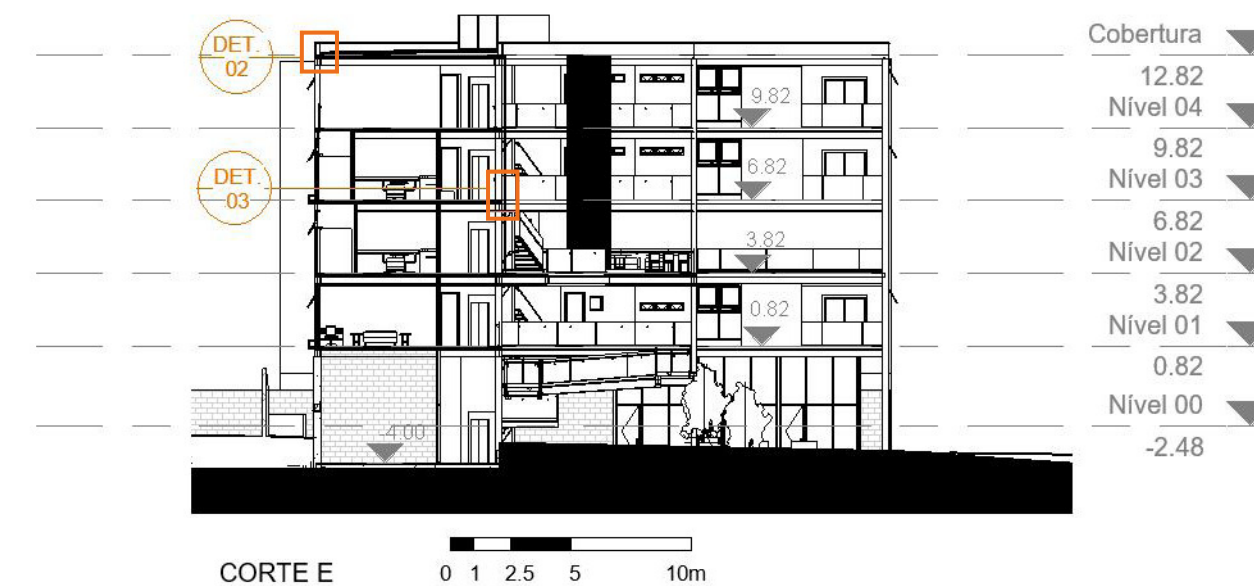
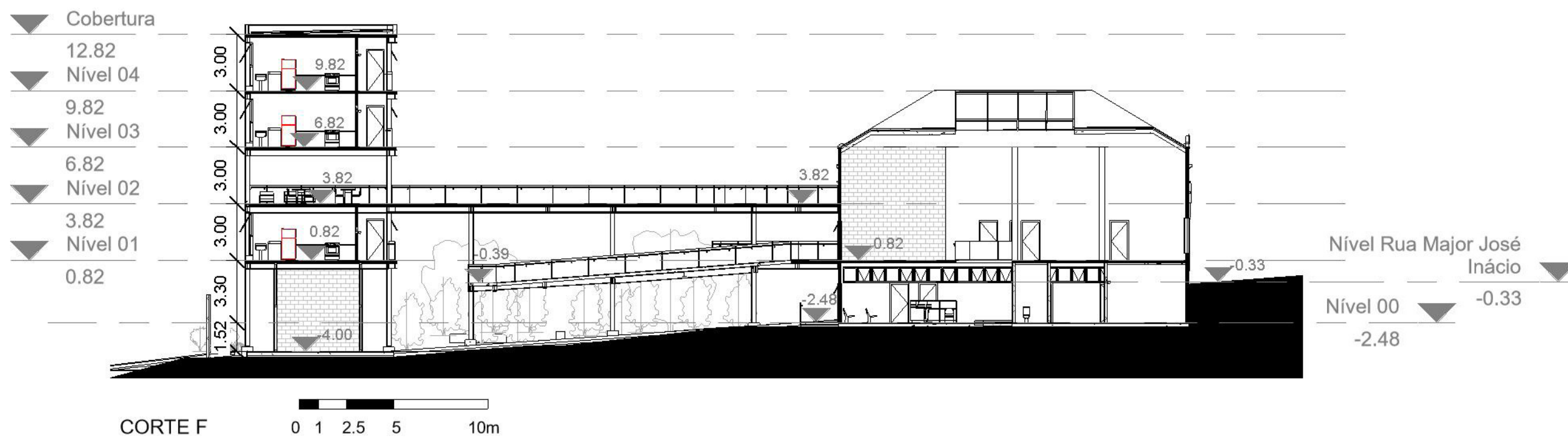
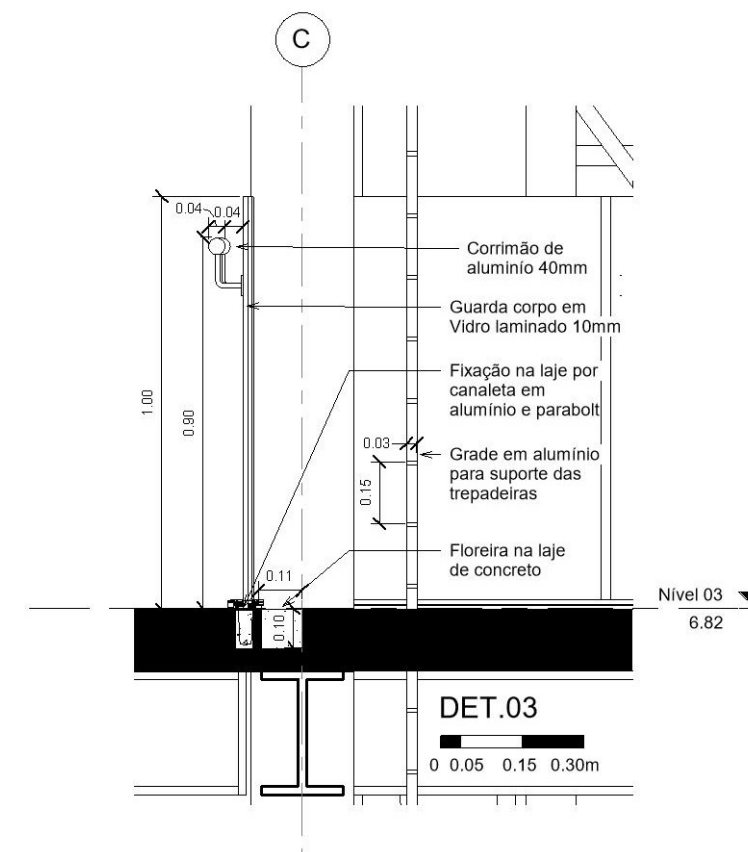
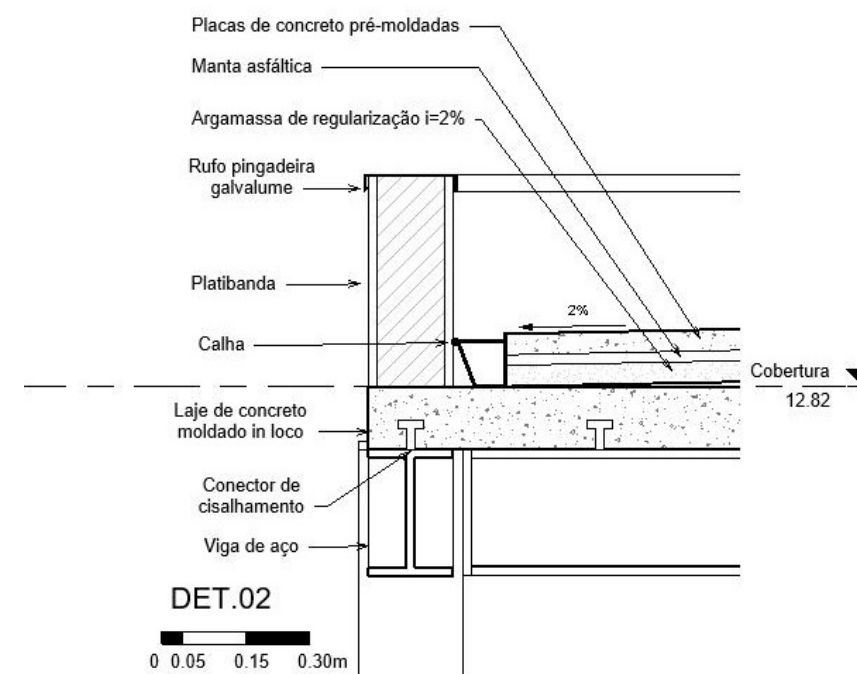
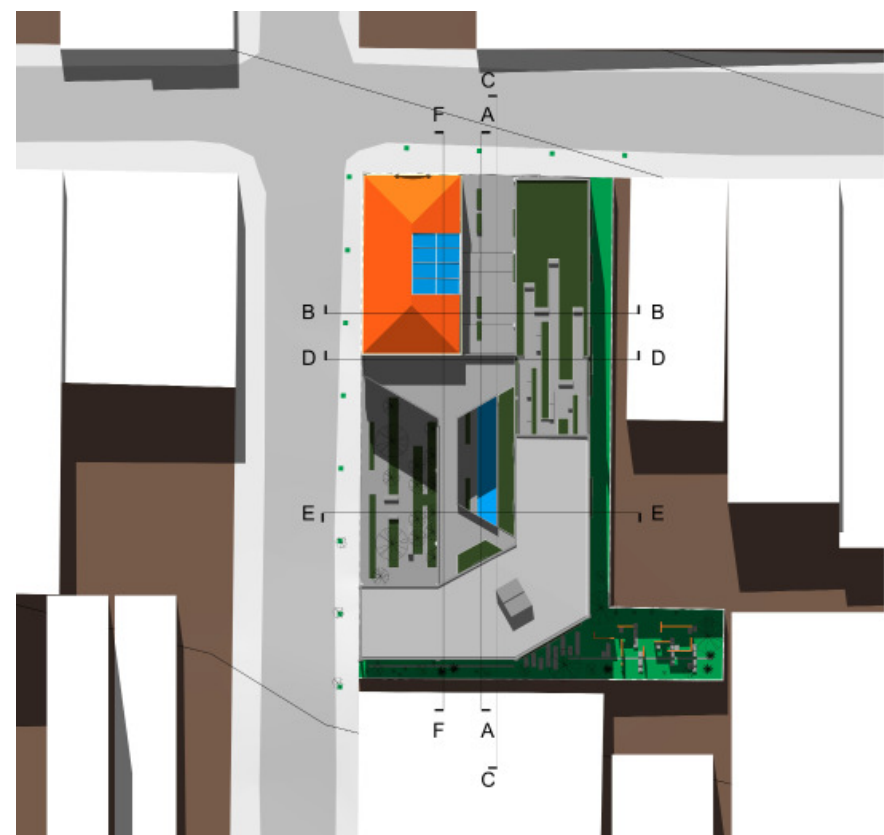
A materialidade do bloco habitacional consiste em vedação com painéis de concreto pré-fabricado, pilares de aço, laje de concreto e viga mista, a fim de proporcionar esbeltez da estrutura.

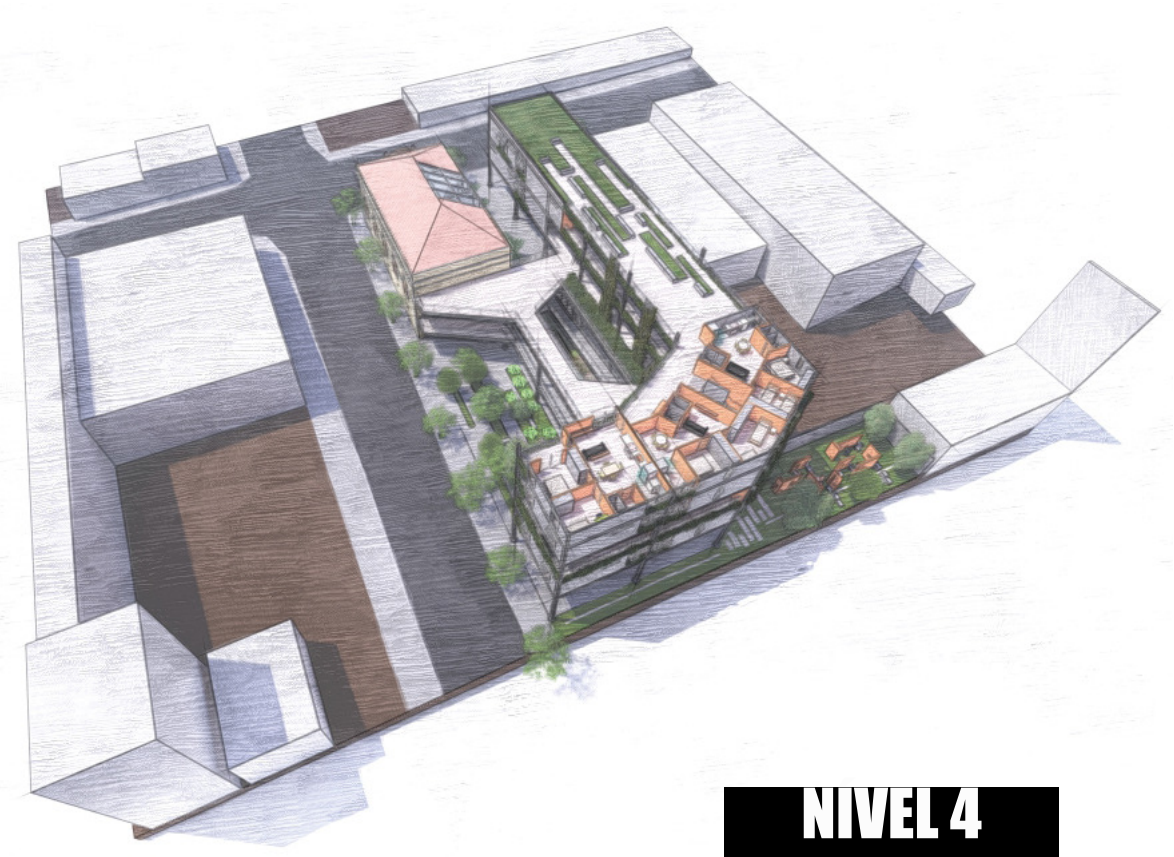
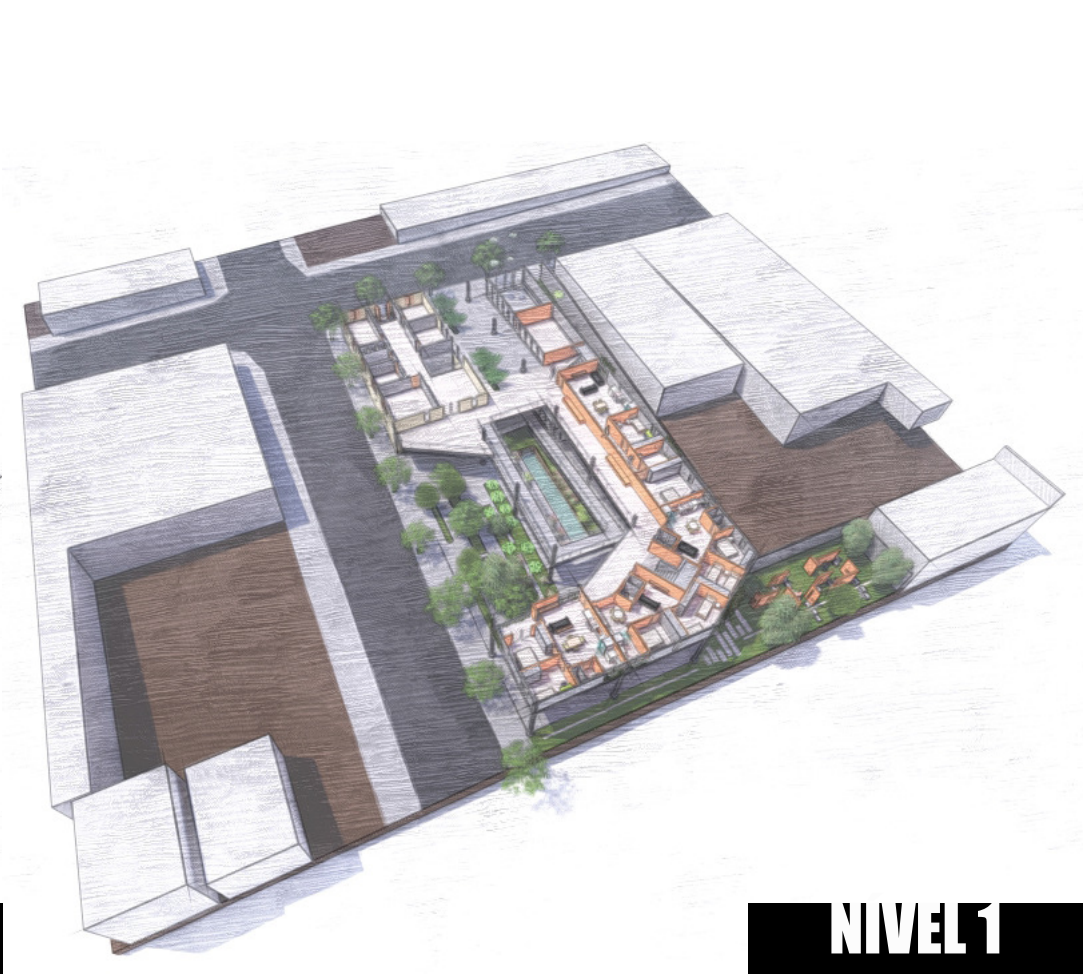
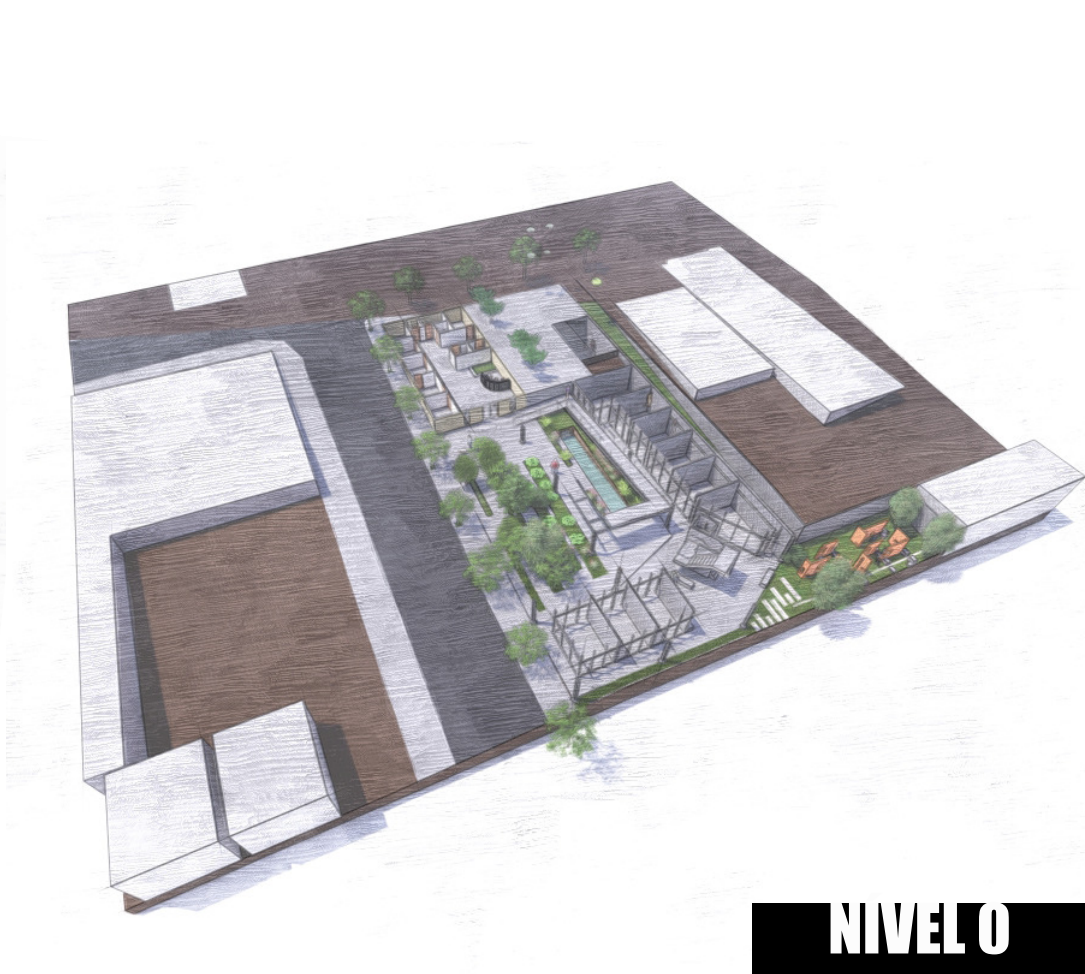
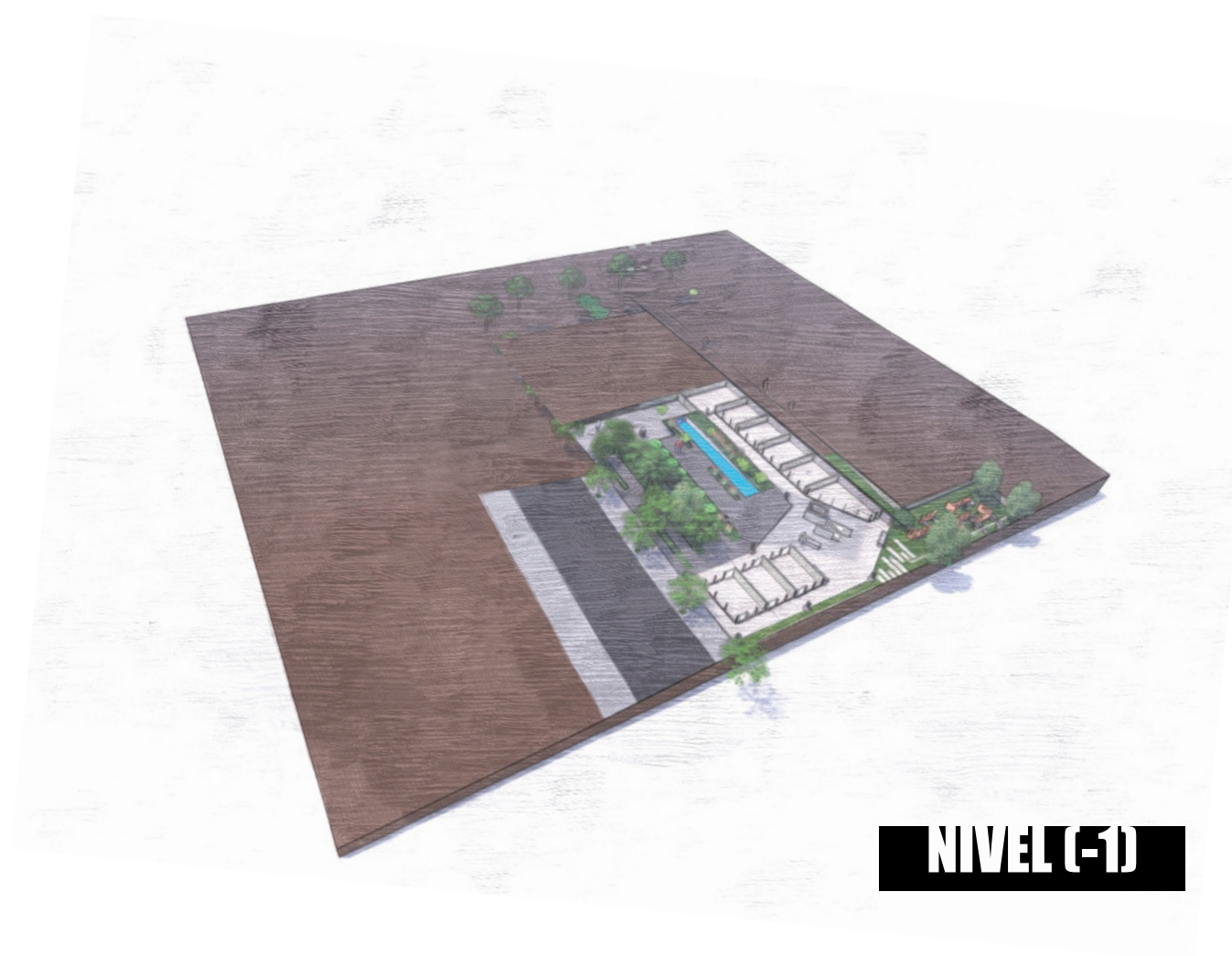


CORTES



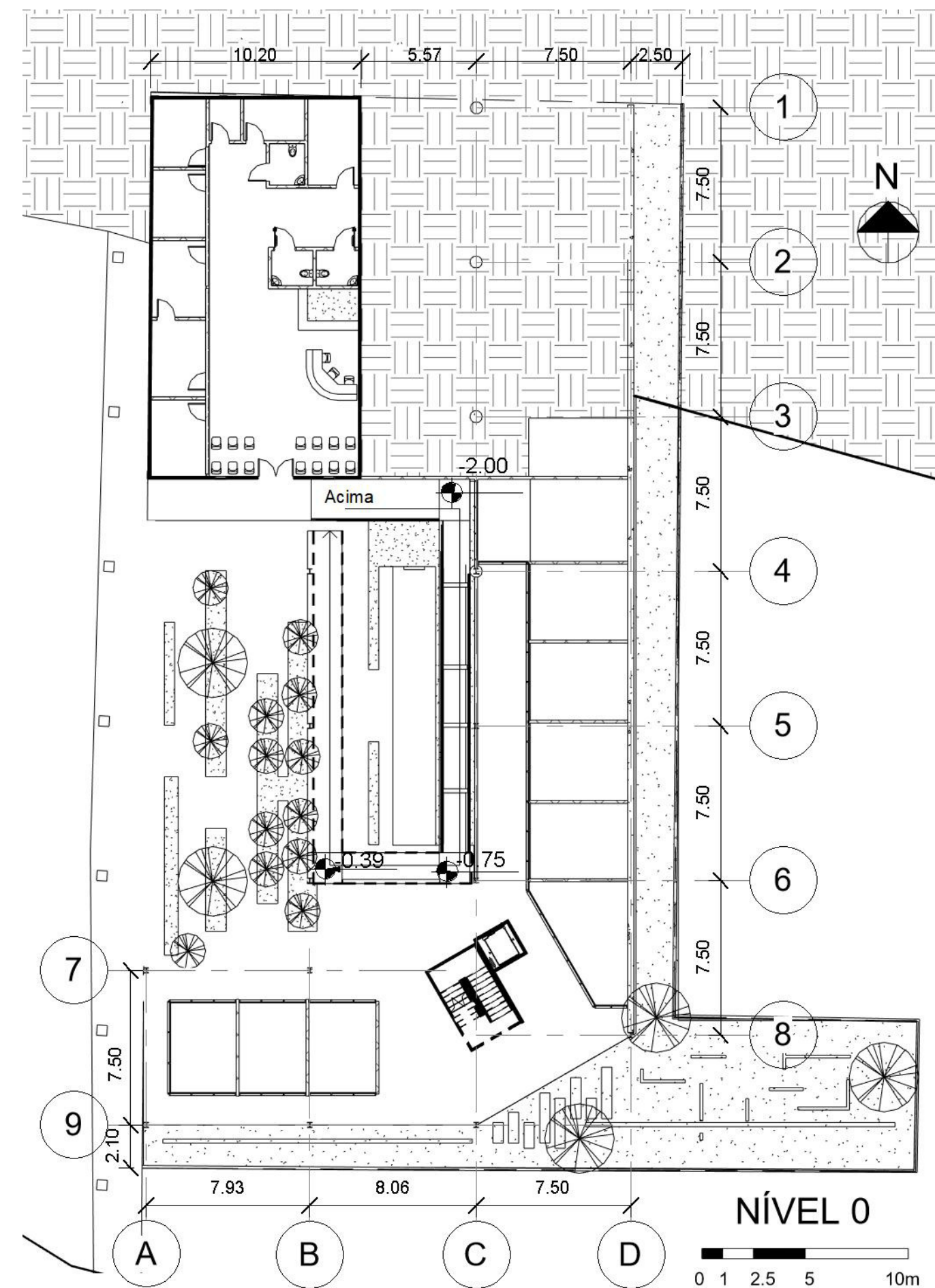
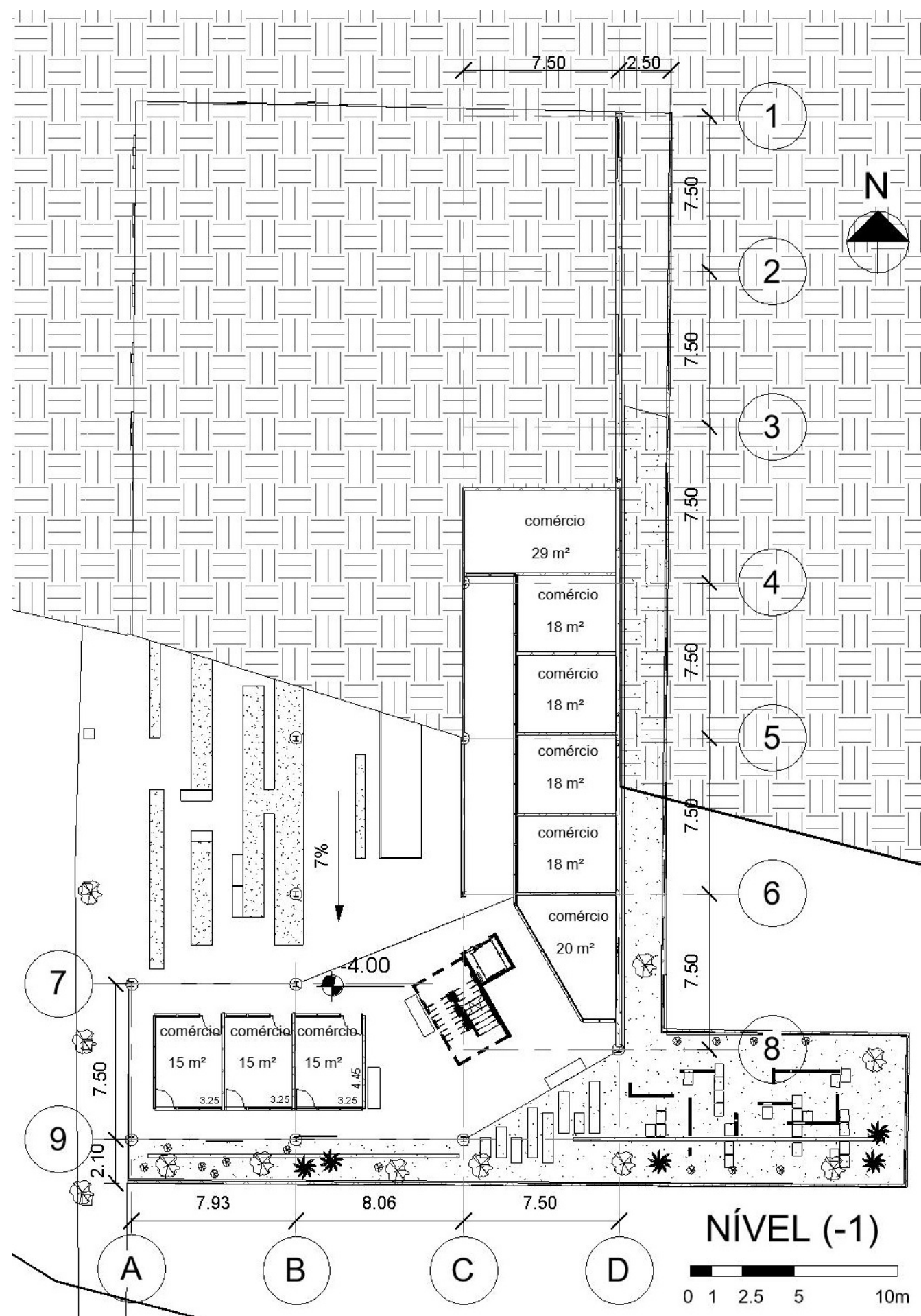
CORTES



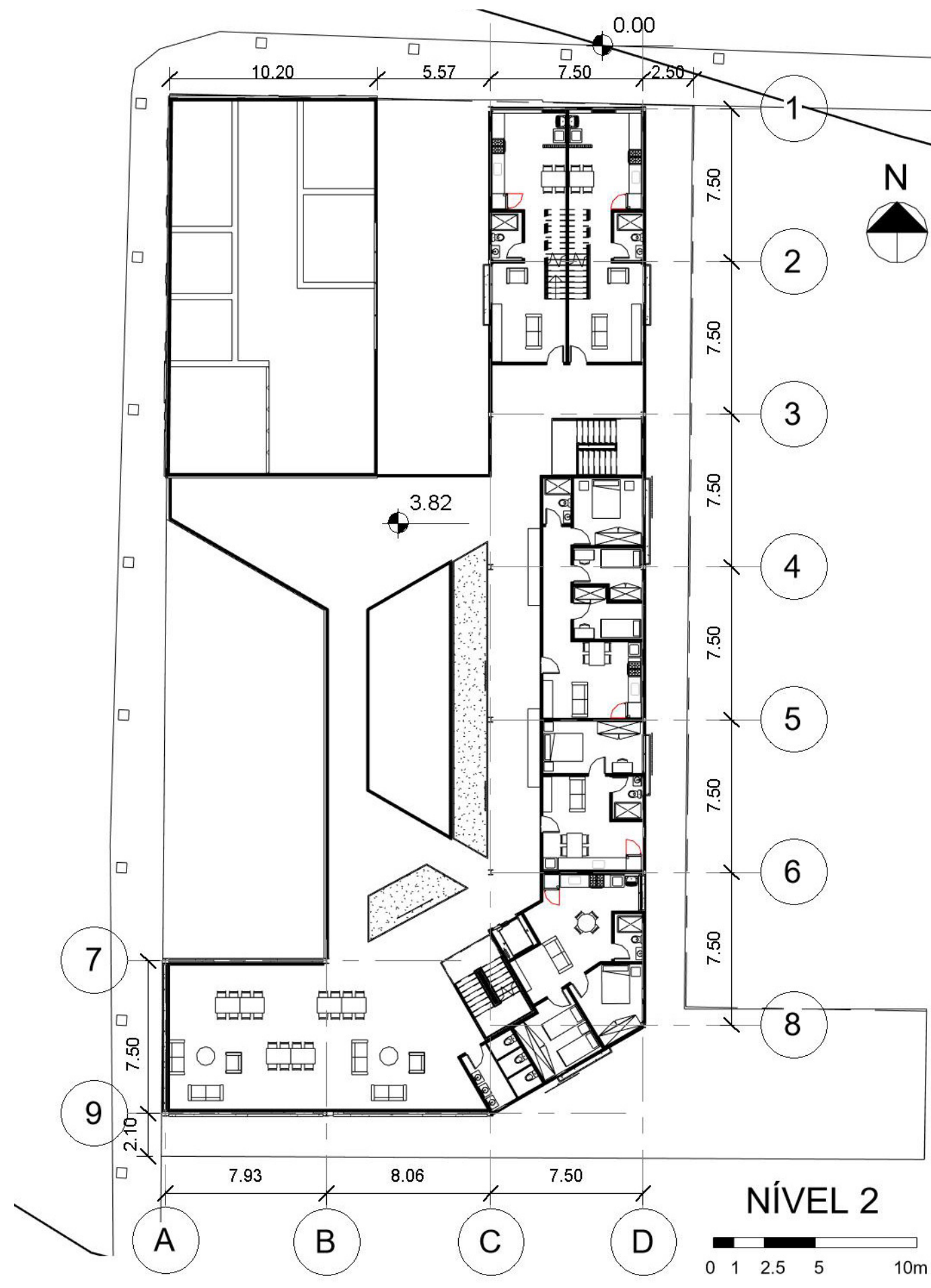
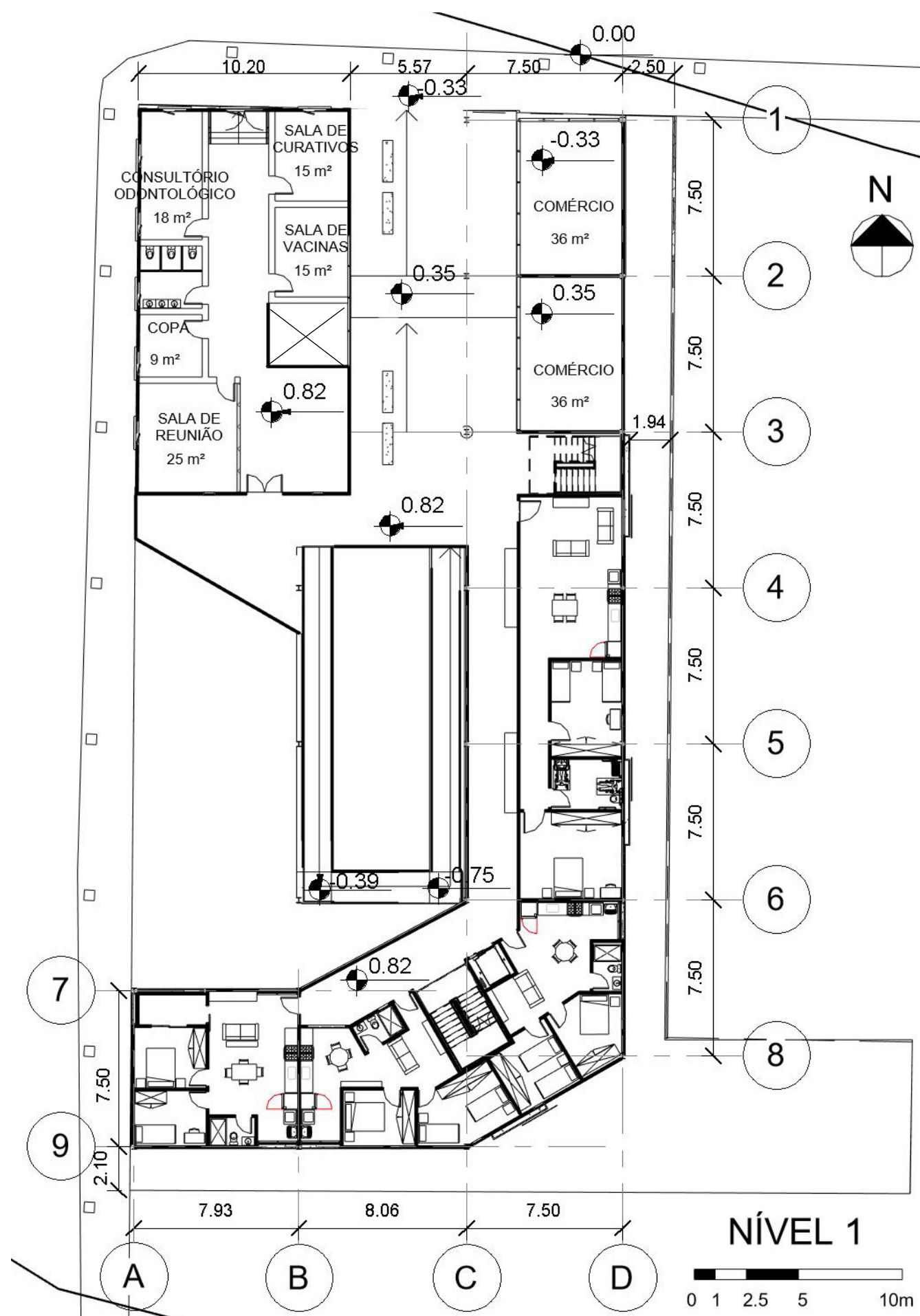


PLANTAS

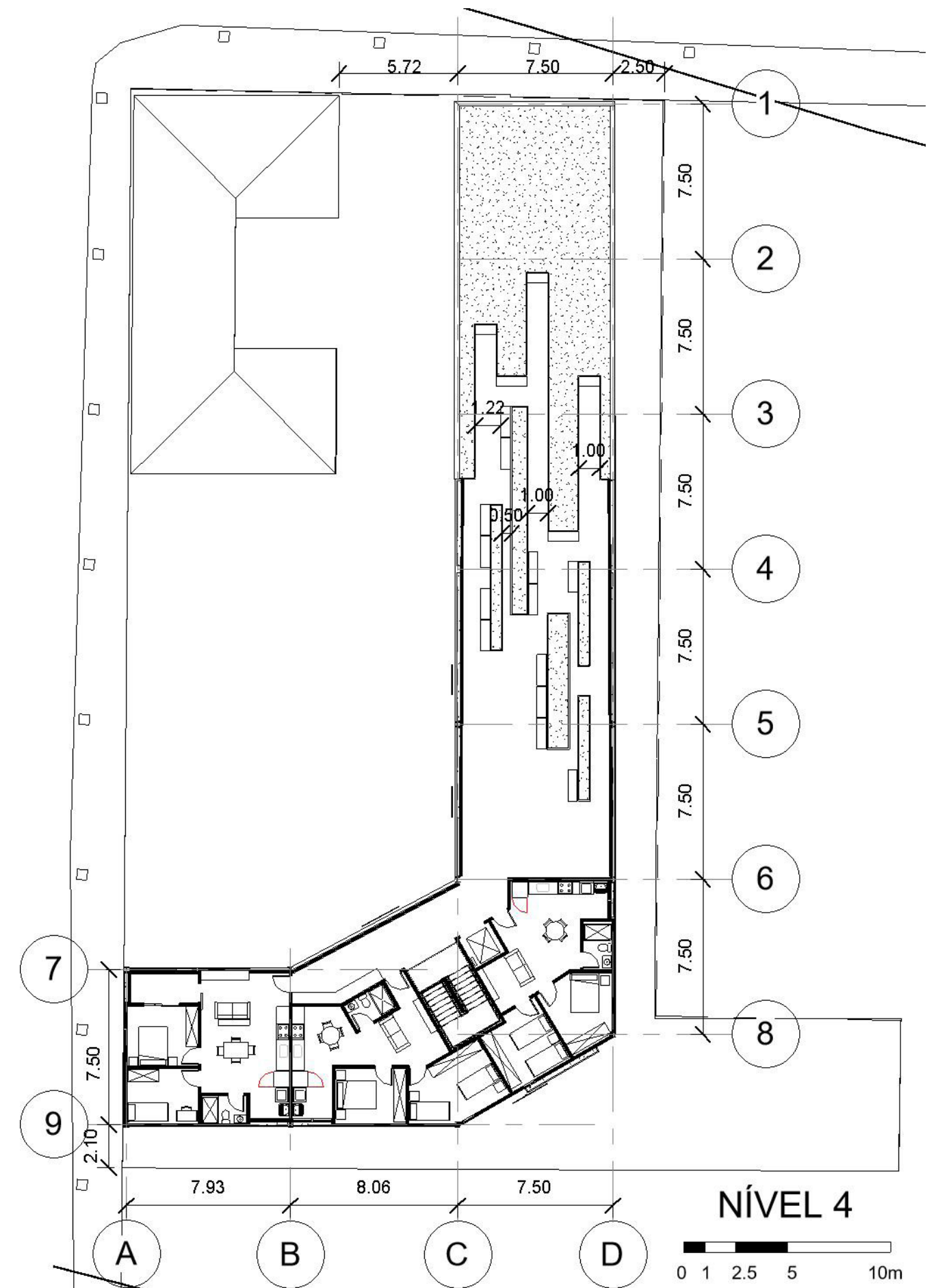
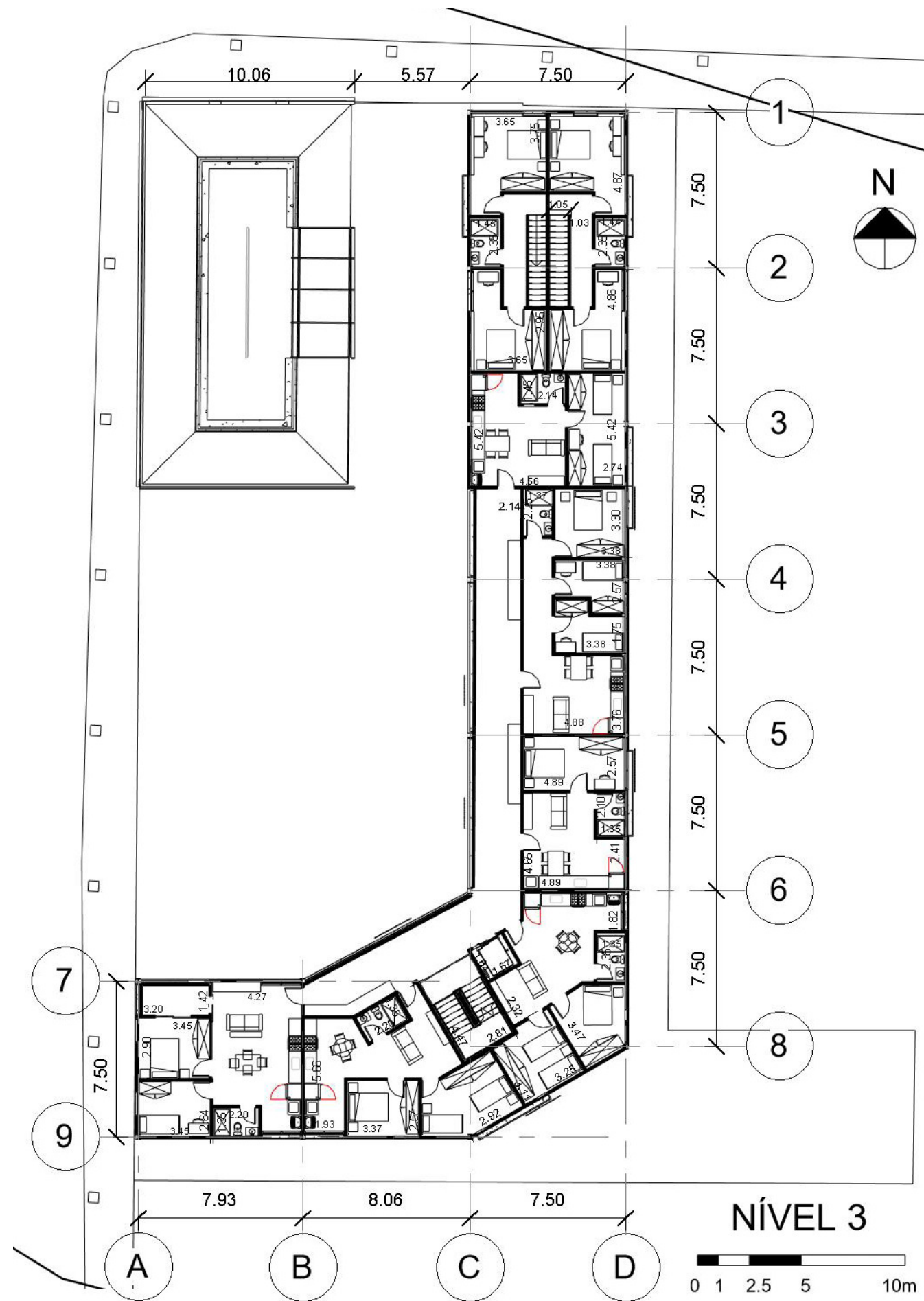
A fim de promover a permeabilidade entre espaço público e privado, as áreas livres do projeto abrem-se para a cidade, tanto a praça quanto a passagem de pedestres entre a UBS e o edifício habitacional. No caso da habitação, as portas voltam-se para a praça central, bem como a sala e a cozinha, enquanto os quartos e banheiros estão orientados ao fundo do lote. Foram propostos dois espaços de uso coletivo, um salão multiuso no nível 2, estendendo-se para a marquise que recobre a rampa, e um terraço jardim no último nível, além de duas praças, uma no centro da implantação e outra a sudeste a qual possui um caráter mais lúdico com um labirinto de paredes e blocos de concreto.



PLANTAS



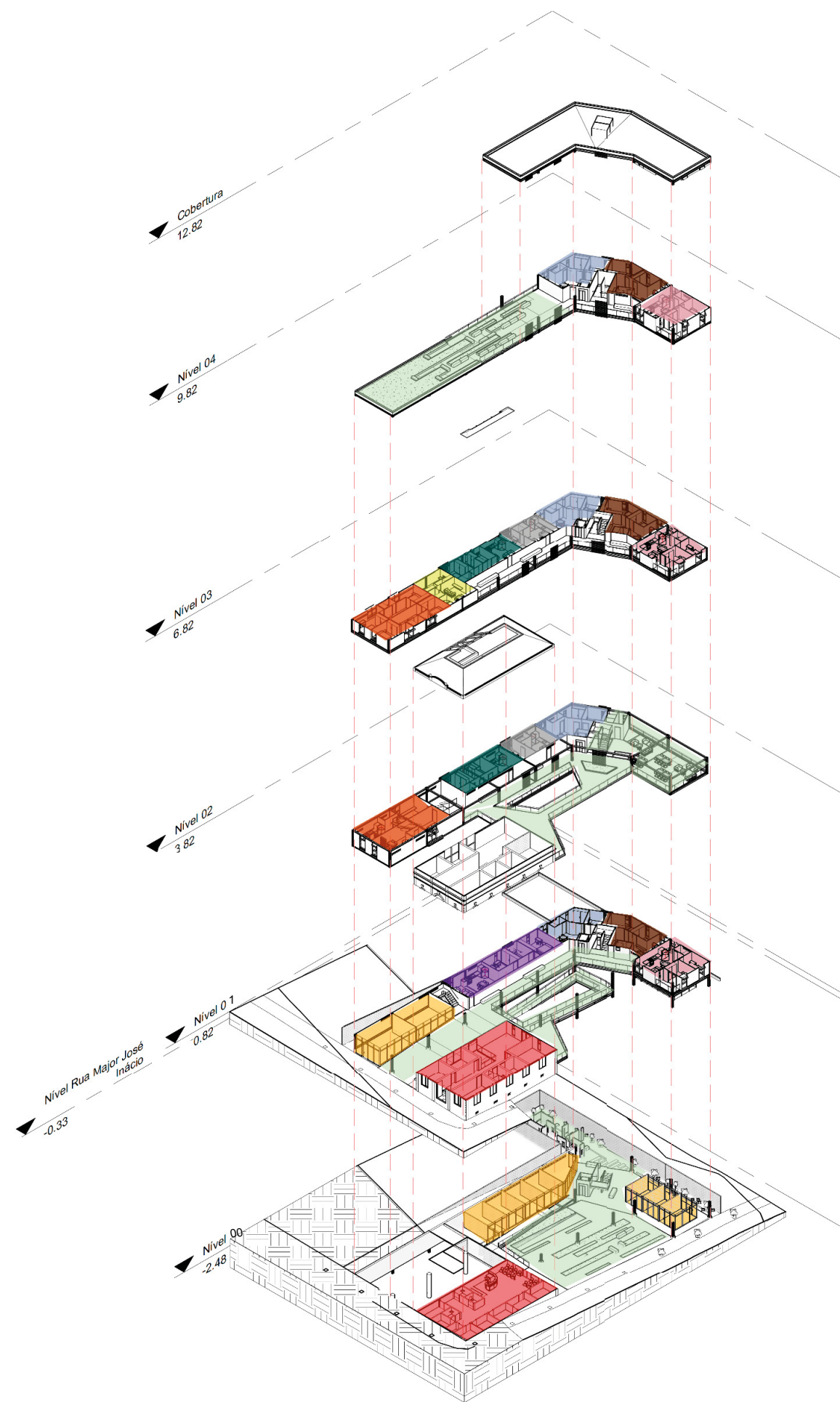
PLANTAS



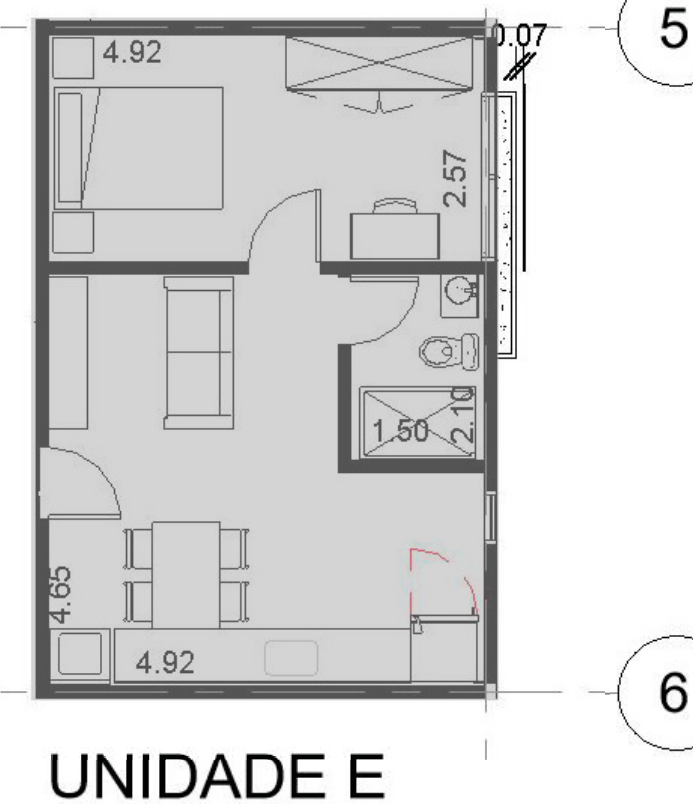
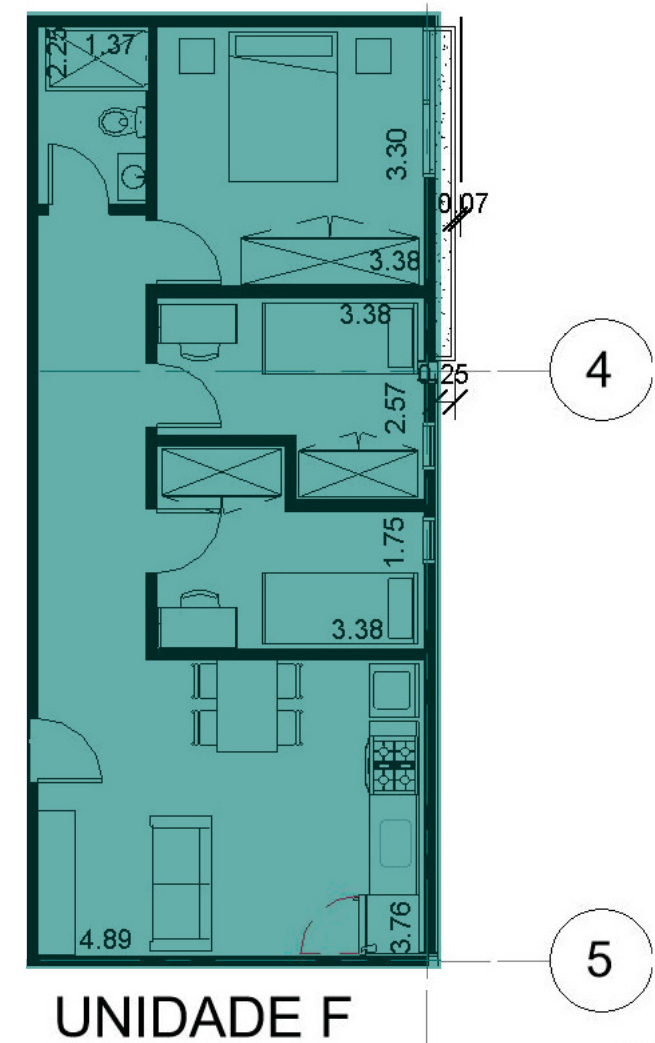
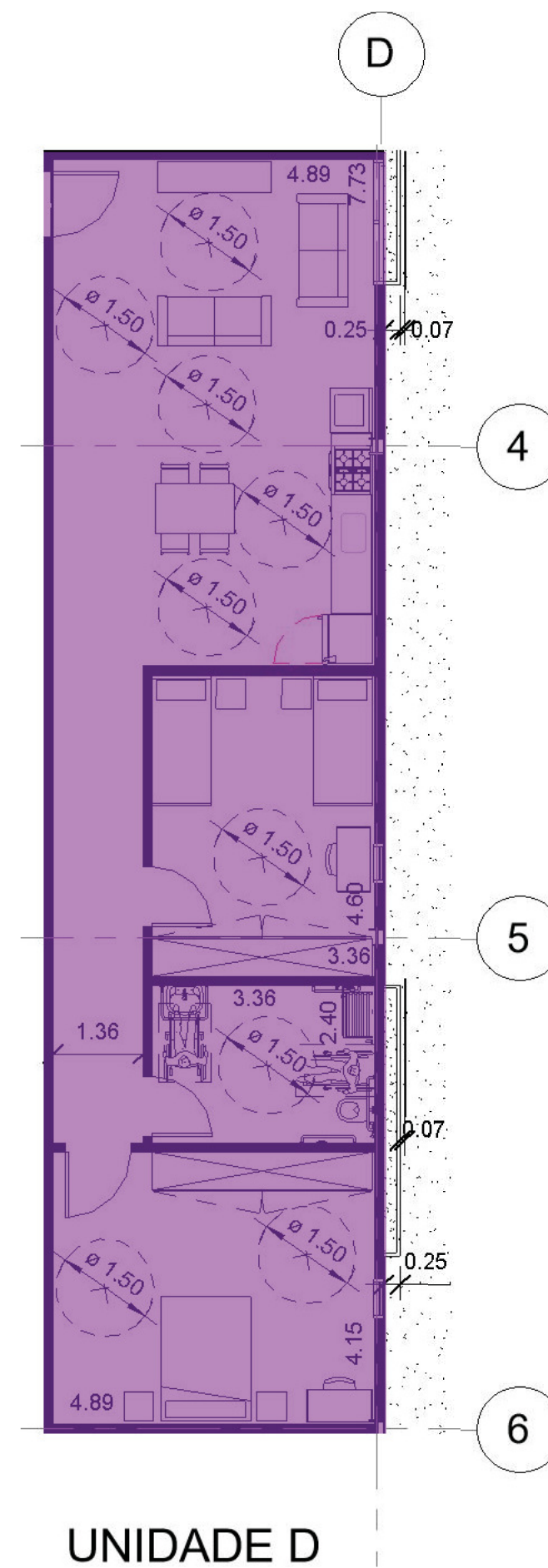
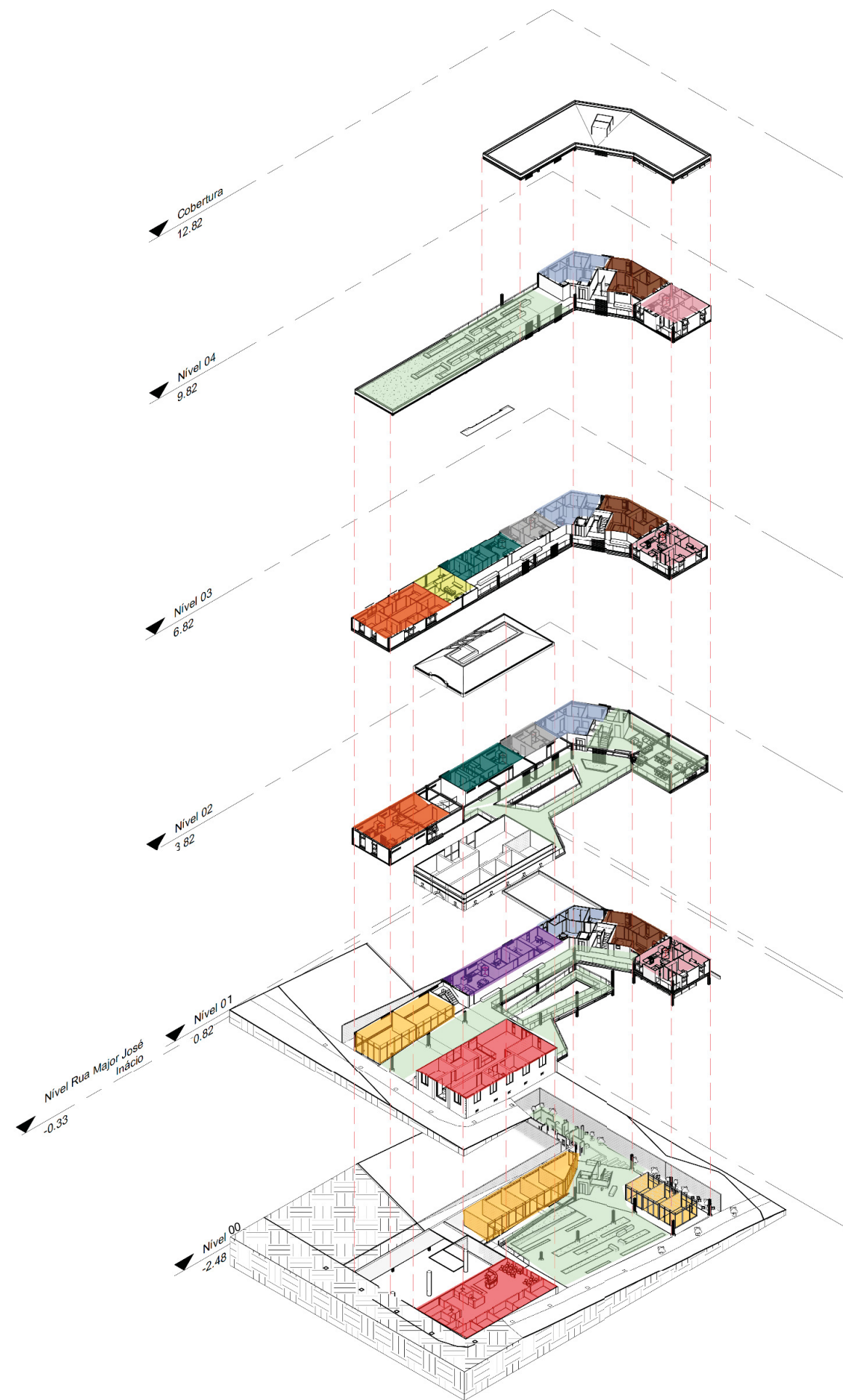
PLANTAS

O projeto também segue algumas diretrizes propostas pela agenda Habitat da ONU, como o uso de Diferentes tipologias de apartamentos para melhor aproveitamento das áreas do prédio, levando-se em conta os diferentes tamanhos das famílias e adequação do projeto em função das características de cada pavimento, com a proposição de espaços coletivos e multifuncionais em áreas privilegiadas, tais como varandas, térreo e subsolo.

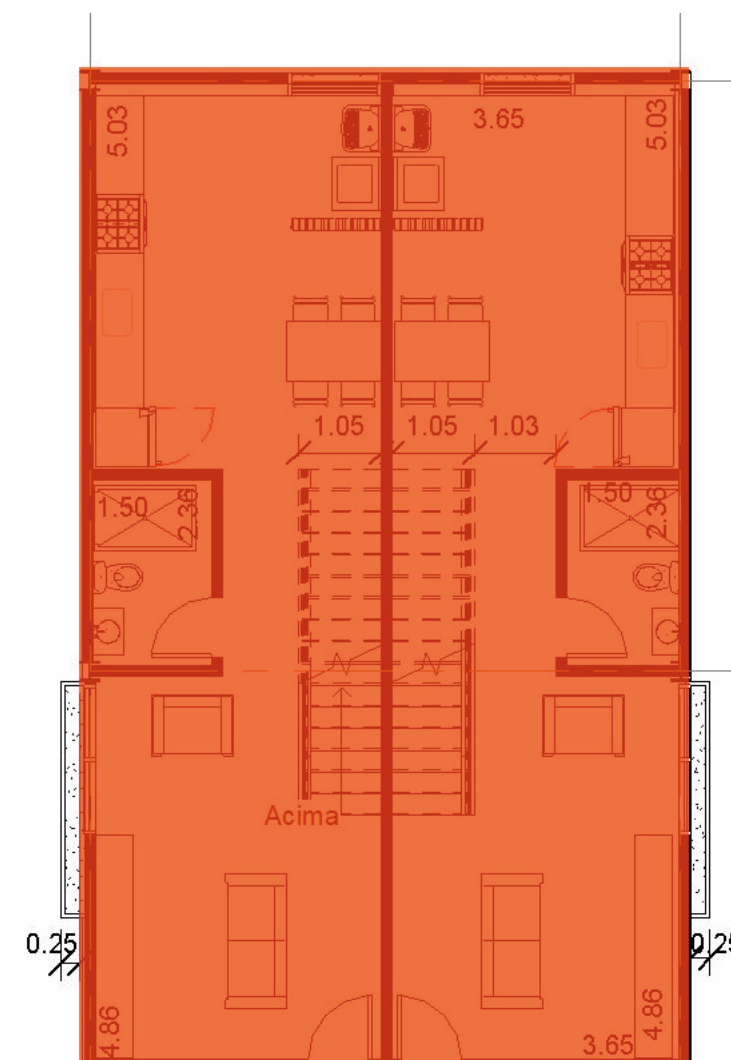
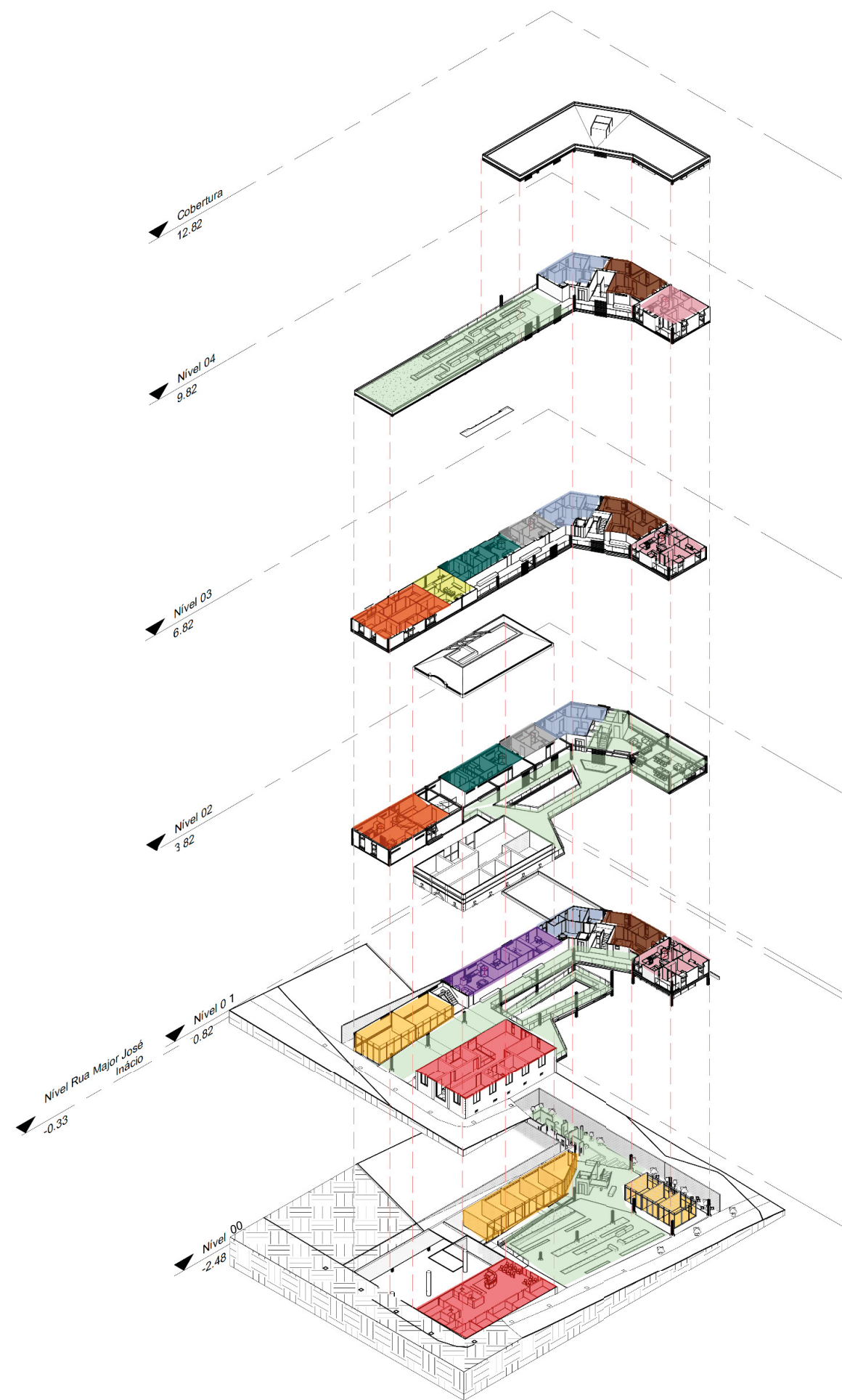
Foram propostas oito tipologias de planta totalizando 18 unidades: Unidade A com dois quartos e varanda (58m²); unidade B (51m²) e C (49m²) com dois quartos; unidade D acessível e com dois quartos (92m²); Unidade F (56m²) com três quartos; unidade E (35m²) e H (40m²) com um quarto; unidades G1 e G2 são apartamentos duplex com dois quartos (44m²).



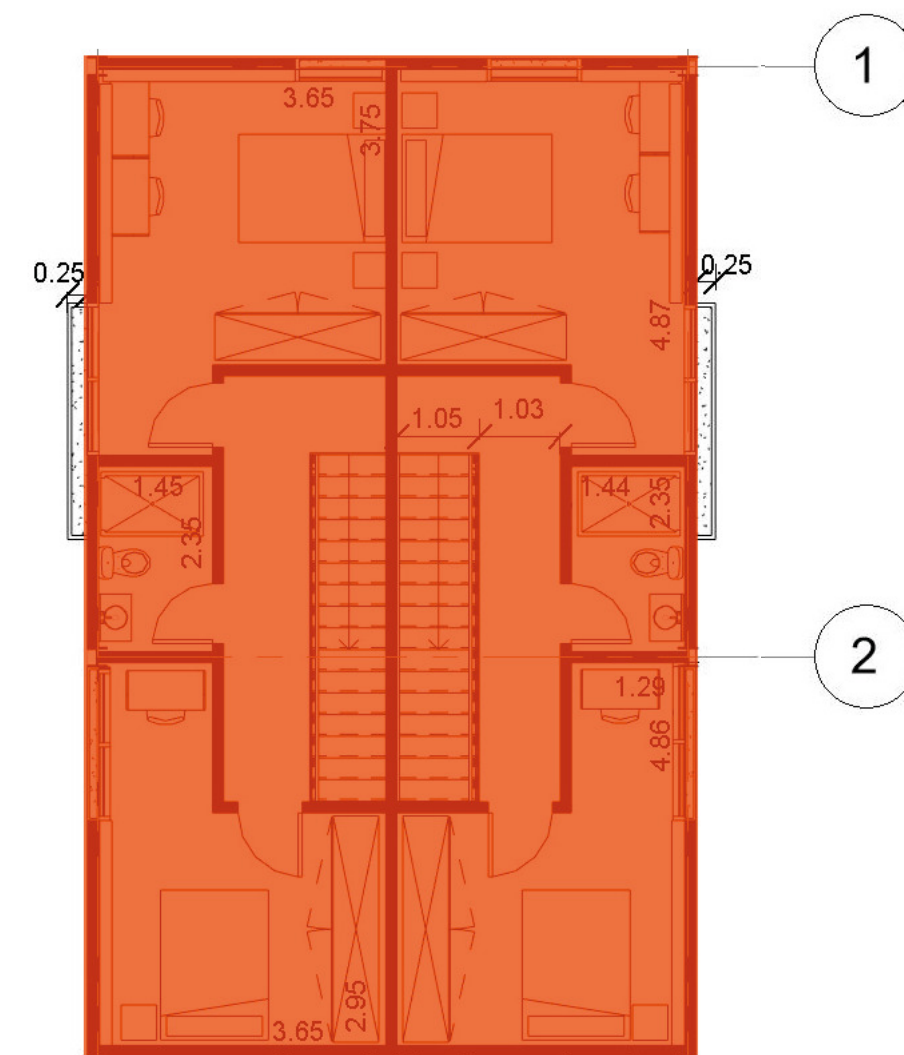
PLANTAS



PLANTAS



UNIDADES G1 e G2
DUPLEX



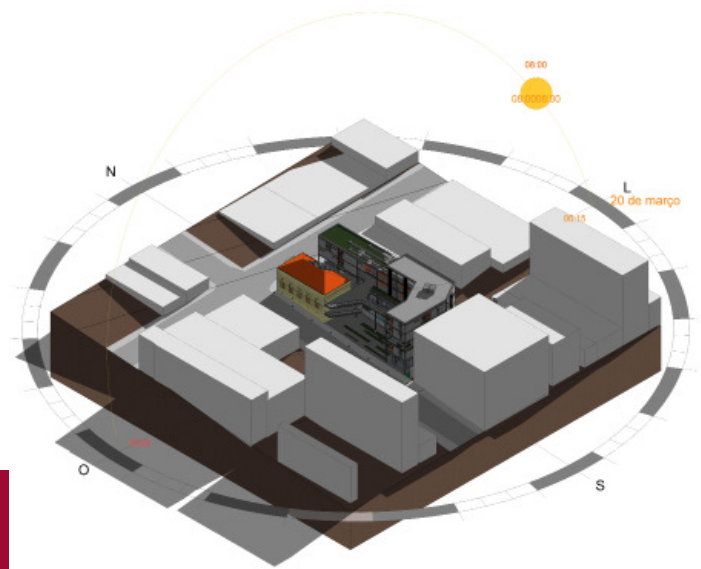
UNIDADES G1 e G2
DUPLEX PAV. SUP.



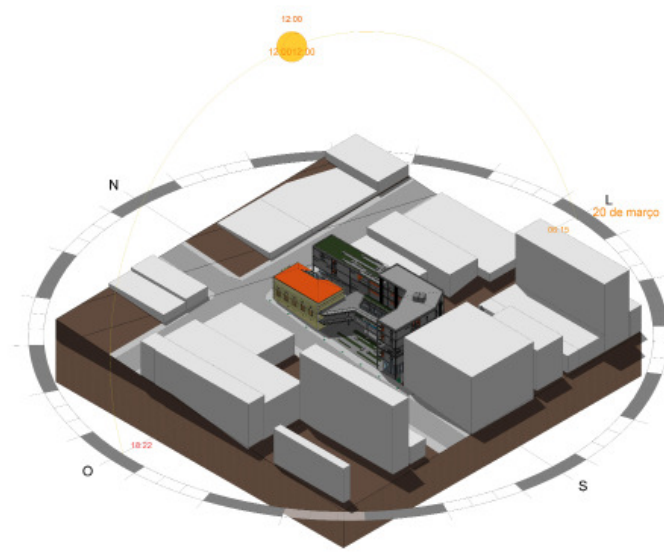
UNIDADE H

EQUINÓCIO

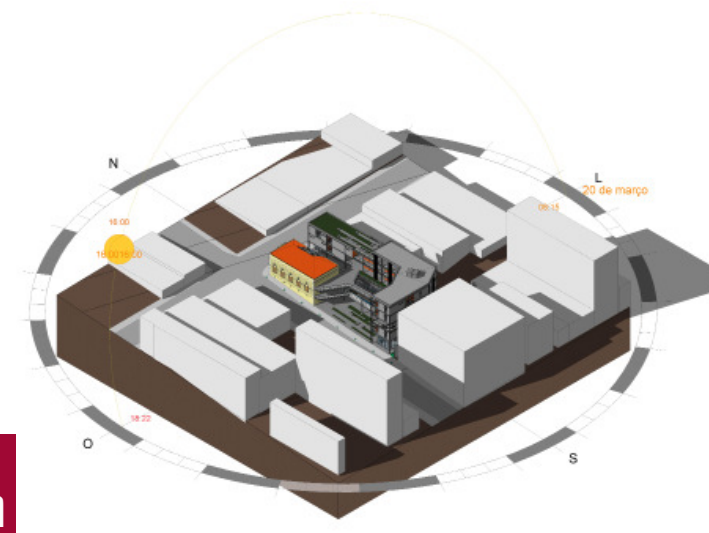
8h



12h

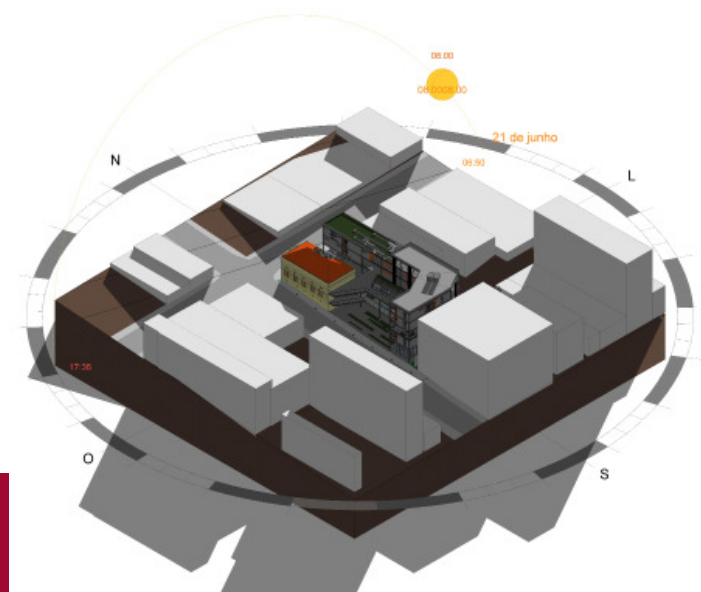


16h

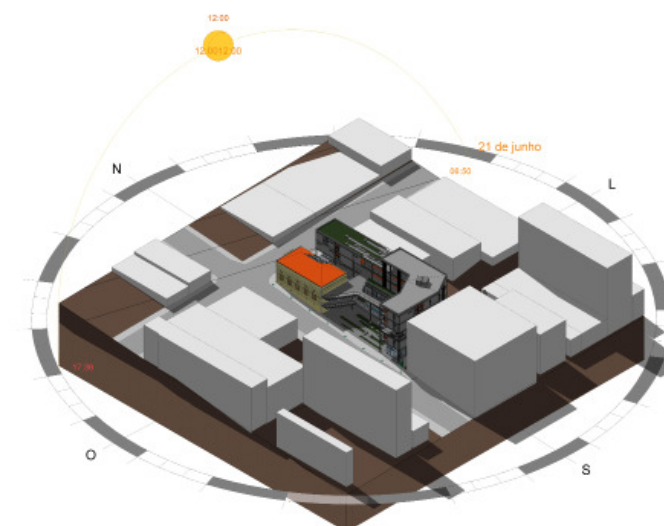


INVERNO

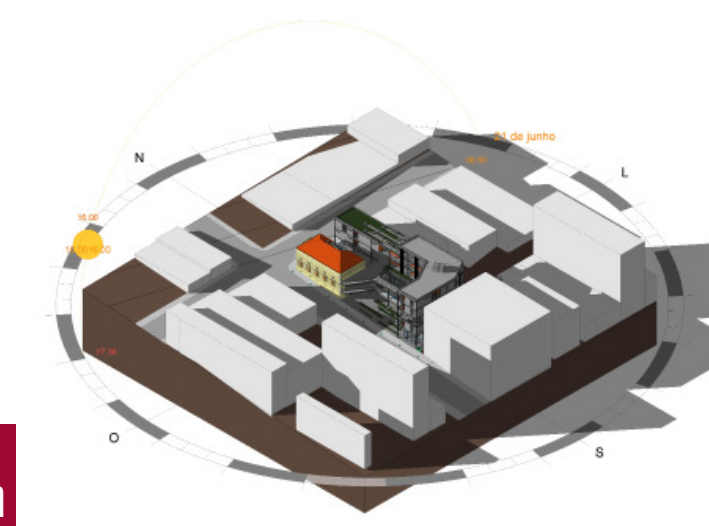
8h



12h

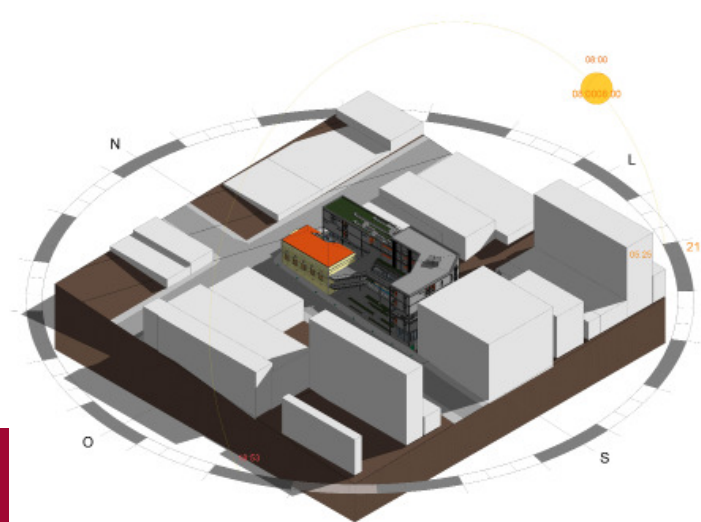


16h

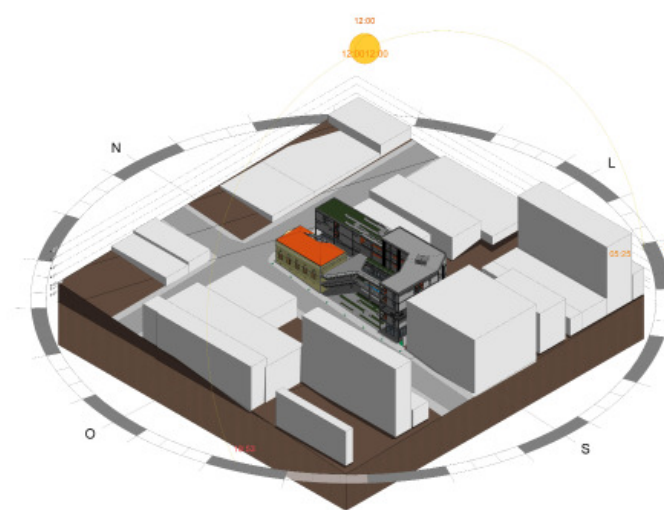


VERÃO

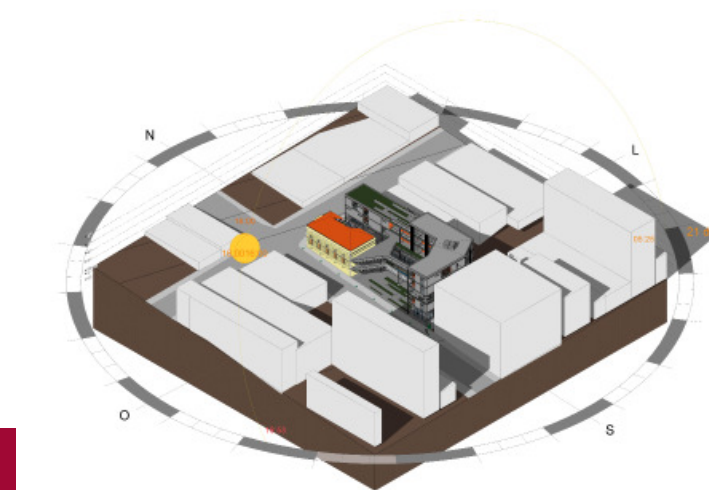
8h



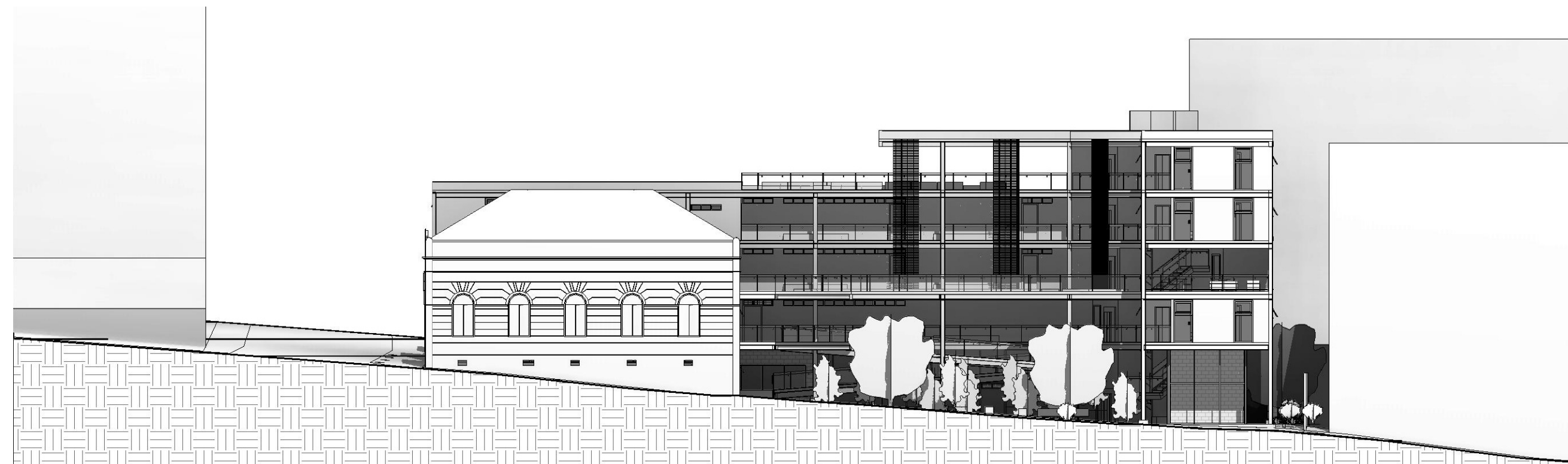
12h



16h

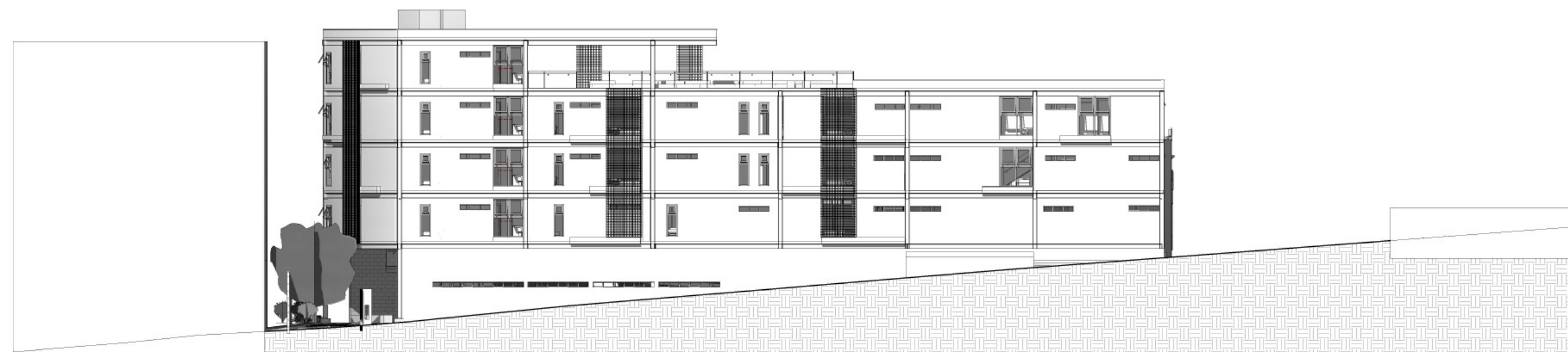


OESTE

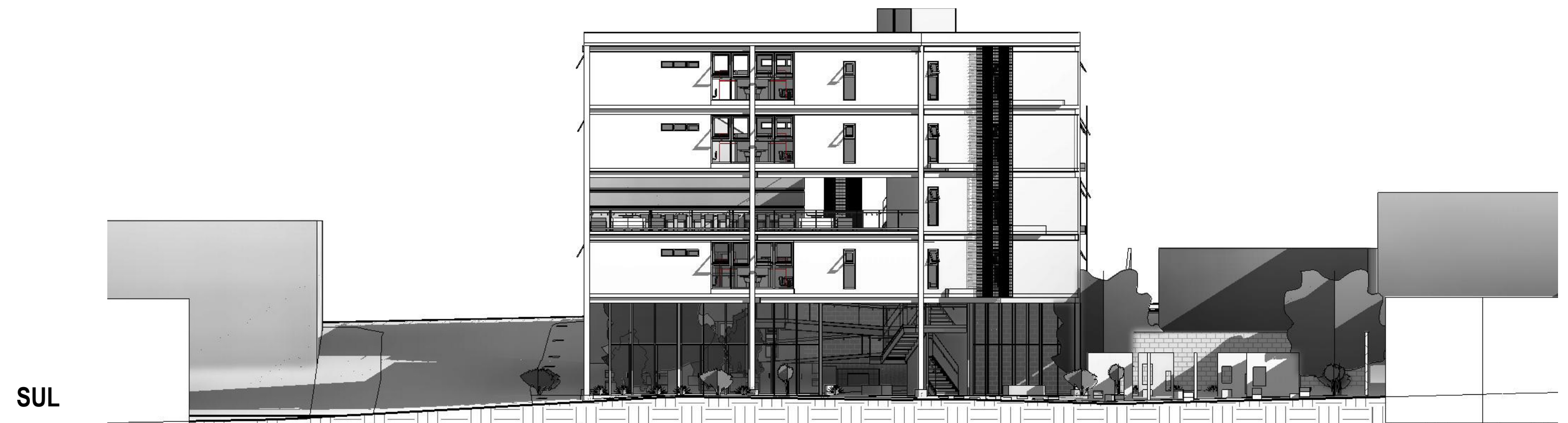


As fachadas contém grades metálicas para escora de trepadeiras, além de jardineiras que se estendem da laje e estão alocadas nos quartos, salas, áreas de serviço e na margem externa ao guarda corpo.

LESTE

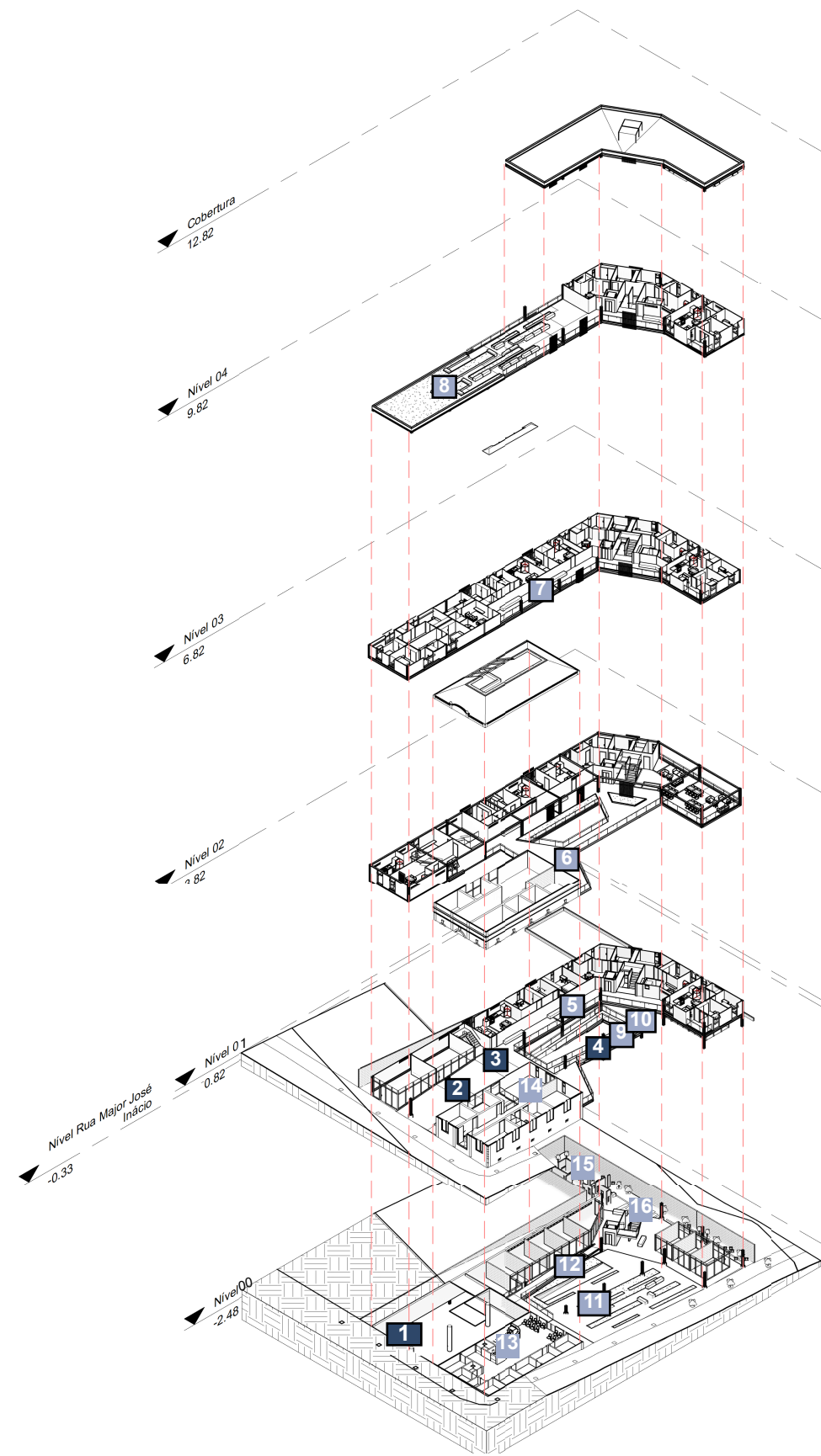


ELEVAÇÕES





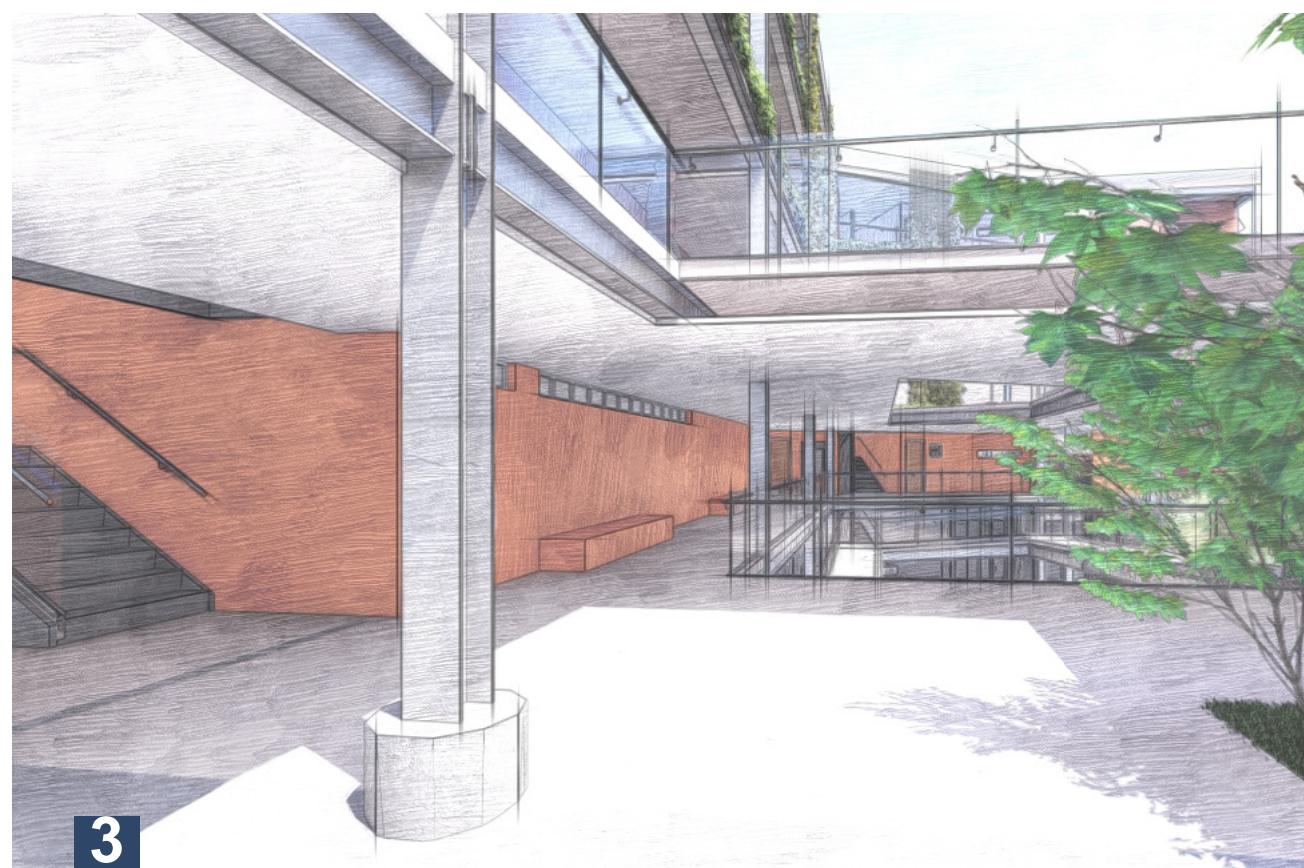




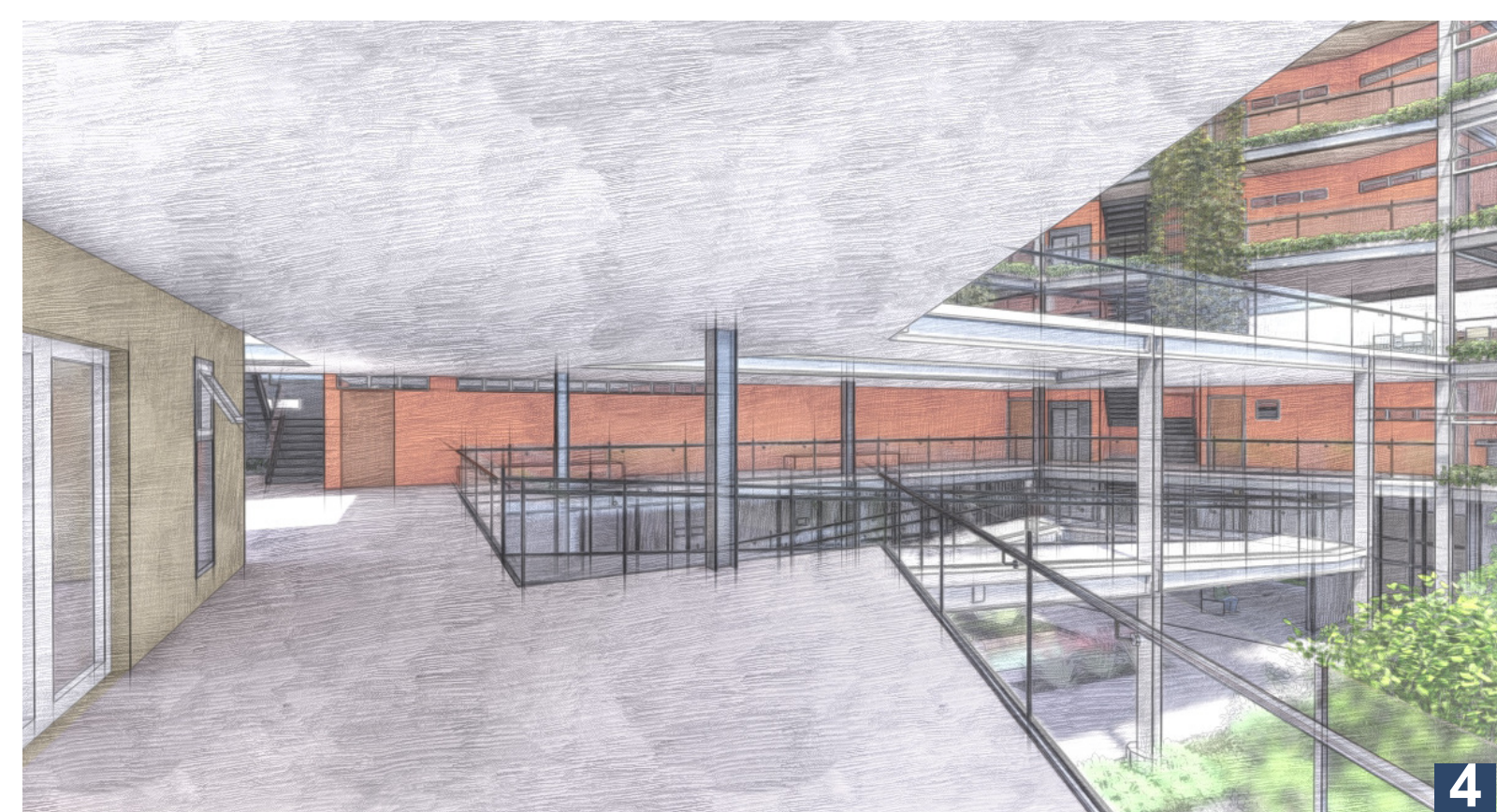
1



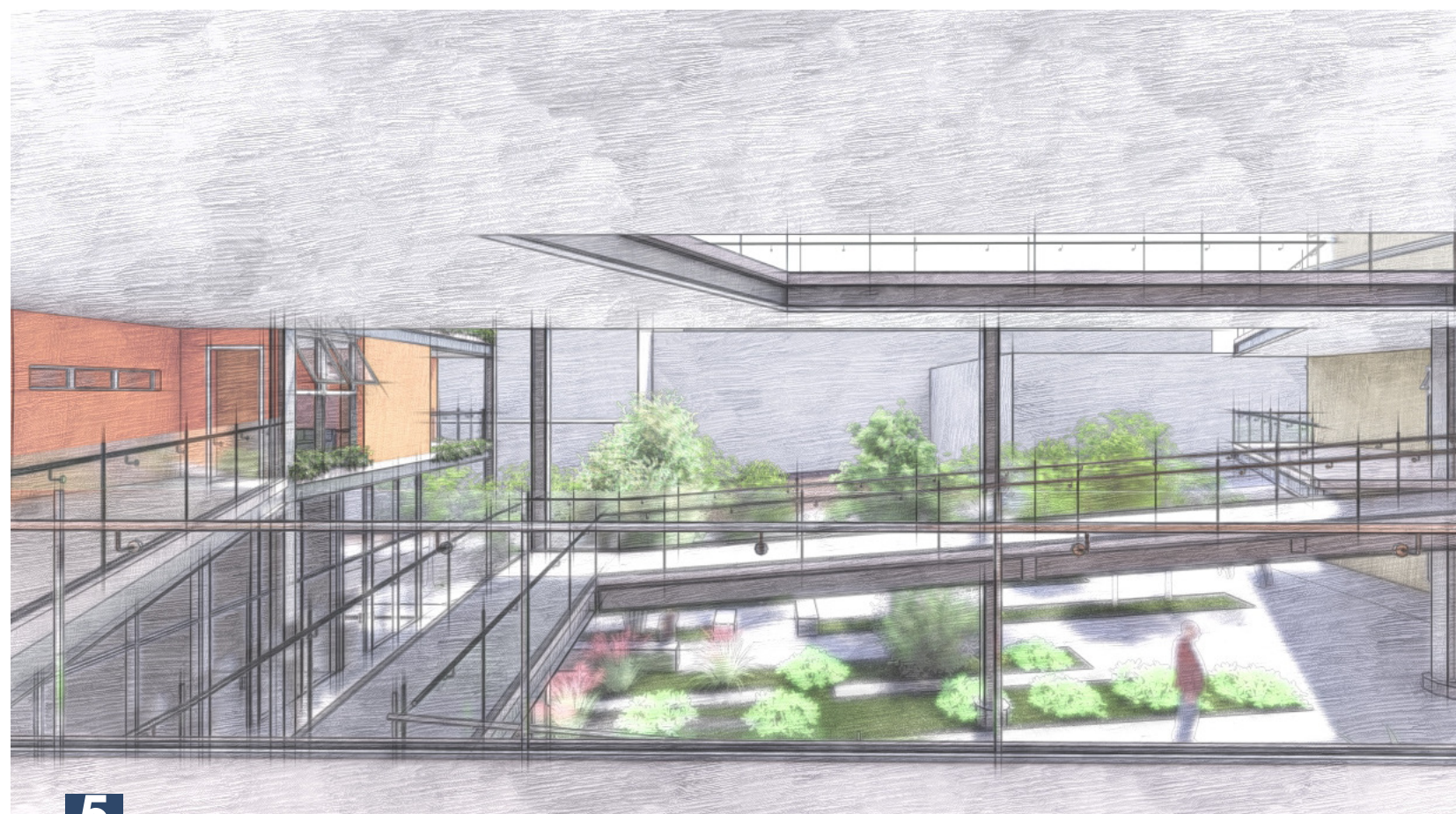
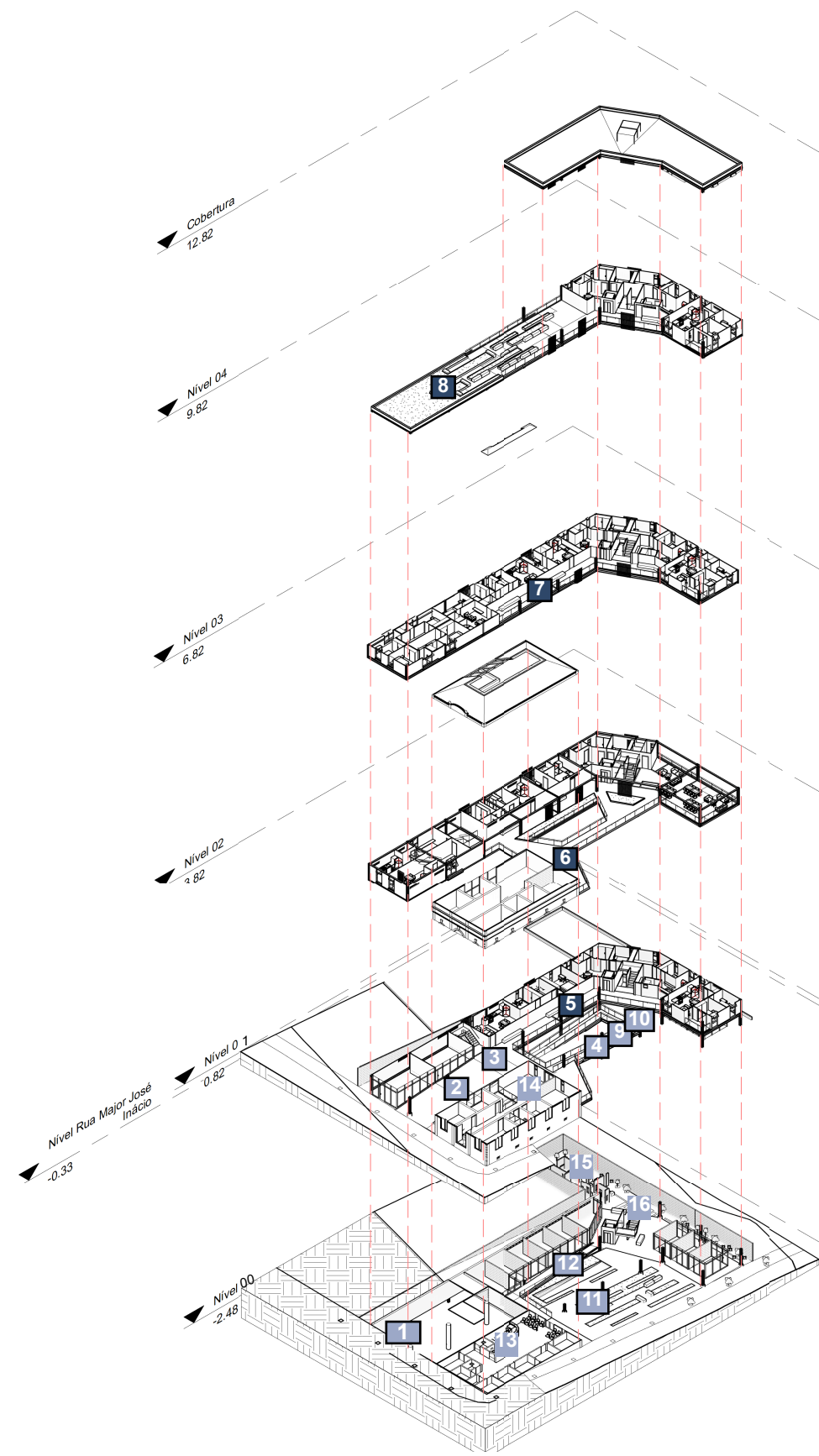
2



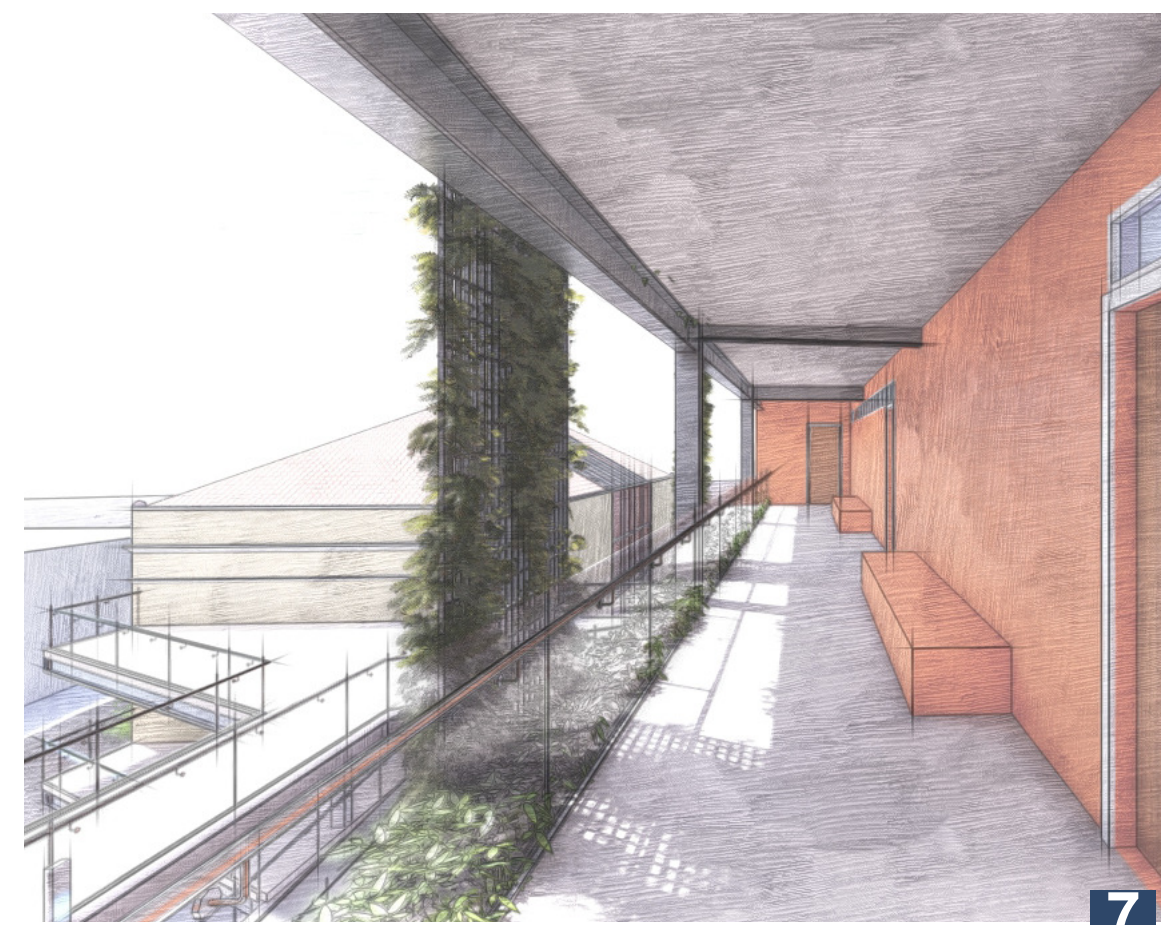
3



4



5



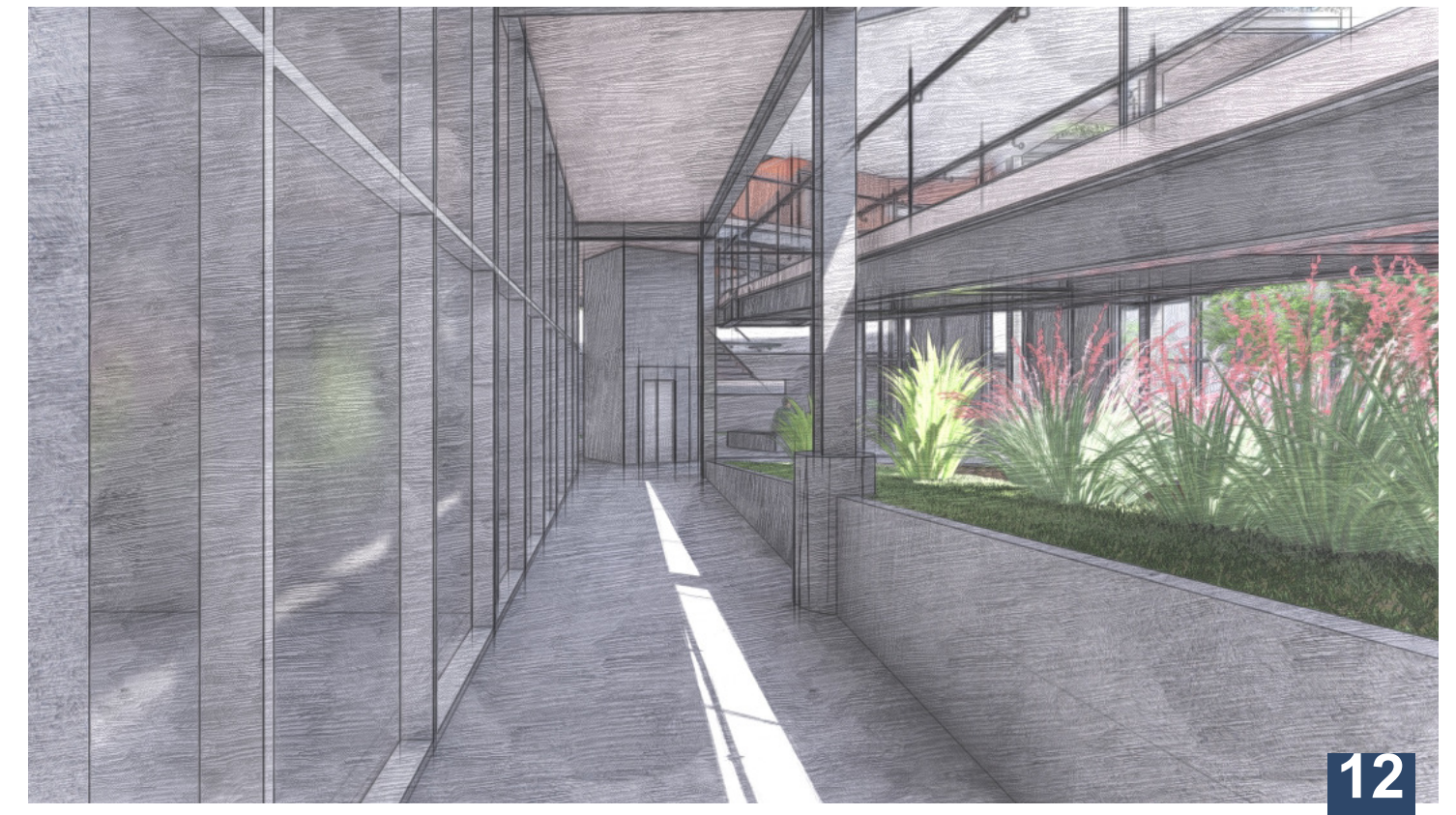
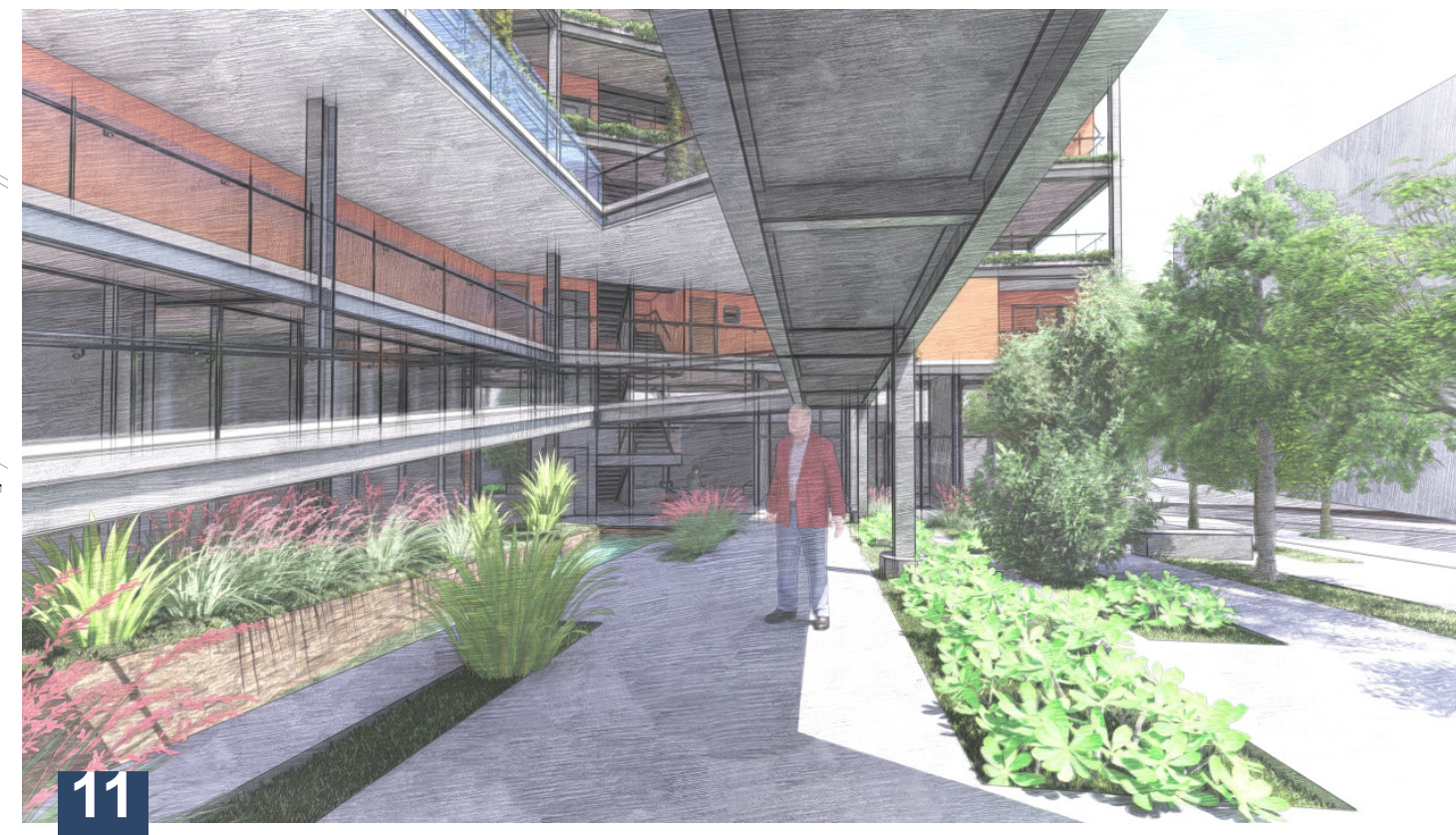
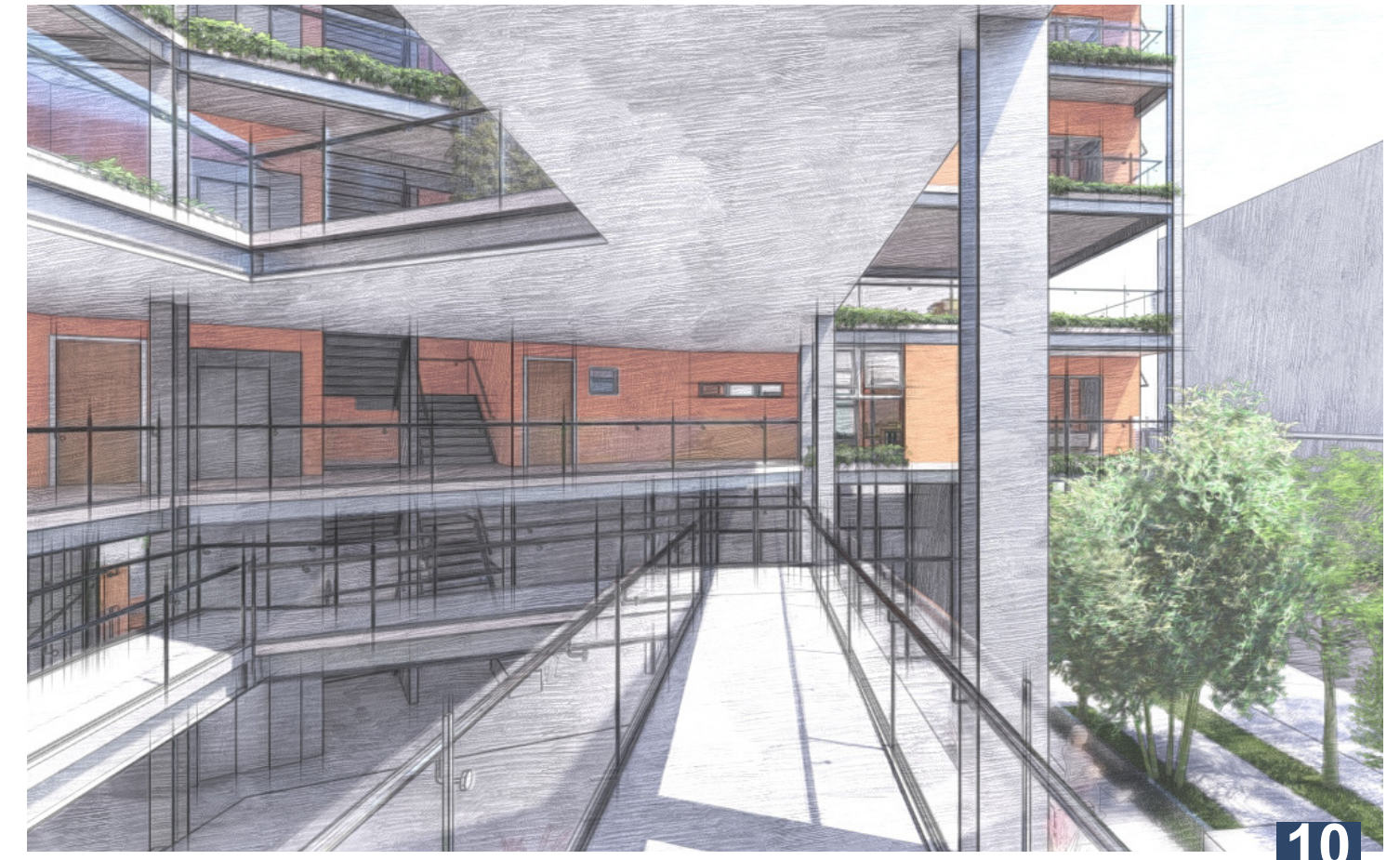
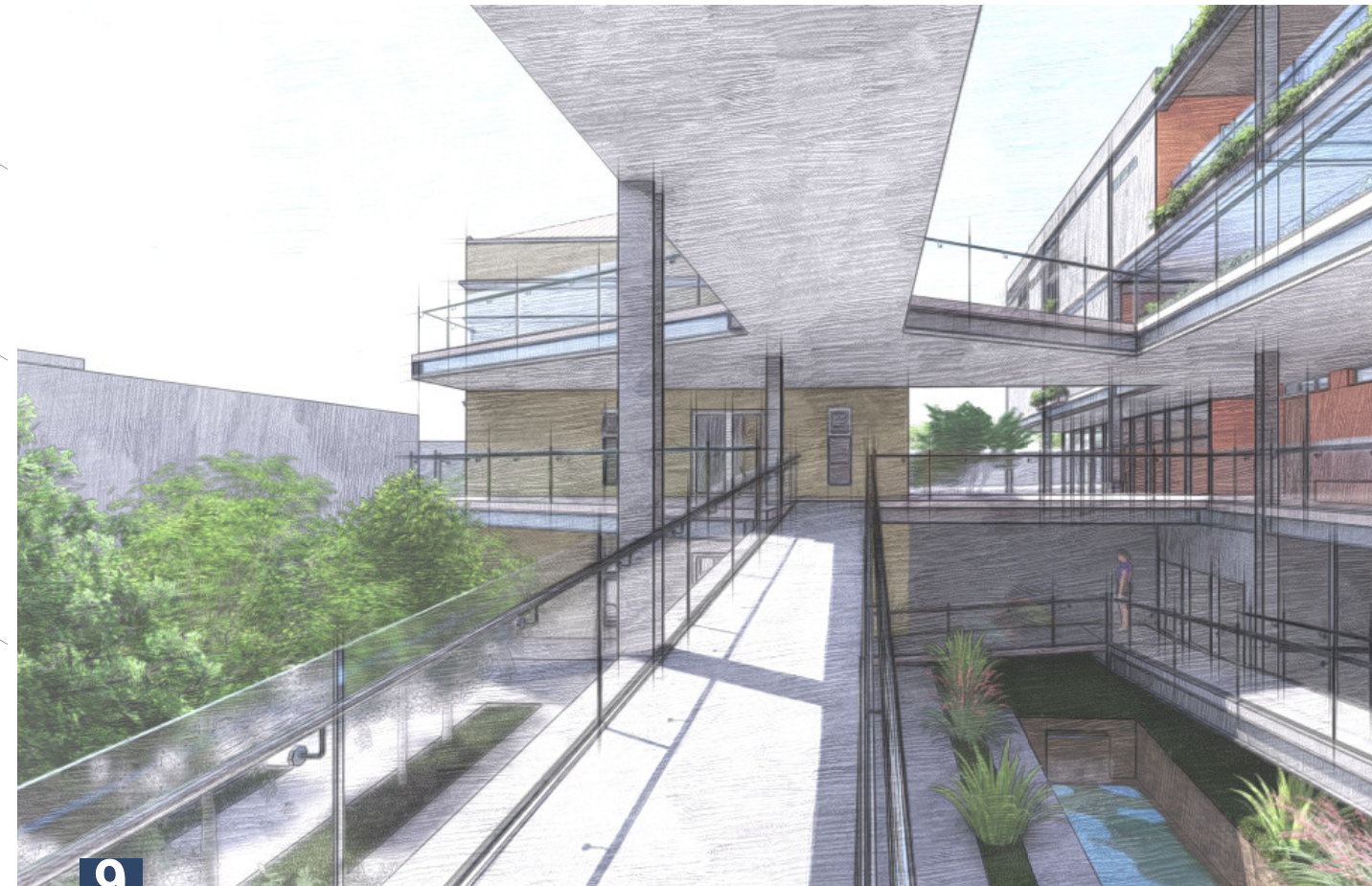
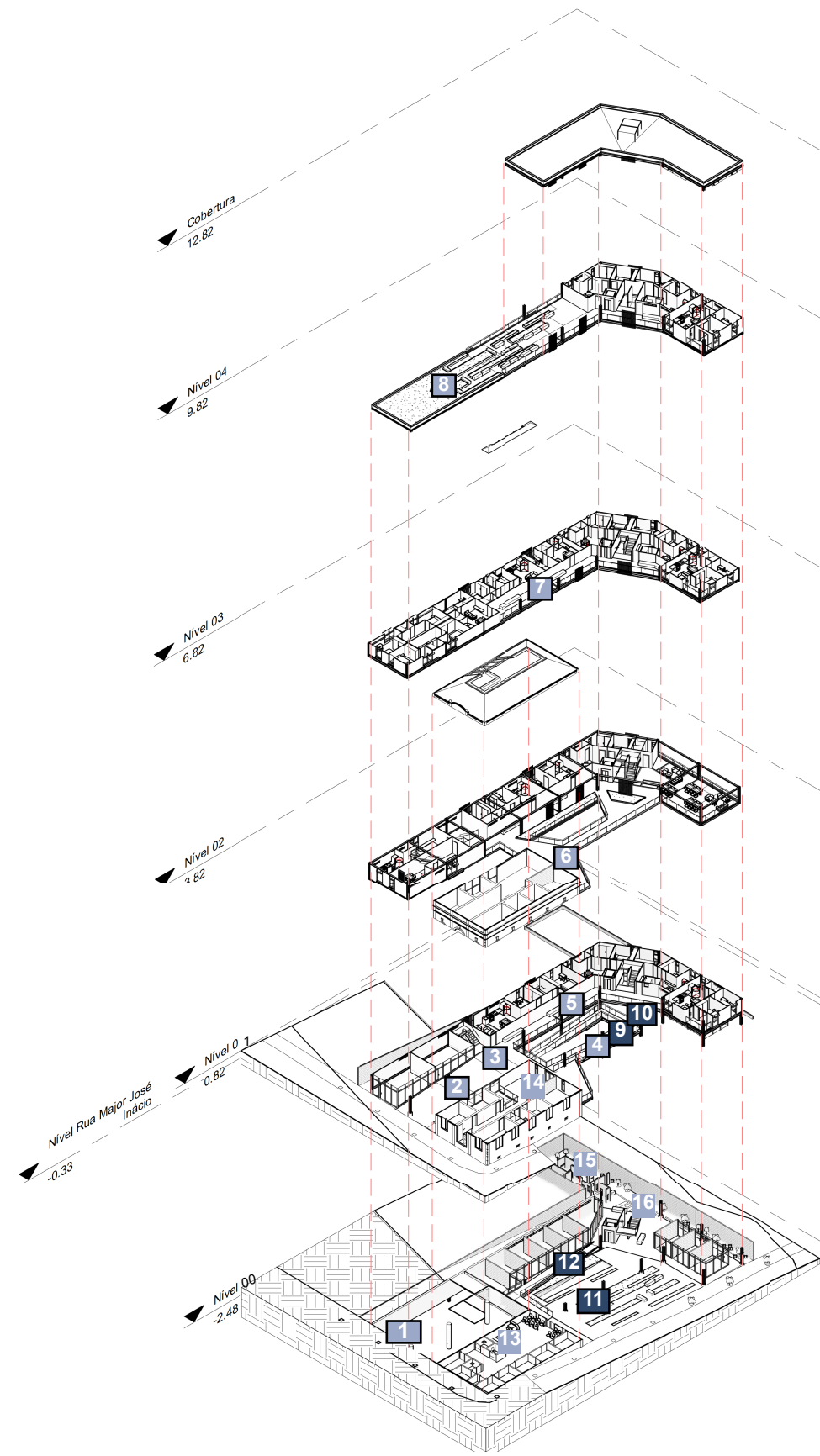
7

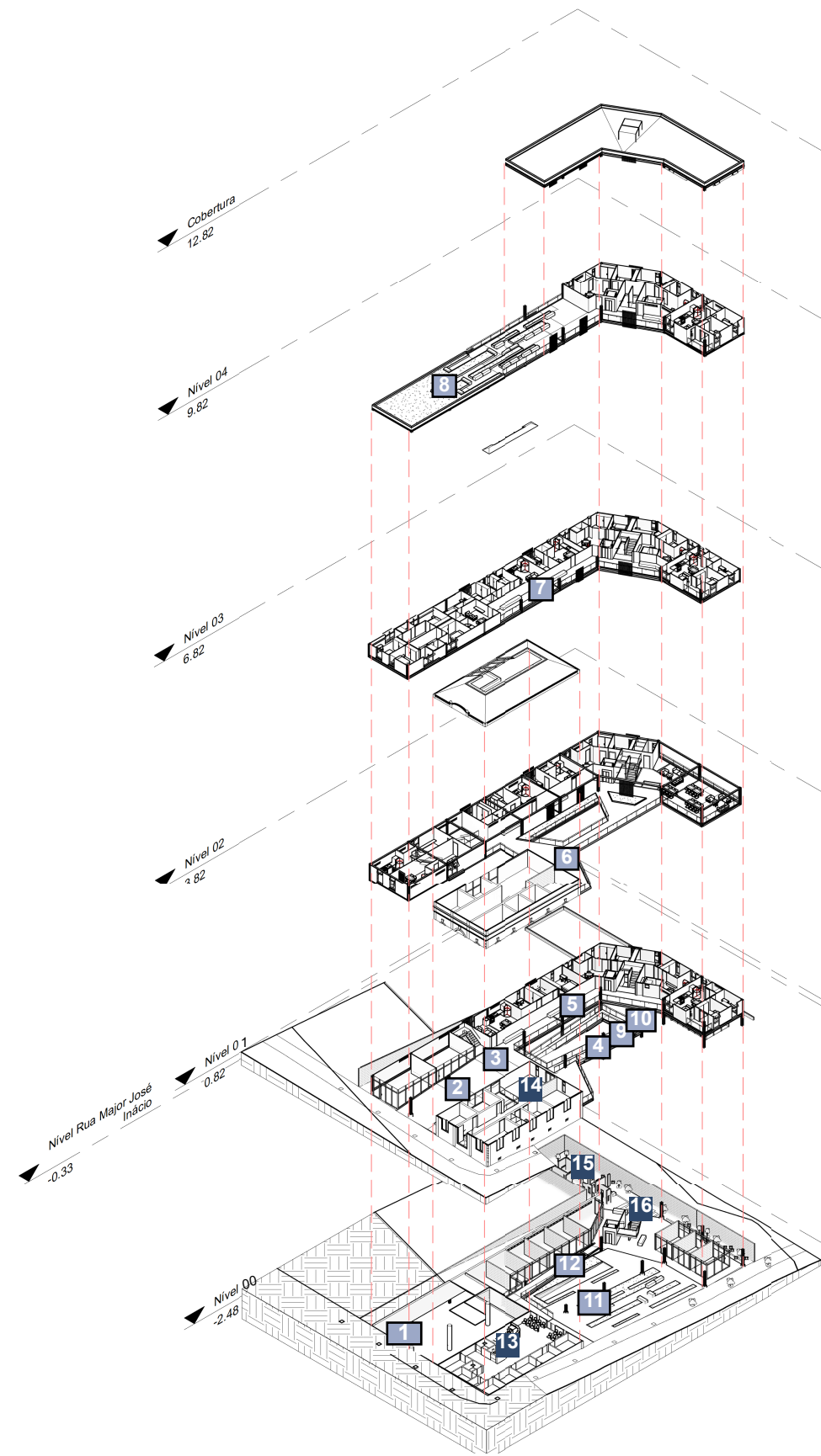


6

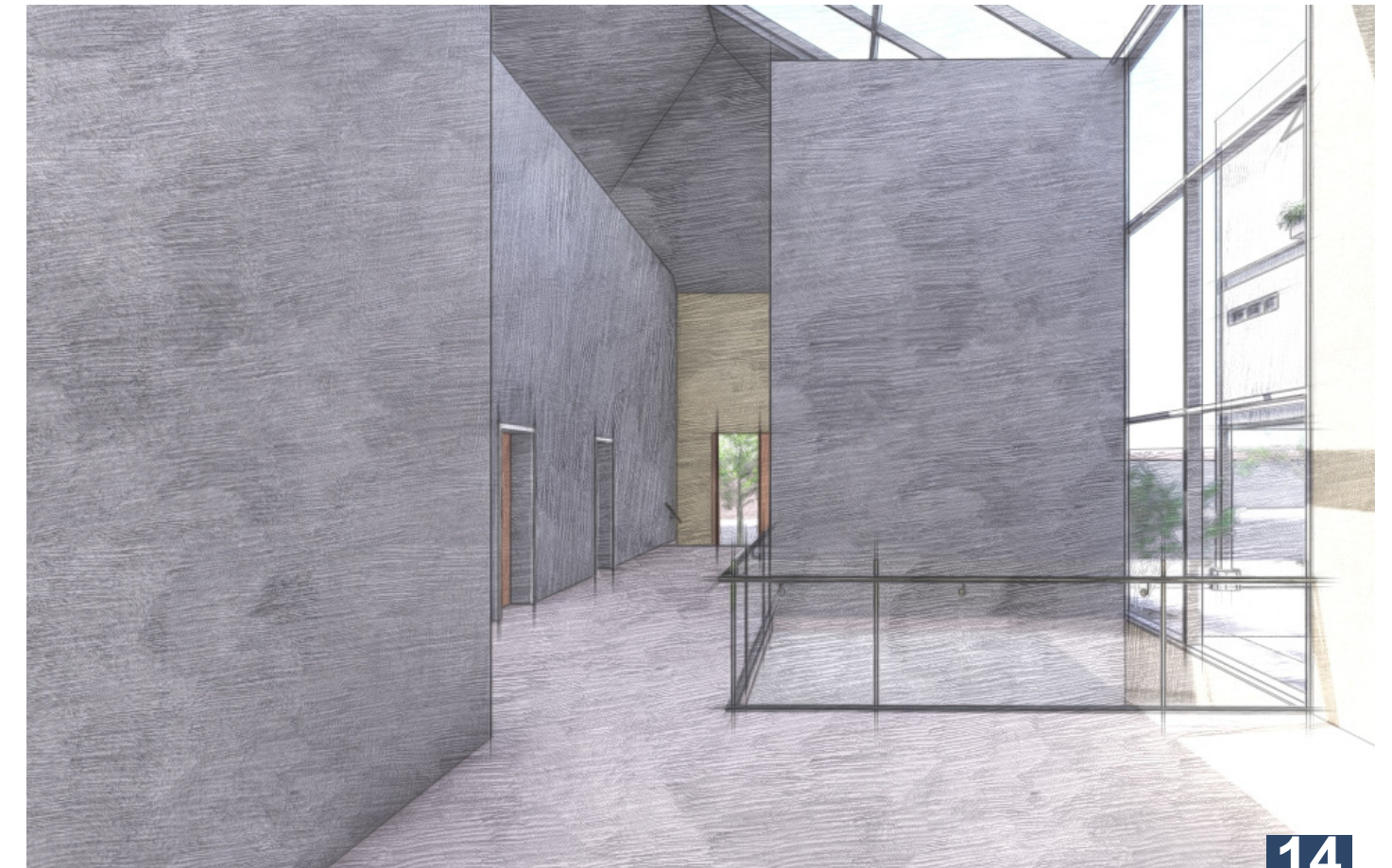


8





13



14



15



16

“(...) a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras.” (Ítalo Calvino, 1990)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abrahão, Sérgio Luís, e Pedro Roberto Jacobi. Espaço Público Do Urbano Ao Político. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2008.

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. Cultura, poder e dinheiro na gestão das cidades [1993 a 2000]. 1993. DOI <https://doi.org/10.34024/9786500257687>. Acesso em: 28 out. 2021

BONDUKI, Nabil Georges. Habitat as Praticas Bem-sucedidas Em Habitacao, Meio Ambiente E Gestao Urbana Nas Cidades Brasileiras. 2.nd ed. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

BONDUKI, Nabil. Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos. Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta, 2010.

BORJA, Jordi e MUXÍ, Zaida. El espacio público, ciudad y ciudadanía. Barcelona, 2000.

BRANDI, C. et al.. Teoria da restauração, Cotia: Ateliê, 2004.

BORTOLUCCI, Maria Angela Pereira de Castro e Silva. Moradias urbanas: construídas em São Carlos no período cafeeiro. 1991. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

BORTOLUCCI, Maria Angela Pereira de Castro e Silva. Preservação da arquitetura paulista do século XIX e das primeiras décadas do século XX: caso das moradias urbanas de São Carlos - SP. Patrimônio como política. Tradução . Cuiabá: EdUFMT, 2017. p. 558

DEVESCOVI, Regina de Campos B. Urbanização e acumulação: um estudo sobre a cidade de São Carlos. Mestrado, FGV, São Paulo, 1987.

DOZENA, Alessandro. São Carlos e seu 'desenvolvimento': contradições urbanas de um pólo tecnológico. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

Garcia, Cláudia Da Conceição, Frederico De Holanda, and Joaquim Manoel Guedes Sobrinho. Arquitetura E Urbanidade. São Paulo: Pro Editores, 2003.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. Morfologia Urbana E Desenho Da Cidade. 3.rd ed. Textos Universitários De Ciências Sociais E Humanas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

LIMA, Renata Priore. O processo e o (des)controle da expansão urbana de São Carlos (1857-1977). 2007. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidad de São Paulo, São Carlos, 2007. doi:10.11606/D.18.2007.tde-07042008-111630. Acesso em: 2022-05-19

RAMOS DE AZEVEDO, ECLETISMO E A POLIGONAL HISTÓRICA. [S. l.], 2006. Disponível em: <https://promemoria.saocarlos.sp.gov.br/acervo-files/historias-sc/ecletismo-em-saocarlos.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2022.

ROSA, Thaís Troncon. Cidades outras: pobreza, moradia e mediações em trajetórias urbanas liminares. 2014. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2014. doi:10.11606/T.102.2014.tde-24022015-101352. Acesso em: 2022-12-06.

VILLAÇA, Flávio. Uso Do Solo Urbano. 1.a ed. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima, Centro De Estudos E Pesquisas De Administração Municipal, 1978.

